



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

RITA DE CÁSSIA DE VASCONCELOS DIAS MARIÊ

ENCONTRO NAS ÁGUAS: OS VÁRIOS SENTIDOS DO BANHO DE RIO EM
MANAUS E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

MANAUS – AM

2017

RITA DE CÁSSIA DE VASCONCELOS DIAS MARIÊ

**ENCONTRO NAS ÁGUAS: OS VÁRIOS SENTIDOS DO BANHO DE RIO EM
MANAUS E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Helena S. C. Schweickardt

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

MANAUS – AM

2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M334e Marie, Rita de Cássia de Vasconcelos Dias
Encontro nas águas : os vários sentidos do banho de rio em Manaus e suas relações socioambientais / Rita de Cássia de Vasconcelos Dias Marie. 2017
158 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Helena S. C. Schweickardt
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Banho de rio. 2. Manaus. 3. Etnografia. 4. Sustentabilidade. I. Schweickardt, Prof.^a Dr.^a Kátia Helena S. C. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Rita de Cássia de Vasconcelos Dias Mariê

**ENCONTRO NAS ÁGUAS: OS VÁRIOS SENTIDOS DO BANHO DE RIO EM
MANAUS E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 30 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francimara Souza da Costa
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Maria Olívia de A. Ribeiro Simão
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

A Inez, minha mãe, que me ensina diariamente que há tempo para sermos melhores. A Tyrone, meu pai (in memoriam), que me ensinou a amar as águas.

Agradecimentos

Agradecer é reconhecer que sozinhos não chegaríamos a lugar nenhum. Ao longo da caminhada para a realização desta pesquisa, muitas foram as pessoas que de alguma forma contribuíram com apoio, compreensão de minhas ausências, orientação, ideias, livros, materiais, indicações, companhia em campo, pontos de vista e polêmicas construtivas.

Fico muito feliz em agradecer especialmente o apoio e compreensão da minha mãe e do Rafael; Gratidão a ela por proporcionar a minha dedicação exclusiva à pesquisa, por todas as vezes que a fiz de cobaia com um texto que eu duvidava se expressava o que deveria, pelo respeito às minhas escolhas e por entender minhas longas necessidades de estar a sós com os livros e computador; A ele pela igual posição de cobaia dos meus textos, pela companhia em campo, pela ajuda com a “eterna” tabulação de dados, por clarear minha visão quando eu já não conseguia ver meu próprio raciocínio, pela paciência e torcida quando eu ainda estava à espera do resultado da seleção. Agradeço à minha irmã, Tycianne, que mesmo morando em outra cidade me ajudou quando eu precisei de uma opinião atenta.

A minha querida e visionária orientadora, Kátia Schweickardt, que, quando nem eu sabia aonde minhas ideias chegariam, já me apresentava suportes teóricos que eu nem imaginava que existissem e, menos ainda, que poderiam responder a parte das minhas inquietações que ainda estavam por vir. Por todo o suporte, cuidado, exigência e cobrança por mais discussões e por mais profundidade que refletiram de forma indubitável em uma pesquisa mais rica dentro das minhas possibilidades. Pela ginástica na agenda, pelo olhar através do meu olhar, pela recepção e aceite da minha proposta de pesquisa quando bati em sua porta em busca de orientação.

A todos os entrevistados, moradores, banhistas, comerciantes, todas as pessoas dos órgãos que visitei: Semmas, Ipaam, Implurb. Agradecimento especial ao Sr. Nelson Marinho e ao Sr. Edson Marques que foram extremamente receptivos e não se eximiram em colaborar com a execução desta pesquisa.

Às meninas do grupo de estudo, Katiuscia Auzier, Antônia Diógenes e Amanda Leal por toda a partilha e troca imensuráveis. À Antônia pela capacidade de ver meu trabalho completo antes que ele de fato estivesse e assim me passar tranquilidade quando esta me faltava. À Katiuscia por toda a adorável parceria que formamos em inúmeras fases e etapas desse processo tão cheio de inquietações, uma bela irmandade acadêmica.

A todos os professores e colegas de turma pelas outras tantas trocas, com agradecimento especial ao Armando Bandeira Jr, à Luciene Costa e à Selma Furtado. Também ao querido Valdo Moreira por cada uma das notícias sobre igarapés e banhos que me marcou nas redes sociais.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ que por meio da bolsa permitiu que esta pesquisa fosse viabilizada; à Universidade Federal do Amazonas - UFAM que por meio do PPGCASA disponibiliza tão fecundo

e instigante programa de mestrado. Não posso deixar de mencionar o profissionalismo do Prof. Henrique Pereira na condução da coordenação do Programa assim como o secretariado da querida Fernanda Mendes que sempre nos ajudou com as burocracias tornando nossa caminhada menos conturbada.

Aos meus amigos e a todos que direta ou indiretamente participaram deste mestrado. Começando pelo Antônio Montes que teve grande influência na decisão de cursar o mestrado no ano de 2015, visto que estes meus planos estavam contemplados para um futuro mais distante. À paciência e às contribuições muito válidas em conversas inicialmente despreziosas com Nádia Trindade e Karla Yong. Agradecimento especial à Amanda Fogaça, Camila Mandato, Thyssia Bomfim e Ellem Mota que tanto me ouviram, tanto me acompanharam e tanto me apoiaram não só nesta pesquisa, mas também na minha vida. E a tantos outros por toda a torcida, eu nem saberia listar todos os nomes.

Ao querido Welton Oda que fez da minha experiência do estágio de docência uma oportunidade de mudança no olhar que refletiu no meu olhar no campo de pesquisa. À dedicada bibliotecária do Museu Amazônico da Ufam, Rosângela, que tanto colaborou com referências valiosas. Ao Alexandre do Comitê de Ética em Pesquisa da Ufam que, em meio ao desespero pela liberação do parecer, me ajudou com orientações preciosas.

Acima de tudo agradeço a Deus, por tudo que sou, por tudo que tenho, por tudo que fiz e por tudo que vier a ser. Gratidão por ter nascido nesta terra, por me importar com suas belezas naturais, com suas águas, com sua cultura e com seu povo.

A expressão “independente do que aconteceu” pouco se aplica. Tudo depende. Nossa natureza pede conexão com o antes e o depois.

Pe. Fábio de Melo

RESUMO

Este trabalho mostra por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, os aspectos históricos, culturais e identitários relacionados à prática do banho de rio e igarapé na cidade de Manaus-AM e suas conexões com questões socioambientais. O material produzido com a pesquisa poderá servir de suporte para a (re)formulação de políticas que trabalham com os espaços destinados a esta tradição cultural e de lazer. Inicialmente, foi feito um estudo bibliográfico sobre aspectos históricos relacionados à prática do banho de rio na cidade. Foram definidos como lócus para o estudo uma praia pública e uma praia privada, Praia da Ponta Negra e Praia Dourada respectivamente. É apresentada uma detalhada descrição do banho de rio enquanto lazer nestas duas praias. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com três (03) grupos de sujeitos que possuem relação direta com as respectivas praias: residentes do entorno da Praia da Ponta Negra; gestor público do Complexo Turístico Ponta Negra e proprietário da Praia Dourada e; banhistas e comerciantes de ambas as praias. Buscou-se identificar, por meio das entrevistas e observação direta, a relação desses sujeitos com o espaço que utilizam, os significados que dão a prática do banho de rio, suas motivações, o que gostam nesses lugares e se há uma relação de cuidado com o ambiente natural considerando aspectos socioambientais. Para isto, foi realizado um levantamento de várias ações em prol do meio ambiente bem como levantamos alguns dispositivos legais. Da compreensão dos aspectos culturais e históricos da prática do banho de rio, emergem informações para além da possibilidade de (re)formulação de políticas públicas, emergem também possíveis ações que se destinem a garantir que esta prática seja socioambientalmente correta, assim como, colabore para a conservação destes lugares. Os resultados indicam que apesar de haver historicamente uma ineficiente ação pública, as ações destes gestores e da população configuram um cenário que parece receptivo às mudanças a fim de conservar rios e igarapés remanescentes.

PALAVRAS CHAVE: Banho de rio, Manaus, Etnografia e Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper presents, through a qualitative research of ethnographic character, the historical, cultural and identity aspects related to the practice of the river and *igarapé* bath in the city of Manaus-AM and its connections with socio-environmental issues. The material produced with the research can be used as support for the (re) formulation of policies that work with the areas destined to this cultural and leisure tradition. Initially, a bibliographic study was done on historical aspects related to the practice of river bathing in the city. A public beach and a private beach, Praia da Ponta Negra and Praia Dourada respectively, were defined as a locus for the study. It presents a detailed description of the river bath while leisure on these two beaches. Semi-structured interviews were conducted with three (03) groups of subjects that have a direct relationship with the respective beaches: residents of Ponta Negra Beach; Public manager of the Ponta Negra Tourist Complex and owner of Praia Dourada and; Bathers and merchants from both beaches. It was sought to identify, through interviews and direct observation, the relationship of these subjects with the space they use, the significances that they give to the river bath practice, their motivations, what they like in those places and, if there is a relationship of care with the natural environment considering socio-environmental aspects. For this, a survey was carried out of several actions in favor of the environment as well as we raised some legal devices. From the understanding of the cultural and historical aspects of the practice of the river bath, information emerges beyond the possibility of (re) formulation of public policies, there also emerge possible actions that are designed to ensure that this practice is socio-environmentally correct, as well as, collaborate with conservation of these places. The results indicate that although there is a historically inefficient public action, the actions of these managers and of the population constitute a scenario that seems receptive to changes in order to conserve remaining rivers and streams.

KEY WORDS: River bath, Manaus, Ethnography and Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- PLANTA CROQUIS DA CIDADE DE MANAUS, 1852 E SEUS IGARAPÉS:	25
FIGURA 2 – RUA NA CIDADE FLUTUANTE EM 1965.	29
FIGURA 3 – VISTA DA CIDADE FLUTUANTE EM 1965.....	29
FIGURA 4 - VISTA DO PARQUE 10 DE NOVEMBRO EM 1965.....	38
FIGURA 5 - BANHISTAS NO PARQUE 10 DE NOVEMBRO EM 1965.....	39
FIGURA 6 - BANHO DO TARUMÃ EM 1954.	39
FIGURA 7 - CACHOEIRA DO TARUMÃ EM 1968.....	40
FIGURA 8 - NOTÍCIAS ATUAIS SOBRE OPÇÕES DE BANHO EM MANAUS.....	50
FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DA PRAIA PONTA DA NEGRA E PRAIA DOURADA.	51
FIGURA 10 - PRAIA DA PONTA NEGRA EM 1968.....	54
FIGURA 11- PRAIA DA PONTA NEGRA EM 1974.....	55
FIGURA 12 - ESTRUTURAS NA PONTA NEGRA EM 1974.	55
FIGURA 13 - ANFITEATRO DO COMPLEXO TURÍSTICO PONTA NEGRA.	56
FIGURA 14 - VISTA DA SEGUNDA PARTE DO COMPLEXO TURÍSTICO PONTA NEGRA.....	57
FIGURA 15 - EVENTO DA SEMANA DA PÁTRIA E DO AMAZONAS 2016 NA PONTA NEGRA.....	58
FIGURA 16 - LIVE SITE DAS OLIMPÍADAS 2016 NA PONTA NEGRA.....	59
FIGURA 17 - ACADEMIA AO AR LIVRE.....	59
FIGURA 18 - VISTA DA PRAIA DA PONTA NEGRA EM OUTUBRO DE 2016.....	61
FIGURA 19 - ÁREA COM QUIOSQUES SOB A QUAL SE TEM ACESSO À PRAIA.	61
FIGURA 20 - DESCIDA PRINCIPAL À ESQUERDA PARA PRAIA.	62
FIGURA 21 - PLACA DE AVISO SOBRE SEGURANÇA QUANTO AO BANHO NO RIO.....	62
FIGURA 22 - PRAIA DA PONTA NEGRA INTERDITADA APÓS O APARECIMENTO DE JACARÉS.....	63
FIGURA 23 – GUARDAS MUNICIPAIS SOLICITANDO A SAÍDA DE BANHISTAS DA ÁGUA.	64
FIGURA 24 – POLICIAIS MILITARES RETIRANDO BANHISTAS APÓS AS CINCO DA TARDE.	64
FIGURA 25 – VISTA AÉREA DO PÚBLICO REUNIDO PARA AULA DE DANÇA NO CALÇADÃO E, AO LADO, A FAIXA LIBERADA NA NOITE DE QUARTA.	65
FIGURA 26 - CICLISTAS PEDALAM NA AVENIDA DO COMPLEXO TURÍSTICO PONTA NEGRA.	66
FIGURA 27 - TREINAMENTO FUNCIONAL ANTES DAS 8 DA MANHÃ NA PRAIA DA PONTA NEGRA.	66
FIGURA 28 - VÔLEI DE PRAIA NA PONTA NEGRA.	67
FIGURA 29 - BATISMO REALIZADO NO RIO NEGRO NA PRAIA DA PONTA NEGRA.....	68

FIGURA 30 - BARRACA NA PRAIA DA PONTA NEGRA.....	70
FIGURA 31 - PRÉDIOS PRÓXIMOS AO COMPLEXO TURÍSTICO PONTA NEGRA.	71
FIGURA 32 - ÁREA BASTANTE ARBORIZADA NOS ARREDORES DOS PRÉDIOS DA PONTA NEGRA.	72
FIGURA 33 - BANHISTAS AO POR DO SOL NA PRAIA DA PONTA NEGRA.	73
FIGURA 34 - GRÁFICO COM A FREQUÊNCIA DE IDADE DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DA PONTA NEGRA.....	74
FIGURA 35 - GRÁFICO COM ESCOLARIDADE DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DA PONTA NEGRA.	75
FIGURA 36 - RENDA MENSAL DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DA PONTA NEGRA.....	75
FIGURA 37 - VISTA DA PRAIA DOURADA EM 1974.	76
FIGURA 38 - CRIANÇAS BRINCANDO NA PRAIA DOURADA EM 1974.....	77
FIGURA 39 - REDÁRIO SOB AS TANIBUCAS NA PRAIA DOURADA.	81
FIGURA 40 - PLACA NA ENTRADA DA PRAIA DOURADA.	83
FIGURA 41 - DESCIDA APÓS PORTARIA DA PRAIA DOURADA.....	84
FIGURA 42 - MESAS DE OCUPAÇÃO SEM CUSTO.	84
FIGURA 43 – RIO CHEIO, FAIXA DE AREIA ESTREITA.....	85
FIGURA 44 – VISTA DA PRAIA DOURADA COM LARGA FAIXA DE AREIA.....	85
FIGURA 45 – BANHISTAS, SUP E CIAQUES NA PRAIA DOURADA.....	86
FIGURA 46 – PASSEIO A CAVALO NA PRAIA DOURADA.....	87
FIGURA 47 – BANHISTAS DESCANSANDO EM REDES SOB AS ÁRVORES NA PRAIA DOURADA.....	87
FIGURA 48 – PRAIA MAIOR NO PERÍODO DE VAZANTE E SECA DO RIO.	88
FIGURA 49 – FLUTUANTES NA PRAIA DOURADA.....	89
FIGURA 50 – PRIMEIRO BAR FLUTUANTE DA FRANQUIA PAULISTA SALOMÉ.....	90
FIGURA 51 - GRÁFICO COM A FREQUÊNCIA DE IDADE DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DOURADA.....	92
FIGURA 52 - GRÁFICO COM ESCOLARIDADE DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DOURADA.	92
FIGURA 53 - RENDA MENSAL DOS QUESTIONADOS NA PRAIA DOURADA.	93
FIGURA 54 - VISTA DO BANHO DO TARUMÃ EM 2017.	110
FIGURA 55 – “A ÁGUA ESTÁ COBERTA POR UMA CAMADA ESPESSA DE MATERIAL ORGÂNICO E LIXO”.	112
FIGURA 56 – EQUIPE DA PREFEITURA TRABALHANDO NA RETIRADA DE LIXO DOS IGARAPÉS.....	120
FIGURA 57 – PROJETO CONSCIÊNCIA LIMPA PROMOVE LIMPEZA DE IGARAPÉS EM MANAUS.	123
FIGURA 58 – FABRICAÇÃO DE PRANCHA DE SUP COM GARRAFAS PET.....	125
FIGURA 59 – PRAIA DA PONTA NEGRA COM RESÍDUOS.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. OLHANDO PARA O ONTEM	19
1.1 Como Manaus se fez cidade	19
1.2 A urbanização e os processos de superação dos rios	22
1.3 Da crise e decadência da borracha à Zona Franca de Manaus	27
1.4 Segregação e ressignificações das relações com água em Manaus	32
1.5 Banho de rio e igarapé: cultura e lazer	37
1.6 Manaus e as águas: tradição e identidade	44
2. OLHANDO PARA O HOJE	49
2.1 Banhos atuais em Manaus	49
2.2 O banho na Ponta Negra	52
2.2.1 Chegando à Praia da Ponta Negra	52
2.2.2 O Complexo Turístico Ponta Negra	55
2.2.3 A Praia da Ponta Negra	60
2.2.4 As atividades na Ponta Negra	65
2.2.5 O entorno da Praia da Ponta Negra	71
2.2.6 Os banhistas da Praia da Ponta Negra: perfil dos questionados	73
2.3. O banho na Praia Dourada	76
2.3.1 Chegando à Praia Dourada	76
2.3.2 A família Marinho e a Praia Dourada	78
2.3.3. Propriedade e acesso	81
2.3.4 A Praia Dourada	82
2.3.5 As atividades na Praia Dourada	86
2.3.6 O entorno da Praia Dourada	89
2.3.7 Os banhistas da Praia Dourada: perfil dos questionados	91
2.4 Os múltiplos significados do banho de rio em Manaus	94
2.4.1 O que significa “o banho” para os banhistas entrevistados	94

2.4.2 Os principais motivos alegados para a ida ao banho	99
2.4.4 O que os banhistas mais gostam nesta atividade de lazer	101
3. OLHANDO PARA O AMANHÃ	104
3.1 A relação homem e natureza: desenvolvimento e sustentabilidade	104
3.2 Cidades e Sustentabilidade	107
3.3 Breve discussão sobre a degradação de rios e igarapés em Manaus	110
3.4 Alguns dispositivos legais	114
3.5 As ações do Poder Público	117
3.6 As ações da população	122
3.7 A relação com o rio nos banhos em Manaus: consumo ou usufruto?	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	142
Anexo I - Termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Amazonas (MP-AM)	143
Anexo II – Laudo 1234/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra – Ponto de coleta: Anfiteatro.	151
Anexo III – Laudo 1235/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra – Ponto de coleta: Próximo ao Anfiteatro.	153
Anexo IV – Laudo 1236/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra – Ponto de coleta: Escola de Remo.	155
Anexo V – Laudo 1237/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Praia Dourada.	157

INTRODUÇÃO

A profissão que escolhi exercer, engenharia de produção, me possibilitou o contato com a área de meio ambiente. Por alguns anos trabalhei com inventário de resíduos sólidos industriais o que me permitiu notar que além de todos os dispositivos legais e de toda a tecnologia que se possa desenvolver para gerir adequadamente resíduos, o fator humano prepondera sobre os outros dois fatores e, deste modo, cheguei ao mestrado com a intenção de trabalhar o fator humano. Entendo que a cultura seja um forte sistema de mobilização e estruturação social. Assim, escolhemos trabalhar algo que fosse marca da cultura manauara e que estivesse relacionado com questões de sustentabilidade.

O uso de igarapés e rios para tomar banho é uma prática que faz parte da história da cidade de Manaus (ANDRADE, 1985). Contudo, a princípio os igarapés, que eram vistos como barreira ao desenvolvimento urbano, eram aterrados para que a malha urbana pudesse avançar (PINTO, 2008). Em outro momento os igarapés marcavam a divisão social da ocupação urbana (COSTA, 1997). Porém, apesar das diferentes relações estabelecidas com as águas, seu uso para banho permanece ao longo do tempo e continua como uma prática comum ainda em dias atuais.

Os lugares para banhos usados em outros tempos, na década de 40, como o Parque 10 de Novembro, Ponte da Bolívia e Tarumã, hoje estão poluídos (MOTA, 2002). Conforme a cidade foi transpondo seus igarapés, poluindo-os, aterrando-os, servindo-os de lixo, ficou cada vez mais difícil conseguir áreas para esse lazer que não fossem os rios maiores, como os rios Negro e Amazonas. O “banho” passou a ter seu acesso mais difícil com o decorrer do tempo (PEREIRA *et al*, 2009).

Atualmente dois expressivos lugares usados para o “banho” são a praia da Ponta Negra, no Rio Negro, e a praia Dourada, no igarapé do Tarumã-açu. Ambas remontam seu uso por mais de 60 anos como destino daqueles que buscam por lazer em contato com a natureza, especialmente no fim de semana. Ambas as praias estão localizadas no bairro da Ponta Negra que ao longo dos anos resiste enquanto um lugar que permite o uso das águas para o “banho”.

De acordo com Geertz (2014), a cultura e os símbolos ordenam o comportamento. A forma como esta prática é significada e entendida pelos banhistas e demais usuários desses espaços pode revelar questões que envolvem conexões ou

desconformidades com princípios de sustentabilidade, por isso é importante compreender como se dá esta articulação.

Acredita-se também que uma melhor compreensão dos aspectos históricos da prática do banho, além de seus aspectos culturais, identitários e ambientais, proporcione informações para a elaboração de políticas públicas, além de outras ações, que se destinem a garantir que esta prática seja ecologicamente correta, assim como, colabore para a conservação destes lugares usados tradicionalmente pela população.

Diante deste cenário, esta pesquisa se propõe a compreender a conexão entre os múltiplos significados culturais presentes na prática do “banho” em Manaus e suas questões socioambientais. Para isso primeiramente iremos caracterizar os principais aspectos históricos e culturais relacionados à prática do “banho” em Manaus, pautados a partir de momentos econômicos e surtos de crescimento urbano. A seguir, realizamos uma etnografia da praia da Ponta Negra e Praia Dourada em Manaus enfocando seus aspectos culturais, identitários e ambientais em busca de compreender como os vários atores sociais entendem esta prática. E, por fim, descrevemos e analisamos a presença de relações socioambientais na prática do banho bem como apresentamos algumas ações, medidas e dispositivos legais voltados à sustentabilidade.

A pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva. Diferentes recursos metodológicos foram utilizados, tais como entrevistas semiestruturadas, observação, observação participante, levantamento bibliográfico, análise de documentos. Foi através da etnografia que se buscou identificar os múltiplos significados culturais e identitários da prática do banho de rio em Manaus, assim como articular tais significados aos princípios de sustentabilidade.

Segundo Oliveira, R. (2000), a etnografia é uma combinação sistemática para a obtenção de dados a partir da observação (olhar) e da entrevista (ouvir), associadas ao ato de escrever. Tradicionalmente aplicada à antropologia, a etnografia hoje é utilizada na exploração temática associada a outras áreas do conhecimento (GODOY, 1995). A pesquisa etnográfica abrange a descrição dos eventos da vida em grupo e a interpretação do significado desses eventos de acordo com a cultura do grupo estudado (GODOY, 1995).

Também foram consultadas bibliotecas, museus locais e demais acervos que possibilitaram o acesso a materiais que remontam a história e os principais aspectos acerca do uso dos lugares de banho bem como sua prática. Para a construção do primeiro capítulo foi realizado um levantamento bibliográfico voltado a aspectos históricos da cidade de Manaus e suas relações com a prática do banho de rio.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para obter a descrição desejada quanto ao entendimento dos banhistas sobre suas práticas. Os dados obtidos nessas entrevistas (registrados em áudio e posteriormente transcritos) foram analisados em conjunto com os dados registrados em notas de campo. As entrevistas se deram em conformidade com os requisitos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas a que este trabalho foi submetido e obteve parecer favorável.

As entrevistas semiestruturadas eram distintas para cada um dos três grupos de participantes. São estes: 1. Banhistas e comerciantes, 2. Moradores do entorno da praia da Ponta Negra e 3. Gestor do Complexo Turístico da Ponta Negra (presidente do IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano) e proprietário/responsável da praia Dourada. Contando ainda com dois roteiros diferentes para o terceiro grupo: gestor público e proprietário.

Todos os entrevistados eram maiores de 18 anos de idade, os entrevistados do grupo 1 (banhistas e comerciantes) foram escolhidos aleatoriamente desde que estivessem realizando atividades nas praias pesquisadas e que aceitassem o termo de consentimento livre e esclarecido para a realização da entrevista – TCLE. Tais atividades eram variadas, de lazer, esporte, atividade física ou até mesmo comerciantes ambulantes que frequentam o lugar de pesquisa. Os banhistas entrevistados foram escolhidos aleatoriamente com base em sua distribuição física na praia. Menores de idade não foram entrevistados. Quanto aos moradores do entorno, foram entrevistados aqueles maiores de idade que residem no bairro há pelo menos 1 ano e que aceitem o TCLE.

Além de 56 entrevistas semiestruturadas com os banhistas (sendo vinte e sete referentes à Praia da Ponta Negra e vinte nove referentes à Praia Dourada) aplicamos também um total de 155 questionários a fim de traçar um perfil dos banhistas. Dentre estes questionários, setenta e três foram realizados na Praia da Ponta Negra e oitenta e dois foram realizados na Praia Dourada. Foi entrevistado um total de cinco

moradores do entorno da Praia da Ponta Negra, quatro comerciantes de flutuantes do entorno da Praia Dourada, quatro comerciantes da Praia da Ponta Negra.

As idas a campo foram iniciadas apenas com observação, visto que a liberação do Comitê de Ética em Pesquisa só veio mais tarde. Assim, no mês de junho de 2016 realizamos um teste piloto através do qual avaliamos as duas praias e definimos como seriam coletadas as entrevistas e também como seriam feitas as observações.

O campo ocorreu prioritariamente aos finais de semana, ocorrendo também em dias úteis e feriados. Ao longo dos três turnos estivemos em campo a fim de abarcar a maior quantidade de elementos possíveis quanto a dinâmica dos dois lugares estudados. Após o referido teste piloto, as idas a campo ocorreram nos seguintes dias: 3, 16, 20, 21 e 24 de julho de 2016; 6, 7, 13 e 14 de agosto de 2016; 7, 10, 11 e 18 de setembro de 2016; 5, 8, 9, 15, 16, 17 e 19 de outubro de 2016; 2 e 23 de novembro de 2016 e ainda 28 de maio e 4 de junho de 2017.

As entrevistas semiestruturadas foram analisadas a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), segundo a qual o objetivo é analisar o conteúdo latente a partir dos pontos em comum e também os pontos divergentes de tal forma que se obtenha categorias de análise que possam ser definidas e que elucidem as questões levantadas pela pesquisa. A análise de conteúdo compreendeu a descrição e tabulação das respostas obtidas, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a pré-análise foram destacados trechos da transcrição que serviram como uma referência para análise e categorização de modo que fosse possível explorar os objetivos propostos (BARDIN,2011). Vale mencionar que a categorização consistiu na definição de aspectos percebidos como consensuais nas respostas dos entrevistados. Para análise dos dados quantitativos relativos aos questionários, foram utilizados procedimentos estatísticos descritivos.

A dissertação está construída em três partes. A primeira, referente ao capítulo um intitulado “Olhando para o ontem” é inspirado em Milton Santos (1992) que nos diz que apenas a História nos fornece instrumentos para alçarmos o significado das coisas. A busca dos significados, portanto, é iniciada com uma apresentação breve do passado em busca de referências que contextualizem e expliquem as relações da prática do banho de rio ao longo do curso da História. Fizemos referências aos relatos

dos navegadores europeus que chegaram à Manaus com o olhar de exploradores de um modo de vida tão diferente e desconhecido para eles. Referenciamos também como se deu o desordenado processo de urbanização da cidade que tanto prejudica a vida dos rios e igarapés. E, por fim, traçamos um cruzamento destes levantamentos com a cultura do banho de rio e igarapé como uma forma de lazer que confere identidade cultural à capital amazonense.

A segunda parte é direcionada aos aspectos atuais do banho de rio. O capítulo dois, intitulado “Olhando para o hoje”, apresenta os principais aspectos desta prática cultural a partir da descrição deste lazer em dois banhos urbanos, um público e um privado. O Complexo Turístico da Ponta Negra e a Praia Dourada foram descritos e analisados além dos espaços da praia. Os comerciantes, gestores e moradores do entorno também foram entrevistados. Deste modo, neste capítulo realizamos uma descrição das duas praias, das atividades nelas realizadas, dos seus entornos e ainda um perfil de seus banhistas. Na última parte do capítulo, apresentamos entendimentos dos banhistas sobre suas práticas a fim de compreender os significados conectados ao banho de rio.

Na terceira parte apresentamos de forma sucinta as discussões de ordem mundial, as ações e dispositivos locais ligados à sustentabilidade. Intitulado “Olhando para o amanhã”, o terceiro capítulo se constitui em reflexões sobre o futuro do banho de rio em Manaus. Através deste viés conjecturamos como as relações socioambientais urbanas podem comprometer a conservação destes espaços de lazer e até mesmo transformar rios e igarapés em lixeiras e esgotos a céu aberto. Para isso, resgatamos as questões de urbanismo mencionadas no capítulo um em uma breve discussão sobre centros urbanos e suas questões socioambientais, bem como apresentamos um breve histórico de degradação dos igarapés que já foram fonte de lazer na capital amazonense. Por fim, debatemos brevemente as relações dos banhistas quanto a questões de valores ecológicos e cuidado ambiental.

1. OLHANDO PARA O ONTEM

“Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas”.

Milton Santos

1.1 Como Manaus se fez cidade

Para caracterizar os aspectos históricos da cidade Manaus, precisamos contar um pouco sobre a Amazônia e o cenário do qual emergiu o domínio do Rio Negro. Entretanto, traçar uma descrição sobre tais aspectos não é tarefa fácil visto que existem inúmeras interpretações entre os autores. Para não cairmos em uma discussão que se distancie dos objetivos propostos, faremos aqui um apanhado dos principais posicionamentos e também daqueles que puderam contribuir melhor para suportar as questões culturais e ambientais que nos propusemos a investigar e descrever.

Pelo menos em sua origem, as condições geográficas na Amazônia determinaram as formas de produção de espaço. Foi em torno da malha dos rios que os primeiros centros urbanos começaram a se formar (MOTA, 2002). A história da região pode ser contada a partir de suas águas.

Os dominadores chegaram aqui navegando e a água por si mesma foi objeto de destaque: O rio Amazonas, por vezes descrito como um mar sem ondas devido às suas dimensões, impressionava aqueles que por aqui chegavam. Este rio foi muito importante por permitir a fundação de colônias “em locais bem escolhidos” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 59).

Os rios surpreendiam também pelos novos entendimentos que provocavam. Como um exemplo disto, temos a compreensão de passeio. Em relatos sobre sua viagem pela região onde hoje é Manaus, Agassiz (1975) conta que havia sido convidado para visitar certa plantação e explica que, no seu entendimento, um convite deste carrega a ideia de um passeio a pé, mas que nesta terra, chamada por ele de inundada, dois pontos quase sempre se comunicam pela água.

A Amazônia sempre inquietou os viajantes por suas peculiaridades, qualidades específicas, as descrições podem variar de um extremo ao outro, de paraíso a inferno. O interesse na região foi variando de acordo com os interesses

socioeconômicos de cada período. Os relatos são variados e interpretam a região de forma diversa a partir de várias perspectivas (SCHWEICKARDT, 2011).

Numa época em que as embarcações levavam cinco meses para chegar do Pará até Manaus, esta última ficava em posição estratégica, no meio da grande linha de vapores do rio Amazonas (AVÉ-LALLEMANT, 1980). A ocupação de Manaus se inicia como um cunho político-econômico português. A cidade nasce de forças desordenadas e sem disciplina, sendo como uma improvisação apressada do homem (MONTEIRO, 1994).

A “dominação” da Amazônia, desta forma, pode ser vista como um produto do modelo capitalista, uma ocupação econômica de fronteiras tanto físicas quanto políticas. Os impactos se confundem com domínio da natureza, refletem e dinamizam mudanças culturais, perspectivas de autodeterminação social, do imaginário universal. A Amazônia, desde sua descoberta até os dias de globalização, é um território de fabulação e utopia (SILVA, 2000).

A cidade de Manaus também carrega muito de fantasia. Essa questão motivou inclusive um livro cujo próprio título carrega o termo “ilusão”, um clássico para quem estuda este município: A ilusão de Fausto, de Edineia Mascarenhas Dias. Talvez a distância, tanto geográfica quanto cultural, seja um viés pelo qual podemos compreender a razão de tantas fabulações ao longo de centenas de anos. Ainda hoje, mesmo diante do advento da internet, existem fortes fabulações sobre o norte do Brasil.

Os autores apresentam datas divergentes quanto à história de Manaus. De forma geral temos que sua fundação se deu em 1669 quando foi chamada de Local da Barra, ou ainda, São José da Barra do Rio Negro, como ficou sendo conhecida a fortaleza nos seus primeiros dias de inauguração e de maior prestígio. A conquista de cidade teria tido seu esboço ainda por 1827 por reclamação de deputados, mas o título só viria anos depois (MONTEIRO, 1994). Em 1848, foi elevada a condição de Cidade da Barra do Rio Negro e em 1856 passou a ser chamada de Manaus.

A princípio um simples aldeamento de nativos, o lugar foi escolhido por sua situação geográfica e pelas condições de salubridade que oferecia. O Lugar da Barra teria com o governo de Lobo d’Almada “o começo de uma grande vida”. Barcelos não era considerada própria para uma capital, a mudança desta deveria ser para a confluência do Rio Negro com o Rio Solimões, no encontro de suas águas (REIS,

1999, p.43). O desenvolvimento de Manaus foi devido à sua posição geográfica privilegiada na Amazônia, por onde passam os fluxos de toda a bacia da Amazônia Ocidental (OLIVEIRA, 2011).

Avançando um pouco no tempo, temos o clássico relato de Agassiz (1975), que chefiou expedição ao Brasil no período de 1865 a 1866. A respeito de Manaus, na época já uma cidade, ele escreve:

O que poderei dizer de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com nomes de edifícios públicos (...). Entretanto, a situação da cidade, na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação (p.127).

A história do homem se confunde com a história da cidade, se é que não são faces diferentes de um mesmo enredo. Conhecer estes cenários nos permite entender, na atualidade, os processos de transformação ambiental relacionados ao crescimento urbano, um exemplo perfeito de uma dinâmica que modifica a paisagem natural e que geralmente é marcada por prejuízos ambientais (MOTA, 2002). Desta forma, o fenômeno urbano, a produção espacial, e as dinâmicas relacionadas a estas ações nos fornecem elementos que podem elucidar algumas das questões a que nos debruçamos.

Parece-nos apropriada a indagação: O que é cidade? Weber (1973), afirma que a caracterização deste termo não é imprecisa. Segundo ele cidade é comumente definida como localidade e não casórios mais ou menos dispersos, via de regra, atualmente, com as paredes encostadas. Cidade seria uma grande localidade. Localidade por sua vez, passa a ideia de conexão entre casas.

De acordo com o mesmo autor, outra ideia que não pode se fazer ausente quando falamos de cidade, é a presença de um intercâmbio regular (não eventual) de mercadorias. Pelo viés econômico, portanto, cidade é quando a população local satisfaz parte essencial de sua demanda diária, desta forma, cidade seria um local de mercado.

Manaus vai se definindo enquanto cidade por meio da conquista de novos padrões de cultura. O que alguns autores chamaram de transplantação da cultura local, consequência do choque entre duas culturas sendo dominante a portuguesa, se

mistura ao longo dos relatos com o próprio processo de urbanização. A rua, por exemplo, se apresentava como um marco divisor entre o que seria uma aldeia de índios e uma cidade de brancos (MONTEIRO, 1994).

A rua não foi como um elemento “civilizador”, mas exerceu função além desta em Manaus, desde sua definição simples até a sua validade na ordem da cultura. Por volta de 1834, as ruas se distribuíam como algo semelhante a “uma aldeia indígena já contaminada pela cultura adventícia”. Na era provincial é que Manaus vai aparentar mais ostensivamente o urbanismo (MONTEIRO, 1994, p. 59).

1.2 A urbanização e os processos de superação dos rios

A depredação se fez presente já nos primeiros momentos econômicos da Amazônia. Uma das primeiras atividades foi a extração e consumo da “manteiga” ou banha de ovos de tartaruga. Fazia-se também uso da banha do peixe-boi e em menor escala a do tambaqui e do jacaré. Esta indústria movimentava toda uma rede econômico-social. “Era natural que a fantástica e cruel depredação culminasse na diminuição crescente e quase desaparecimento das tartarugas, dado seu moroso crescimento” (MONTEIRO, 1994, p. 123).

No tocante aos momentos econômicos de Manaus, o primeiro auge ocorreu com a exploração do látex. O primeiro grande surto de urbanização foi devido aos investimentos propiciados pela acumulação de capital advindo da economia da borracha (BECKER, 2013; OLIVEIRA, 2003). As datas desta fase não é consenso entre os historiadores que de forma geral definem de 1840 a 1920 como sendo o período do primeiro ciclo da economia gomífera. O processo de urbanização da capital tem inúmeros desdobramentos dos quais destacamos alguns pontos mais importantes para nosso objeto de estudo.

Neste período, embelezar e modernizar Manaus eram o maior objetivo dos administradores da capital. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna e atraente para a imigração, o capital e o consumo. Quanto aos investimentos, o governo priorizou o aterro dos igarapés, abertura de ruas, construção de prédios públicos, saneamento, etc. A cidade passou por uma expressiva transformação que se estabeleceu também com novas relações sociais (DIAS, 1999).

A modernidade trouxe consigo um novo conceito de organização das cidades. No novo conceito de urbanidade preconizava que esta deveria facilitar tanto o trânsito de mercadorias quanto a exposição de símbolos que sejam interessantes para os dirigentes deste processo (MELO, 2010).

Apenas neste contexto da borracha a Amazônia, assim como Manaus, pode ser compreendida no fim do século XIX e início do século XX. A riqueza gerada por este produto trouxe maior visibilidade para a região. A cidade de Manaus passou de uma cidade com pouca expressão para um centro exportador do “ouro negro” e ganhou uma aparência europeia em meio à população majoritariamente indígena (SCHWEICKARDT, 2011).

É neste contexto da economia da borracha que temos significativos elementos a respeito do banho de rio em Manaus e suas relações no curso da história. O processo de urbanização e transformação cultural refletiu nesta prática, seja diretamente por meio de sua proibição com penalidades, seja indiretamente por sua inviabilização devido aos aterros de rios e igarapés.

Em todos os momentos da construção dos espaços da cidade estão registrados aterros e desaterros de áreas de Manaus. Seus aspectos físicos foram descaracterizados desde o início de sua formação (OLIVEIRA, 2003). Além disso, para Monteiro (1994), emergiu uma campanha contra a tradição indígena.

Uma mudança radical na cidade a fez ganhar aparência europeia. Passaram a existir serviços de uma capital moderna que permitiam o consumo dos produtos refinados da indústria, mostrando sinais de “progresso”. Pelo porto passavam navios de várias nacionalidades, o contato com a Europa e os Estados Unidos se intensificou com as linhas regulares que transportavam pessoas e produtos. Este contato constante fazia com que a capital ressoasse a cultura europeia (SCHWEICKARDT, 2011).

A Manaus dos naturalistas eurocêntricos, que observavam e descreviam o novo lugar, vai se transformar na capital da borracha, a Paris dos Trópicos, moderna, embelezada, elegante. É preciso que a cidade seja adaptada às exigências econômicas e sociais da época da borracha. A política para tal seria a transformação de Manaus pela dominação do grupo que iria geri-la, grupo este ligado ao capital financeiro internacional e com estreita ligação com o poder público local (DIAS, 1999).

Foi especialmente durante a administração de Eduardo Ribeiro que Manaus mudou sua paisagem urbana com novas instalações e construções em seu traçado urbano: saneamento, ruas, eletricidade, coleta de lixo, serviços telefônicos, edifícios, bondes. Transformar a antiga aldeia em cidade moderna implicava a desconstrução de qualquer vestígio do antigo lugar da Barra do Rio Negro (DIAS, 1999).

Manaus foi se estabelecendo sem comportar em seu planejamento espaços de seu patrimônio natural, enquanto fonte de beleza e fonte de viver da população. Deste modo, houve exclusão dos igarapés. Vistos como um atraso na modernização, eles passaram a ser concebidos como esgotos, espaços desvalorizados e ocupados pela população mais pobre para somente muito mais tarde ser valorizado por meio da intervenção pública (OLIVEIRA, 2003).

Em nome da boa higiene e do embelezamento, a construção da atual Avenida Getúlio Vargas, foi uma obra considerada tanto pela sua função de melhorar o aspecto físico da cidade quanto pela vantagem de fazer desaparecer o foco “pantanosos” constituído pelo igarapé do Aterro e Remédios. Oliveira (2003) afirma que o higienismo quase sempre atingia o mais pobre. Em parte, temos a intervenção essencialmente ambiental tentando o caráter social de criação da cidade.

Neste mesmo sentido, Schweickardt (2011) afirma, sob a perspectiva da saúde pública, que além da variação do nível das águas, outro fator contribuinte para o represamento da água dos igarapés, que propagava mosquitos e doenças, era as referidas obras que aterravam igarapés e abriam ruas. Tais obras aumentaram as doenças, especialmente a malária. Os pobres eram os que mais sofriam visto que suas condições de vida eram ideais à propagação da doença. Os pântanos e os igarapés eram responsáveis pela presença de malária na cidade.

Apesar de não terem tido impacto no processo de crescimento da malha urbana de Manaus, estudos da Comissão de Saneamento de Manaus, constituída oficialmente em 1904, inovaram ao indicar que o aterramento dos igarapés não seria a melhor solução para as questões de saúde, nem ao menos seria necessário. A comissão recomendava tratamento das águas para trazer respostas mais satisfatórias para enfrentar o problema (SCHWEICKARDT, 2011).

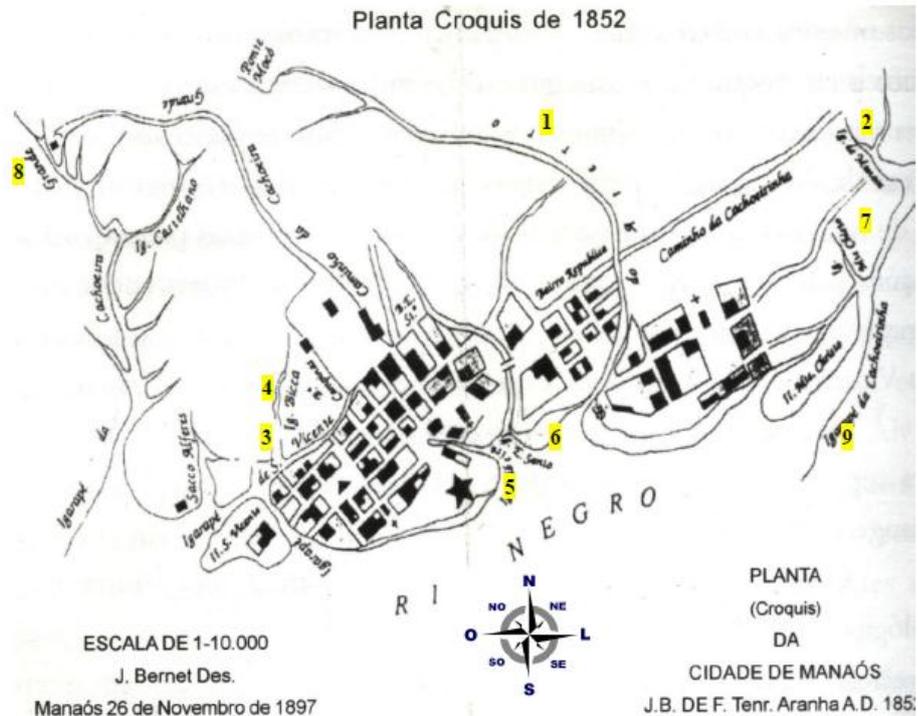
Ao longo deste processo de urbanização alguns igarapés sumiram do centro da cidade. O aterramento era demorado, podia levar décadas, a formação de pântanos era inevitável e conseqüentemente estes espaços tornavam-se focos de

doença com o represamento das águas. O traçado predominantemente em linha reta da malha urbana não respeitava as nascentes e nem os leitos dos igarapés. Desta forma, os igarapés, vistos como barreiras ao desenvolvimento urbano que deveriam ser superados, eram aterrados para que a malha urbana pudesse avançar e não teriam lugar no novo modelo (DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003; PINTO, 2008; SCHWEICKARDT, 2011).

Manaus se desenvolveu nos seus primórdios principalmente a partir de seis cursos d'água dos quais três sofreram aterramento: Igarapé do Espírito Santo atualmente ocupado pelas Avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto; Igarapé dos Remédios ou do Aterro, hoje ocupado pela Avenida Eduardo Ribeiro; e Igarapé Ribeira dos Naus, hoje áreas ocupadas pelas praças do comércio, Oswaldo Cruz e Quinze de Novembro (MOTA, 2002).

Figura 1- Planta Croquis da cidade de Manaus, 1852 e seus igarapés:

1- Aterro, 2- Manaus, 3 – São Vicente, 4 – Bica da Boa Vista, 5 – Ribeira das Naus, 6 – Espírito Santo, 7 – Monte Cristo – **8 – Cachoeira Grande, 9 – Cachoeirinha.**



Fonte: Adaptado de OLIVEIRA (2003) apud PINTO – 2008.

Com o período áureo da borracha, a partir de 1900, a malha urbana se estendeu entre os igarapés da Cachoeira e Cachoeirinha que estão indicados na

figura 1. Neste período a relação com os igarapés quanto à paisagem urbana se deu pela construção de pontes ou aterrando-os. Este processo de ocupação dos igarapés é também um processo de degradação do meio-ambiente que irá se intensificar no futuro, especialmente com a criação da Zona Franca e o conseqüente segundo surto de crescimento populacional de Manaus (OLIVEIRA, 2003).

Vale mencionar que se a urbanização por um lado trouxe prejuízos do ponto de vista ambiental, houve algum progresso do ponto de vista sanitário. Por volta de 1912, através da expedição de Oswaldo Cruz, as medidas da Comissão de Saneamento avançavam, ainda que com resultados aquém do desejado. Havia enorme preocupação com a malária, principal problema de saúde pública na época (SCHWEICKARDT, 2011).

Os responsáveis pela higiene, conforme nos conta Oliveira (2003), entendiam que a vegetação impedia a penetração do sol e por isso possibilitava a proliferação de doenças. Era então aconselhada a limpeza da vegetação dos leitos e margens dos igarapés. Para estes responsáveis, limpeza seria a retirada da vegetação primária considerada danosa à saúde. Assim, o igarapé que antes estava ligado à fonte de vida, passa a ser associado à doença e à morte.

Esta mudança no sentido dado ao igarapé, de vida para morte, é mais um exemplo de como a urbanização da cidade não foi apenas redesenhando o contorno urbano. Para além deste redesenho, urbanizar Manaus foi um processo que desconstruiu as representações locais em favor do estabelecimento de um novo entendimento. Os igarapés eram vistos como obstáculos ao crescimento e opostos ao desenvolvimento e modernização (DIAS, 1999; OLIVEIRA, J. 2000; OLIVEIRA, 2003).

Apesar do avanço mencionado no saneamento, a situação do paludismo se agravaria em 1920 paralelamente à crise da borracha. Além desta doença, também assombravam Manaus a ancilostomose, a lepra e a leishmaniose. Nessa época do grave quadro de malária na cidade, ao mesmo tempo em que os igarapés isolavam o subúrbio, forneciam à população o peixe, único alimento que poderia ser provido sem as relações de compra (COSTA, 1997; OLIVEIRA, 2003).

A partir da segunda metade do século 20, com a crise da borracha, a cidade absorveu seringueiros migrantes empobrecidos que saíam do interior do estado e se dirigiam as periferias da capital. Em meio à crise econômica, promoveu-se a dispersão das classes populares pelos subúrbios mais distantes da cidade tais como os dos

igarapés do São Raimundo, Educandos, e Colônia Oliveira Machado (COSTA, 1997). Com o agravamento da malária, inchaço populacional e borracha em baixa a crise estava instalada.

1.3 Da crise e decadência da borracha à Zona Franca de Manaus

Com a derrota da economia da borracha para a Ásia somada à Primeira Guerra Mundial, começou um abandono dos seringais e iniciou-se uma migração contrária. Desta forma os seringueiros retornam para o Nordeste ou buscam moradia na capital. Os anos de 1920 foram de decadência para Manaus. A imprensa tratava como um “salve-se quem puder”. A cidade em abandono ia sendo tomada pela floresta. A população vinda do interior estava doente e miserável (PINTO, 2008; SCHWEICKARDT, 2011).

A situação de crise econômica foi então intensificando um quadro de pobreza que antes era mantido “encoberto”. O desenvolvimento e progresso da cidade foram acompanhados de um quadro de miséria. Emergem contradições e contrastes de um espaço urbano pensado, planejado e idealizado para se fazer conhecer e impressionar os investidores estrangeiros, enquanto projeta prosperidade e civilização dentro de uma concepção burguesa. Por outro lado, atrai também aqueles que não têm condições de viver no luxo e usufruir do conto burguês. Esses grupos desassistidos de fortuna e marginalizados passam a ser preocupantes e perturbadores para os grupos dominantes (DIAS, 1999).

Desta forma temos de acordo com Dias (1999), que ainda no apogeu da economia da borracha, ao contrário do relato da maioria, houve em Manaus um grande número de necessitados. Com a chegada da crise esta situação piorou. A decadência da capital amazonense de 1920, de acordo com Schweickardt (2011), repercutiu nos jornais que intitulavam a cidade como morta a fim de evidenciar o contraste formado com o período de prosperidade da *Belle Époque*. Tal contraste se tratava da euforia e riqueza da economia da borracha frente ao seu reverso de decadência e miséria em Manaus e também no interior.

Para Costa (1997), toda essa atribuição da crise promoveu com mais agilidade a dispersão das classes populares pelos subúrbios da cidade. Para os mais

distantes, tais como São Raimundo, Educandos e Colônia Oliveira Machado, acredita-se que os igarapés serviam como “ponte de travessia”. Eles promoviam a comunicação e circulação de pessoas entre o perímetro urbano e a periferia. Schweickardt (2011) comenta acerca dos contrastes das casas abastadas, modernas e pomposas com as casas de palha, os cortiços, as palafitas e os flutuantes do subúrbio.

Souza (2010) destaca a influência da água como um fator poderoso que contribuía para a escolha dos espaços de moradia. O mesmo autor relata que por volta de 1938, um estudo indicou que praticamente 70% das moradias da cidade eram extremamente íntimas ao circuito fluvial, estavam próximas a charcos, igarapés, rios e alagadiços. De acordo com o referido estudo, “a água domina isso tudo” (SOUZA, 2010, p. 138).

Na periferia, o igarapé era fornecedor de água e alimento, local de trabalho e de lazer, espaço de desenvolvimento de formas de sociabilidade urbana, onde redes de solidariedade se estabeleciam. Ao mesmo tempo conduziam a periferia ao espaço central que concentrava os locais de trabalho (COSTA, 1997; OLIVEIRA, 2003). Neste contexto temos que os subúrbios mais distantes se constituíram em direção sul, contrária à expansão ao norte planejada pelo poder público com os bondes ou estradas de ferro (COSTA, 1997).

A população do outro lado dos igarapés parecia esquecida. Os relatórios médicos da Comissão de Saneamento de Manaus, por exemplo, não apenas ignoravam como também não a incluíam nas suas análises epidemiológicas (SCHWEICKARDT, 2011).

Vale mencionar o surgimento da cidade flutuante, ilustrada nas figuras 2 e 3, que foi se formando na direção sul sobre as águas do rio Negro e outros igarapés. Como consequência da crise da borracha, crescia o número de aluguéis inadimplentes. Parte do inquilinato do centro partiu para o subúrbio e outra parte voltou à sua terra de origem. Parte deste contingente foi gradativamente constituindo o que viria a ser a cidade flutuante, um circuito de casas que flutuavam sobre as águas (COSTA, 1997).

Figura 2 – Rua na Cidade Flutuante em 1965.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

Figura 3 – Vista da Cidade Flutuante em 1965.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

A cidade flutuante alcançou uma extensão de quase 4 km. Souza (2010) define como impensável que Manaus não parasse de avançar rumo às suas fronteiras fluviais, imaginar que a cidade começa e finda no rio Negro enquanto poderia se expandir em outras direções. Mais uma vez e por um novo contexto e nova

configuração, os limites naturais das águas dos rios e igarapés foram sendo paulatinamente vencidos.

Alheio à cidade flutuante, o poder público passou a olhar para ela quando o governo de Arthur Reis, em 1964, assumiu na ditadura militar o governo do Estado do Amazonas tendo como uma de suas principais metas a definitiva e completa destruição da cidade flutuante (SOUZA, 2010).

Em meio à luta para implantação da Zona Franca de Manaus, foi elaborado um projeto para retirada desta cidade sob as águas que se deu de forma violenta e através da força policial. Parte dos moradores foi alocada no bairro da Raiz, planejado para este fim. Sem as ocupações proporcionadas pela cidade flutuante, esse contingente populacional comporia a mão-de-obra para a indústria de montagem da Zona Franca de Manaus (COSTA, 1997).

Apesar de todos esses acontecimentos, há quem considere que a crise possa ter sido um mito, visto que o seu sentido e significado diferenciam de acordo com cada segmento da população tendo sido mais ou menos percebido a depender de cada grupo (CASTRO, 2008).

De qualquer forma, a recuperação econômica da cidade só se faria com um novo momento econômico após anos de estagnação. Ainda que durante a Segunda Guerra Mundial tenha havido um momento em que se acreditou que a borracha pudesse ser retomada, foi apenas uma tentativa passageira e infrutífera de superar a crise econômica. Manaus só sairia do mencionado estado de abandono na época dos militares, com a criação da Zona Franca de Manaus.

Portanto, o fim da letargia ocorre no final da década de 60, quando se estabeleceu a Zona Franca de Manaus (ZFM) por intervenção de diversas medidas econômicas do Estado. A ZFM é formalmente iniciada com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 1967, em funcionamento até os dias atuais. Com a elaboração de um novo modelo econômico, mais uma vez, as políticas públicas contemplam apenas o crescimento econômico e, com isso, a geografia natural da cidade sofrerá novas mudanças ainda mais significativas (PINTO, 2008).

A tentativa de retomar a borracha antes da intervenção estatal para instituir um novo modelo econômico, mostra que “três décadas de crise não contribuíram em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia” (CASTRO, 2008, p. 71).

A justificativa para implantar a ZFM pautava-se em dois pontos: integrar a região com o país e desenvolver a Amazônia. Assim a partir de 1960, Manaus recebeu grandes investimentos na infraestrutura para viabilizar a Zona Franca. Manaus passou de a “Paris dos Trópicos” a uma metrópole moderna (CASTRO, 2008; OLIVEIRA, 2011).

A Zona Franca de Manaus tornou-se um polo de isenção fiscal. Inicialmente restrita a Manaus, posteriormente foi estendida pelo Estado do Amazonas e ainda Rondônia, Roraima e Acre. A Manaus de hoje pode ser vista como um espaço derivado da Zona Franca em função de possibilitar o capitalismo que mudou o modo de vida, antes baseado no extrativismo vegetal e agora influenciado pelo novo meio de produção nas fábricas e no livre comércio (CASTRO, 2008; OLIVEIRA, 2011).

A forma como a atividade industrial se estabeleceu fazia com que a Amazônia, e especialmente Manaus, fosse centro de atração de imigrantes internos, o que foi agravado com as grandes cheias no interior do Estado (PEREIRA *et al* 2009, p. 158).

O crescimento demográfico da década de 80 se deu em níveis jamais vistos. Até a década de 70 o espaço urbano se concentrava na zona Sul, Oeste e Centro-Oeste. Após o modelo Zona Franca, as ocupações irregulares expandiram nas direções Norte e Leste. A partir de década de 80, o poder público disponibiliza loteamentos na zona Leste que não foram suficientes para impedir o crescimento desordenado (PINTO, 2008). Manaus atualmente está com 1.802.014 habitantes, de acordo com o último censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com este inchaço populacional não foi possível perceber o quanto a capital amazonense expandia sua área urbana e “a maioria da população deixava de usufruir do lazer, que tradicionalmente na região é conhecido como ‘o banho’” (PEREIRA *et al* 2009, p. 158).

Nesta época do crescimento industrial, o banho, que para o manauara é quase uma obrigação e que conforme a cidade foi transpondo, superando, poluindo, servindo os igarapés como lixeiras, foi ficando cada vez mais difícil conseguir áreas para este tipo de lazer. Ao longo do tempo as pessoas foram em busca de novas opções de banho. Ficou cada vez mais difícil conseguir áreas para esse lazer que não fossem os rios maiores, como os rios Negro e Amazonas (PEREIRA *et al*, 2009).

Manaus tornou-se importante centro de comércio importador e centro de turismo doméstico. O modelo ZFM, que passou por várias fases, ainda hoje é alvo de

um debate bem polarizado no país. Uns defendem a dinamização econômica local e outros criticam a internacionalização da economia. No contexto do século XXI, para Becker (2013), este modelo coloca novos desafios e oportunidades para um novo e diferente padrão de “desenvolvimento” da cidade, calcado na utilização do potencial natural dos ecossistemas florestais. A autora especula uma Manaus no futuro que seja baseada na prestação de serviços ambientais.

Em verdade, são apenas especulações, não sabemos em que direção o modelo econômico da região irá seguir. Neste momento em que o mundo inteiro sofre uma desaceleração desde a crise econômica mundial de 2008, oriunda da derrocada imobiliária nos Estados Unidos, a economia mundial segue entre altos e baixos.

No Brasil isso não é diferente e, como agravante, o país encontra-se diante um cenário de colapso político impregnado pela corrupção. No Polo Industrial de Manas (PIM) que completou 50 anos em 2017, o impacto econômico também se faz presente. Em reportagem sobre os 50 do PIM, Severiano e Tapajós (2017) publicaram: “A recessão, nos últimos três anos, provocou um processo de desaceleração da produção industrial em Manaus. Antes mesmo de o cenário de crise generalizada, o setor de Duas Rodas (carro chefe do PIM) já amargava perdas desde 2012”.

1.4 Segregação e ressignificações das relações com água em Manaus

Feita a descrição anterior sobre como o processo de urbanização de Manaus definiu questões além das relacionadas à malha urbana, mas também interferiu nos hábitos, no lazer, na cultura e na identidade do lugar, a partir desta perspectiva debruçamo-nos agora acerca destas questões culturais com enfoque ao banho de rio.

Desde o momento inicial da urbanização da capital amazonense até os dias atuais existe, de forma geral, algo que gira entre uma negligência e uma incapacidade de integrar o rio como parte da cidade. O contraste é evidente.

Se por um lado a população emprega o sentido de fonte de vida e lazer, por outro, nem mesmo o povo nem seus governantes, conseguem conservar os rios, ainda que este assunto esteja presente em seus discursos. O que se acontece de forma evidente, pelo contrário, é a degradação, da qual falaremos melhor mais adiante. Por hora, vamos voltar nossa atenção às relações para com a água e como estas relações foram se transformando ao longo da história da cidade.

Dentre as inúmeras relações com as águas, tomar banho de rio é elemento que consta da história da capital amazonense ainda na época dos navegadores naturalistas que por aqui realizaram expedições. Em seu clássico *Viagem ao Brasil*, Agassiz (1975) menciona que os habitantes de Manaus muito se gabavam de um atrativo do passeio na floresta, uma cascatinha, onde se banhavam e se divertiam.

A floresta, segundo ele, proporcionava banhos atraentes e sombreados de forma íntima, o autor conta que “os habitantes de Manaus fazem delas [termas da floresta] o maior uso; nós mesmos não resistimos ao prazer de mergulhar nessa água que atrai” (AGASSIZ, 1975, p. 158). Esta descrição da atração das águas como algo a ser partilhado é um relato de menor expressão. A maioria dos posicionamentos é o contrário, de criticar negativamente o hábito tão característico do lugar.

O processo de urbanização da Amazônia se deu com fatores predominantemente alheios à realidade do lugar, sem que houvesse uma compreensão das necessidades locais e de suas especificidades. Ocorreu um choque com as relações até então existentes quando as primeiras cidades na Amazônia começaram a se constituir devido à presença do colonizador (DIAS, 1999; MOTA, 2002; OLIVEIRA, J. 2000).

O centro da vida amazônica são os seus rios, é nas suas margens que a dinâmica da atividade humana acontece (TOCANTINS, 2000). A cultura local acabou por sofrer as interferências dos sistemas políticos que foram se implantando. Muitas cidades amazônicas foram resultantes de novas formas políticas e novos modos de viver (OLIVEIRA, J. 2000).

Se antes o lugar estava organizado para garantir a simples sobrevivência do grupo, com a chegada do europeu predominaram relações sociais mediadas pelo mercado. Tal fato foi configurado por uma tendência a contradições, o “avanço” de novas relações sociais e de produção que destruía as já existentes, e a incapacidade de melhorar a vida da população local uma vez que destrói sua base cultural (OLIVEIRA, J. 2000).

Ao longo do processo de reprodução urbana, a dinâmica se deu graças ao uso do solo que redefiniu e transformou não só a fisionomia das cidades, mas o cotidiano das pessoas, redefinindo também o conceito do modo de vida. A privação da população de costumes que caracterizam as raízes ribeirinhas é um aspecto marcante do processo do desenvolvimento urbano na cidade de Manaus, interligada

à ideia de modernidade que é em si mesma, socialmente excludente (GUGLIELMINI, 2005).

Em Manaus o processo de urbanização – o “modernizar” – especialmente com o grande crescimento proporcionado pela economia da borracha, se fez com um conflito de valores e expectativas entre a população local e as classes dirigentes. “Modernizar” seria negar os hábitos sociais e destruir quaisquer vestígios que lembrassem Manaus como uma aldeia de índios ou como o antigo lugar da Barra do Rio Negro (DIAS, 1999; SENA, 2005).

Conforme expusemos anteriormente, as obras deste período pretendiam embelezar e modernizar a capital amazonense. Vale mencionar que esse progresso e embelezamento eram entendidos sobre o ponto de vista dos dirigentes, que queriam espelhar na “Paris dos Trópicos” os padrões da Europa. Para isso, não seriam suficientes obras urbanísticas, alguns costumes e o modo de vida deveriam também ser adequados ao novo modelo (DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003).

Essas obras que desenhavam a malha urbana não consideravam a importância dos igarapés para a população local. Foi um urbanismo imposto. Pois antes disso, o rio representava fonte de subsistência, água, moradia, trabalho e lazer para os habitantes locais (PEREIRA *et al* 2009; OLIVEIRA, 2003; SOUZA, 2010).

Deste modo, Manaus foi submetida a um disciplinamento, foram empregados meios de controle que pudessem regular o modo de vida da cidade, Dias reflete que o que se percebe em uma reconstituição histórica da cidade é que:

O poder público aliado aos interesses privados, desenvolvem uma política de pressão, exclusão e dominação contra pessoas ou grupos de pessoas que emergem na cidade e que não se enquadram nos conceitos de valores da elite local. Foi necessário desenvolver uma política de preservação e defesa da ordem urbana (1999, p. 132).

Ainda que, de acordo com Meirelles (1994), jurista e advogado brasileiro, o urbanismo não despreze a natureza, nem relegue a tradição, não foi o que assistimos acontecer em Manaus. O desprezo pela cultura local e a supremacia da cultura imposta eram visíveis nas formas do espaço urbano. O que fosse entendido como obstáculo ia sendo removido para dar lugar a uma cidade “digna” e “civilizada” (OLIVEIRA, 2003).

O empenho em aniquilar a cultura dos habitantes se deu inclusive por meio de dispositivos legais que proibiam hábitos locais tais como: partir lenha, estender

roupas ou ferrar animais na rua, andar em público “indecentemente” vestido ou em completa nudez, transitar com animais, cercar quintal com cerca de madeira até chegar ao “sepultamento de hábitos e saberes locais e imposição de novos. Uma cidade ordenada e expropriada de seus costumes, ligados pela memória dos moradores tradicionais” (DIAS, 1999).

Este foi o processo de imposições culturais exercidas de forma considerada legítima, mas que quase sempre passam invisíveis e dissimuladas, que Bourdieu (2001) denominou de violência simbólica. Este conceito é utilizado para explicar como ocorre a contínua reprodução de crenças dominantes ao longo do processo de socialização através da qual a classe que lidera acaba por impor sua cultura aos segmentos menos privilegiados (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014).

Havia um Código de Postura Municipal que, em conjunto com o Regulamento Sanitário, funcionou como medida de suporte para a construção de um espaço salubre, higiênico e moderno (DIAS, 1999; SENA, 2005; OLIVEIRA, 2003). Assim se estabelecia mais uma forma de segregação além da formação de periferia anteriormente mencionada.

Para Oliveira (2003), a segregação está no modelo de produção da cidade, visto que ela não se produz e não se apropria de forma igualitária. O selvagem (não civilizado) era aquele que via a natureza como fonte de vida e com ela se envolvia numa relação de cumplicidade e respeito, enquanto o desenvolvido (civilizado) o dominava, derrubava a floresta, aterrava os igarapés, desaterrava mananciais e construía pontes. A natureza passa então a ser vista como fonte de lucro e recursos. A função dos rios e igarapés também já não seriam a de outrora, gradativamente passariam a ser lugar onde se despejam dejetos.

Nesta seara de exclusão, temos ainda que os benefícios da referida modernização foi privilégio de poucos. A classe trabalhadora ficaria sem saneamento, transporte, saúde e abastecimento. À medida que o projeto de embelezamento foi avançando, as áreas beneficiadas foram sendo valorizadas. Neste novo espaço com o objetivo de facilitar circulação de mercadorias, os igarapés que cortavam a cidade não teriam lugar na representação do novo modelo (DIAS, 1999). Desta forma, a relação com a água dos rios e igarapés foi sendo transformada.

Em uma música regional da banda Cabocrioulo que tem pouco mais de 10 anos de existência, por exemplo, é possível identificar esta representação na letra da

canção sobre Manaus que diz “[...] seja no bairro nobre ou onde passa o rio”. O rio passou a ter sentido oposto à nobreza.

Em 1868, a retirada de água do igarapé do Aterro para vender à população foi proibida devido a constantes trabalhos de aterro e desaterro, assim como proibiram também a lavagem de roupas ou animais no rio. Conforme a cidade avançava, a norte e a oeste, as lavadeiras eram repelidas nestas direções. (OLIVEIRA, 2003). Ainda sobre essas medidas, temos que:

As proibições com penas de multas e prisões transformaram-se em medidas eficazes no processo “civilizatório”, que vão do estabelecimento de quiosques nas ruas, jogar entulhos nos igarapés, despejar imundices a céu aberto nas ruas, conservar águas estagnadas ou lixo nos quintais das casas, oficinas, tabernas, casas de pasto e hotéis deixar gado *vacum* e cavalos vagando pelas ruas e praças, criação de porcos nas vias públicas e tomar banho nos igarapés (DIAS, 1999, p. 136, grifo nosso).

A nova condição de vida urbana pensada pela classe dirigente era de distanciamento com a natureza, independentemente das realizações de obras. As lavadeiras são excluídas das vias públicas bem como os banhos diários nos rios e as lavagens de animais. Para isto, muitos aterros foram realizados e em consequência houve até frequente falta d’água para o povo. Aterrar foi preciso visto que regulamentos e normas não davam conta de anular hábitos e costumes locais (DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003).

Fica evidente a resistência dos antigos modos de vida da população. Se os aterros impediam a pesca, lavagem de roupa, a busca de água e o banho de rio, outros caminhos iam sendo abertos para se chegar aos igarapés remanescentes. (OLIVEIRA, 2003; PEREIRA *et al*, 2009; SENA, 2005).

Apesar de todo este esforço despendido por parte do poder público, Souza (2010) nos evidencia, em pesquisa com ex-moradores da cidade flutuante, que toda a relação que se pretendia expurgar se manteve presente. Para os entrevistados por ele rios, lagos e ilhas representam uma expressão cultural dos modos de viver que influenciam suas vidas. Influências estas que são atuantes em seu nascimento, lazer, trabalho, moradia, que projetam sonhos, norteiam crenças e por isso marcam lembranças ribeirinhas.

É de pelo menos de 1849 a data de proibição dos banhos nos igarapés. A população local passou a ser condenada se tomasse banho fora dos locais

estabelecidos. “Os banhos só eram permitidos nos locais fora de atenção pública, onde a moral permitia certa liberdade aos banhistas, e onde não prejudicasse a saúde pública” (OLIVEIRA, 2003, p. 155).

O que fica posto é uma relação dinâmica da população de Manaus para com as águas. Os sentidos e representações foram sendo modificados, antes viam as águas fonte de vida, trabalho e lazer, depois se deu uma relação em que o distanciamento da água dos rios, como fonte de lazer, era entendido como símbolo de desenvolvimento. Em meio a esta dinâmica a tradição do banho de rio foi sendo tradicionalmente mantida.

Inicialmente fonte de vida e lazer da população local, no processo de urbanização, os igarapés eram vistos pela classe dirigente como barreira ao desenvolvimento urbano e foram aterrados para que a malha urbana pudesse avançar (PINTO, 2008). Já em outro momento os igarapés marcavam a divisão social da ocupação urbana separando os mais pobres dos mais abastados (COSTA, 1997). Porém, apesar das diferentes relações estabelecidas com as águas, seu uso para banho permanece ao longo do tempo e continua como uma prática comum ainda nos dias de hoje.

1.5 Banho de rio e igarapé: cultura e lazer

Gomes (2004) afirma que igarapé significa caminho de canoa, ou seja, seria uma passagem estreita por onde só se pode passar com pequenas canoas. São caracterizados por ter menor profundidade, por serem mais estreitos e ainda por correrem quase sempre no interior da floresta.

Prática realizada ainda nos dias atuais, o banho de rio e igarapé é uma opção de lazer frequentemente escolhida pelos habitantes de Manaus, o que pode ser visto como um traço cultural da cidade (GOMES, 2004). Podendo ser chamada simplesmente de “banho”, a atividade mantém a população conectada com a água. O termo “banho” pode se referir tanto ao ato de banhar-se quanto ao lugar onde este lazer pode ser praticado.

A respeito do banho nos igarapés, Agassiz (1975) relata que os habitantes faziam muito uso desta prática. Em outro momento de seus relatos sobre Manaus, menciona que a beira do igarapé era “teatro habitual de quase todas as cenas da vida

exterior” à casa (Agassiz, 1975, p. 175). Fato este que evidencia o quanto longínqua e frequente é esta relação do uso das águas como fonte de lazer. O rio integrava o modo de vida.

No clássico de Moacir Andrade (1985), artista e escritor manauara, também encontramos relatos sobre os banhos de igarapé. O artista nos conta que a comunidade encravada no meio da floresta, à margem de um dos maiores rios do mundo e cortada por centenas de frondosos igarapés, possui o hábito singular de tomar banho nos igarapés. O escritor associa tal hábito a uma herança de ancestrais longínquos, quem sabe de indígenas que se banham várias vezes ao dia.

Por volta de 1849, data em que ocorreram as primeiras restrições aos banhos nos igarapés dentro da cidade, foram estabelecidos pontos específicos onde era autorizado tomar banho nos rios e igarapés. Aos domingos e feriados as famílias se deslocavam até a Cachoeira Grande e a Cachoeirinha para tomar banho e fazer piquenique (MONTEIRO, 1994; SENA, 2005).

Muitos banhos particulares ficaram famosos pelas festas que neles aconteciam. Dentre os banhos públicos em Manaus, um dos que tiveram maior glória, especialmente durante a década de quarenta, foi o Parque 10 de Novembro na estrada do Mindu. Na época chamada pelo povo de estrada do Parque 10, foi construído pelo prefeito Antônio Maia, no período da ditadura de Getúlio Vargas (ANDRADE, 1985). O parque 10 de Novembro está ilustrado nas figuras 4 e 5.

Figura 4 - Vista do Parque 10 de Novembro em 1965.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

Figura 5 - Banhistas no Parque 10 de Novembro em 1965.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

A resistência dos antigos modos de vida se torna evidente. Se o aterro impedia o uso dos igarapés, novos caminhos foram trilhados para se chegar aos igarapés restantes. Até a década de sessenta eram comuns os banhos em balneários públicos. Destacavam-se, por serem mais concorridos pelo público, o balneário do Tarumã (ilustrado nas figuras 6 e 7) que mesmo sendo mais distante na década de quarenta era bastante visitado; o da Ponte da Bolívia, que carecia da oferta de serviço de transporte popular e por isso era menos frequentado que o Tarumã; e posteriormente, a Praia da Ponta Negra também passou a ser procurada como uma alternativa de lazer especialmente nos finais de semana (ANDRADE, 1985; GOMES, 2004; OLIVEIRA, 2003).

Figura 6 - Banho do Tarumã em 1954.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

Figura 7 - Cachoeira do Tarumã em 1968.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

Até a década de setenta, muitos balneários de Manaus ainda mantinham seus formatos originais. De forma geral, eram áreas arborizadas que ladeavam as chamadas piscinas naturais, conseguidas à custa do represamento dos igarapés. Parte desses balneários era administrada por associações de funcionários públicos e de empregados da iniciativa privada. O maior interesse da população se dirigia aos espaços públicos onde havia expressivo número de banhistas aos fins de semana (GOMES, 2004).

Mas o que se entende por lazer? De acordo com Marcellino (2010), o conceito mais aceito no Brasil é o do sociólogo francês Dumazedier segundo o qual lazer é um conjunto de ocupações para as quais se entrega à vontade, para repousar, divertir ou se entreter, ou ainda, para desenvolver informação, formação, participação voluntária ou livre capacidade criadora após livrar-se das obrigações. Porém este entendimento não é único (MARCELLINO, 2010).

Os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados ao ócio que para os gregos remetia à contemplação, à reflexão e à sabedoria. O lazer era entendido como um exercício em forma elevada da alma racional. Nesta época se entendia que era necessária uma sólida formação para que se pudesse gozar do lazer, portanto, somente os educados poderiam usufruir do lazer. Com a difusão do Cristianismo, o

lazer se constituiu como um denominador comum a todas as pessoas. Na modernidade, por sua vez, o lazer passa a ser reivindicado pelos trabalhadores assalariados (SUPINO, 2004).

Existem, portanto, diferenças acentuadas entre os entendimentos do termo lazer. Entre os valores comumente associados a este estão: descansar, recuperar as energias, distrair-se, entreter-se, recrear-se, dentre outros como descanso e divertimento. Ao lado do caráter desinteressado de sua prática, o lazer guarda a oportunidade de contato, de percepção e de reflexão sobre as pessoas e realidades nas quais estão inseridas (MARCELLINO, 2006). Além disso, o lazer possui uma relação dinâmica:

Não é possível entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica. Não entender esse processo pode levar a equívocos, que são muito comuns (MARCELLINO, 2006, p.14).

Vale reforçar que o lazer não deve ser compreendido de forma isolada nem sob a perspectiva do senso comum, que o concebe apenas como divertimento e descanso sob o risco de deixarmos de lado o desenvolvimento pessoal e social que podem ser proporcionados pelo lazer. Deste modo, um valor pouco percebido no lazer pela população em geral é o desenvolvimento pessoal e social que ele enseja (MARCELLINO, 2010).

O lazer moderno, marcado pela artificialização dos tempos sociais definidos especialmente pelo horário de funcionamento das fábricas, trouxe a concepção de tempo livre. Neste sentido, o lazer é entendido como um fenômeno urbano. As ideias modernas de espetáculo e consumo vão configurando este novo modo de viver. Desta forma, estudar o lazer é estudar atividades culturais no tempo livre do trabalho e das obrigações com o intuito de buscar uma diversão prazerosa (MELO, 2010).

Marcellino (2010) entende o lazer como um componente da cultura historicamente situada. O banho de rio caracteriza a cultura manauara ao longo de toda a história desta capital, conforme expusemos anteriormente. Portanto, mesmo antes de Manaus ser considerada cidade, esta atividade já era uma forma de lazer característica da população.

Manaus na época da Barra era, de acordo com Reis (1999), como um convento onde não se ouvia falar em distração. Hoje na cidade ocorre sem sanções

uma das opções de lazer mais tradicionais de sua cultura, o banho de rio ou igarapé. Este tipo de lazer é um traço cultural que resiste ao tempo, o que pode ser notado quando analisamos a história da cidade (GOMES, 2004; PEREIRA *et al*, 2009).

Conforme já mencionamos, Mota (2002) e Andrade (1985) especulam que este hábito singular talvez tenha sido herdado dos seus primitivos habitantes, os indígenas, que possuíam o costume de banhar-se muitas vezes por dia nos igarapés de suas aldeias. Souza (2010), por sua vez, invoca as raízes dos ribeirinhos para refletir sobre este lazer e como as fronteiras naturais da cidade (nestas incluídas as fronteiras fluviais) são experimentadas cotidianamente. Há a manutenção de traços do modo de vida ribeirinho, uma reedição no presente de um hábito local.

Para Bourdieu (2007), a partilha social de um mesmo *habitus* aproxima as pessoas. *Habitus* são práticas socialmente percebidas, classificáveis e reproduzidas. Bourdieu entende esse conceito como as práticas vivenciadas no passado que se refletem no presente. Scholz (2009) explica sobre o entendimento de Bourdieu a respeito de *habitus*:

[...] comporta em sua expressão um sistema de disposições que abrange as estratégias e as práticas sociais pelas quais a ordem social se materializa, tornando-a significativa e evidente à medida que essas disposições são incorporadas e interiorizadas mediante um processo de interação social e em um contexto constituído historicamente (2009, p. 89).

Enquanto parte de um processo de interação social, o rio se apresenta como o espaço para o lúdico, de uso coletivo, com a carga simbólica do imaginário popular caracterizando um modo de vida que pode indicar certa ruralidade. “São ribeirinhos urbanos na metrópole do norte” (PEREIRA *et al*, 2009, p. 164). É como se esta prática tivesse resistido a todos os tipos de extermínio de sua manifestação para que pudesse se expressar novamente sem represálias por parte dos dirigentes da capital.

A ideia do ribeirinho urbano remete à relação da cidade com as águas. “Falar de Manaus é falar de suas águas”, a rede hidrográfica local lembra um leque cujas varetas seriam os grandes rios que convergem. Em uma dessas conversões encontramos a cidade de Manaus (GOMES, 2004, p. 61). Esta posição geográfica da cidade ajuda a entender como o seu desenvolvimento, por quase dois séculos, se deu de forma independente de qualquer rota terrestre (OLIVEIRA, 2011).

Até meados do século XX, conforme discutimos em tópico anterior, as águas também definiam outras questões. Neste período, os igarapés possibilitavam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo por parte dos segmentos populares, porque, em parte, esses espaços estavam fora do alcance dos que detinham o poder, uma vez que não faziam parte do lazer dos segmentos mais ricos (CASTRO, 2008). Os banhos eram o lazer dos pobres.

Ir para o “banho” é uma prática tão comum que está presente em algumas músicas regionais atuais, como as da banda Johnny Jack Mesclado e do cantor Cileno. Nas letras dessas músicas, além do sentido moderno, é possível notar o sentido grego de lazer já que as mesmas nos remetem a relaxamento e contemplação. Outra banda local, a Cabocrioulo, recentemente lançou uma música cujo nome é “Banho de rio”. Este lazer está imbricado na cultura, vivência local e suas respectivas manifestações.

Os significados, assim como letras de música, são compartilhados, públicos, e são construídos socialmente. De acordo com Geertz (2014), assim também é a cultura. Para este autor, a cultura é algo público, visto que os significados construídos o são.

Neste sentido, o banho deve ser entendido como parte da cultura manauara e de seu modo de vida. Se considerarmos cultura, como propõe Geertz (2014), estaremos diante de uma teia de significados tecida pelo homem. Em momento posterior apresentaremos os resultados das entrevistas por meio dos quais podemos compreender os sentidos entendidos pelos banhistas sobre o que é esta prática, o que a motiva, e o que eles mais gostam nos banhos. Portanto, temos que o conceito de cultura é essencialmente semiótico. Porém, a definição de cultura nem sempre foi entendida desta forma, e ainda hoje há diferentes concepções da mesma.

As teorias modernas de cultura, de acordo com Laraia (2001), podem ser agrupadas em duas grandes tentativas de precisão conceitual. A primeira considera a cultura como um sistema adaptativo e a segunda apresenta as teorias idealistas de cultura que por sua vez se subdividem em outras três diferentes abordagens. Enquanto sistema adaptativo, a cultura é entendida como sistemas que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus fundamentos biológicos. Os fatores culturais teriam consequência adaptativa no controle da população.

Geertz, incluído no terceiro grupo dentre as teorias idealistas, defende o seguinte conceito de cultura:

O conceito de cultura que eu defendo, [...], é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados [...] (2014, p. 4).

Geertz (2014) propõe cultura como sendo uma rede de significados. A cultura não é uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que têm experiências existenciais particulares. É fundamental notar que uma sociedade, em termos humanos, implica a existência de uma linguagem aberta e mais elaborada de signos e símbolos (VELHO, 2013).

Existem múltiplos significados imbricados no “banho” que foram identificados em campo e serão detalhados posteriormente no capítulo 2. Estes signos dão sentido a esta prática e ao comportamento daqueles que com ela estão envolvidos. Nisto temos a importância do estudo da cultura para acessarmos ao universo simbólico relacionado ao banho de rio e igarapé em Manaus.

1.6 Manaus e as águas: tradição e identidade

A natureza simbólica, construída e tecida pelos membros de determinada cultura, remete à continuidade desses símbolos ao longo do tempo. A ideia de continuidade, ou de repetição do passado refere-se ao entendimento do que seja tradição.

“Toda tradição é, em maior ou menor medida, inventada em algum momento, e todas as tradições mudam com o tempo, adaptam-se às novas circunstâncias” (BARRETO, 2007, p. 105). Hobsbawn apresenta a tradição como um conjunto de práticas de natureza simbólica que tentam estabelecer uma continuidade em relação ao passado:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (1997, p.9, grifo nosso).

Muitas cerimônias ou rituais que hoje nos parecem ser tradicionais de longa data não possuem uma origem que se perde no tempo. São criações que se estabeleceram com uma enorme rapidez. Seja de longa data ou não, as tradições têm características de uma tentativa de invariabilidade e de repetição do passado e se apresenta como uma tentativa de estruturar de forma imutável alguns aspectos da vida social (BARRETO, 2007; HOBSBAWM, 1997).

Diante de situações novas, como a urbanização de Manaus da época da borracha, as tradições se dão ou como reações a estas ou fazem referência ao passado através da repetição. Em outros termos, podemos dizer que as tradições são “um contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa” de estruturar de maneira fixa certos aspectos sociais (HOBSBAWM, 1997, p.10).

É o que acontece com o “banho” em Manaus. Algumas características deste lazer se modificaram ao longo da história, entretanto sua repetição no presente mantém uma continuidade com o passado, inculcando normas de comportamento mesmo em dias atuais. Da mesma forma, a cultura também é vista como estruturante da vida social, e vice e versa, embora tenha um caráter mais dinâmico. De acordo com Knechtel (2005), a cultura varia no tempo e no espaço e é cumulativa.

As culturas são dinamicamente construídas, se processam no tempo histórico e se diferem de grupo para grupo e em épocas diferentes. Neste sentido, a cultura pode ser entendida como a totalidade das atividades humanas, é tudo que os homens fazem e adquirem em sociedade enquanto membros de uma (KNECHTEL, 2005)

Esta variação da cultura é percebida na prática do banho de rio quando analisamos este lazer e suas diversas manifestações no tempo e nos espaços da cidade. Este caráter dinâmico, talvez, tenha sido uma dos fatores que possibilitou a resistência cultural ribeirinha e a continuidade deste tradicional modo de viver.

A cultura é criada pelo fato de o homem viver em grupo, em um meio de relações. Os homens com seus desejos, necessidades, criações, hábitos de vida e produtos geram a cultura. A cultura, portanto, não existe sem vida social, a cultura é produto social. Cultura e sociedade são dois aspectos da mesma realidade (KNECHTEL, 2005).

Geertz (2014) afirma que sem a cultura a experiência humana não teria forma e que sem a direção dos padrões culturais o comportamento do homem seria um caos

de atos sem sentido e de explosões emocionais. O homem precisa de tais fontes simbólicas. “Sem símbolos, os sentimentos sociais teriam uma existência precária” (DURKHEIM apud SILVA, HALL, WOODWARD, 2014, p. 41).

Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento (como o controle exercido pela classe dirigente que tentava “modernizar” a Manaus da época da borracha), a cultura fornece a ligação entre o que os homens são peculiarmente capazes de se tornar e o que os homens realmente se tornam, um a um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais a partir dos padrões culturais e sistemas de significados criados historicamente (GEERTZ, 2014).

Isso nos ajuda a entender a tentativa voraz de desconstruir o modo de vida da população local na época da borracha. Para realizar a transformação que os dirigentes de Manaus desejavam para a capital, era necessário modificar não apenas seu aspecto físico, mas também seus símbolos, representações afim de controlar seu comportamento para que este se desse de acordo com o que se entendia por civilizado (DIAS, 199; OLIVEIRA 2003).

Não há natureza humana independente da cultura, nossos sentidos de agir dependem de fontes culturais, do fundo acumulado de símbolos significantes. Assim sendo, somos homens inacabados que nos completamos através da cultura. Nossas ideias, valores, atos e emoções são produtos culturais (GEERTZ, 2014).

O banho, lazer cultural e tradicional, guarda em si característica de estruturante da vida social, é *habitus*. No decorrer do tempo esta prática vem sendo reeditada e simultaneamente mantida como uma forma de relacionar os manauaras com a água que entrecorta toda a cidade.

Assim como a cultura, a identidade cultural é marcada por meio de símbolos e sua construção é tanto simbólica quanto social. A identidade é relacional, o social e o simbólico são dois processos necessários para a construção e manutenção das identidades (SILVA, HALL, WOODWARD, 2014).

A identidade caboclo-ribeirinha na Amazônia é caracterizada por ter suas atividades principais ligadas a terra, ao rio e a floresta. “Estes ambientes estão intrinsecamente relacionados às formas que essas pessoas encontraram para garantir a sobrevivência e reprodução de suas práticas socioculturais”. É um espaço carregado de significados e lógicas que marcam uma relação entre o espaço e o tempo. Uma

população cuja cultura foi construída de herança de modos, hábitos e crenças transmitidas de geração para geração (PEREIRA *et al*, 2009, p. 37).

Ser manauara, viver em Manaus, é sinônimo de tomar banho de rio ou igarapé. Faz parte do modo de vida, do lazer e de sua relação com a natureza. O próprio “banho” é signo de identidade específico, tanto é que tem denominação própria. Não costuma ser chamado de praia, de clube ou balneário. O “banho” faz parte da linguagem de Manaus, de seus símbolos e de sua identidade.

Para o caboclo amazônico e para o ribeirinho, a cultura é profundamente marcada pela relação com as águas na medida em que sobre elas eles podem construir suas casas, delas tiram uma boa parte de sua alimentação, nela organizam seus vários meios de transporte, comunicação, trabalho, lazer, dentre outras sociabilidades. Essas águas constituem e dão significado às estórias contadas, às lendas, aos mitos, sendo parte do seu imaginário que dá sentido à suas vidas e explicam suas realidades (SOUZA, 2010).

“As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e sistemas simbólicos pelas quais elas são representadas” (SILVA, HALL, WOODWARD; 2014, p.8). A cultura molda a identidade à medida que dá sentido à experiência e ao possibilitar a opção entre várias identidades possíveis por um modo específico de subjetividade (Idem).

Os sistemas simbólicos, juntamente com a linguagem, dão sentido e representam a identidade. A representação atua de forma simbólica para classificar o mundo e as nossas relações no seu interior. Notadamente, tem-se que a identidade é marcada pela diferença. Para existir, a identidade depende de algo exterior a ela, é a partir de outra identidade que ela se estabelece, uma outra identidade que não é a nossa, mas que fornece condições para que a nossa exista (SILVA, HALL, WOODWARD, 2014).

Um ponto relevante a ser mencionado quando falamos de identidade é a questão da atribuição e auto atribuição que se torna mais evidente quando se fala de identidade étnica. Não basta que os outros apontem certo membro como pertencente a determinado grupo, o grupo ao qual tal pertencimento se refere deve reconhecer este membro, assim como este mesmo membro deve se identificar como tal. Considerando estas questões de atribuição e identificação, temos segundo Barth (1998) que um grupo étnico designa uma população que “possui um grupo de

membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo” (p.190).

A identidade não é só definida por padrões objetivos fixos. As identidades são fluidas, sem essência fixa, não estariam presas a diferenças permanentes e válidas para todas as épocas (SILVA, HALL, WOODWARD, 2014). Mas esta concepção nem sempre foi assim. Antes havia outras formas de entender a identidade.

Hall (2006) aponta a existência de três concepções sobre identidade. A primeira é a do sujeito do Iluminismo cujo centro consiste num núcleo interior, o centro essencial do eu era tido como a identidade de uma pessoa. A segunda é a do sujeito sociológico cuja identidade é formada pela interação entre o eu e a sociedade, o núcleo interior concebido anteriormente não teria autonomia. E a terceira concepção é a do sujeito pós-moderno.

A concepção do sujeito pós-moderno, descrita por Hall (2006), conceitua um sujeito com identidade móvel, formada e transformada continuamente. É definida historicamente e não biologicamente. Desta forma, o sujeito possui muitas identidades que serão assumidas em diferentes momentos. Tais identidades não são unificadas de forma coerente podendo haver contradição entre elas. Uma identidade plenamente unificada e coerente seria uma fantasia.

Algumas diferenças entre identidades e entre grupos étnicos são vistas como mais importantes que outras. As características que são consideradas significativas são selecionadas pelos próprios atores e variam em lugares particulares e em momentos particulares a depender do interesse de cada situação (BARTH, 1998; SILVA, HALL, WOODWARD, 2014).

Bauman (2005), afirma que nós, habitantes do mundo moderno, somos diferentes, temos nossas referências em identidades em movimento. No mundo novo, as identidades ao antigo estilo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam. Por outro lado, as pessoas que buscam uma identidade encontram pouca segurança. O anseio por identidade ao modo antigo vem justamente de um desejo por segurança. Se por um lado a identidade fixa pode ser um fardo (pesadelo), por outro pode ser um sonho (segurança).

2. OLHANDO PARA O HOJE

“Uma cultura fornece pontos de apoio imaginários à vida prática, pontos de apoio práticos à vida imaginária”.

Edgar Morin

2.1 Banhos atuais em Manaus

Uma das matrizes econômicas atuais de Manaus, conforme descrevemos, é o modelo da Zona Franca que propiciou a instalação de um Polo Industrial na cidade. As fábricas imprimem uma nova forma de perceber o tempo. Deste modo, podemos dizer que já não são mais a cheia, a vazante, ou algum outro elemento da natureza que constitui os marcos de tempo. No mundo moderno as fábricas ditam o ritmo do tempo social e das pausas para repouso e lazer. Uma consequência disto é que os banhos são mais frequentados nos finais de semana, período de descanso dos trabalhadores.

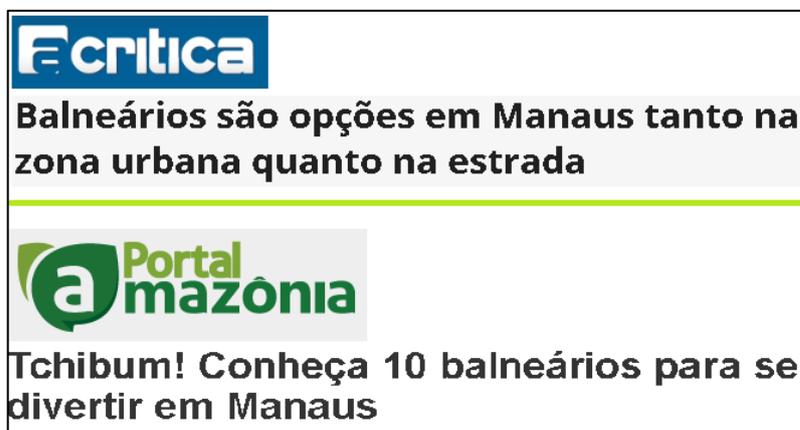
A população da capital amazonense aparenta determinada preferência, o banho, lazer que resistiu ao tempo e remanesce em alguns pontos urbanos. Além do perímetro urbano existem também várias opções que podem ser encontradas ao longo do trajeto pelas estradas até a chegada a um município vizinho. Um exemplo disto é o trajeto até o município de Presidente Figueiredo, sendo este considerado pelo Ministério do Turismo (2016) como o paraíso das cachoeiras do Amazonas.

Na área urbana os lugares reservados para a prática do banho costumam ser divulgados pela mídia por ser um tema de frequente interesse público. A imprensa enumerou os principais banhos urbanos de Manaus em reportagens digitais sobre as opções destes espaços.

Como exemplo, temos o Jornal Acrítica-b em 2016 e a o Portal da Amazônia em 2017, cujas manchetes estão ilustradas na figura 8. Em recente matéria, o Jornal Acrítica-b (2016) publicou uma lista de opções tanto na área urbana quanto na área rural da cidade. Dentre os espaços elencados, é possível se fazer uso desde piscina até de corredeiras de águas naturais. Na matéria os banhos são indicados como lugares de descanso, e entre eles são citados o Balneário do Quixito, Toca do Coelho, Amazon Acqua Gospel e Cirandeira Bela. Em publicação mais recente, o Portal

Amazônia (2017) listou 10 espaços de lazer com suas respectivas localizações, valores de entrada.

Figura 8 - Notícias atuais sobre opções de banho em Manaus.



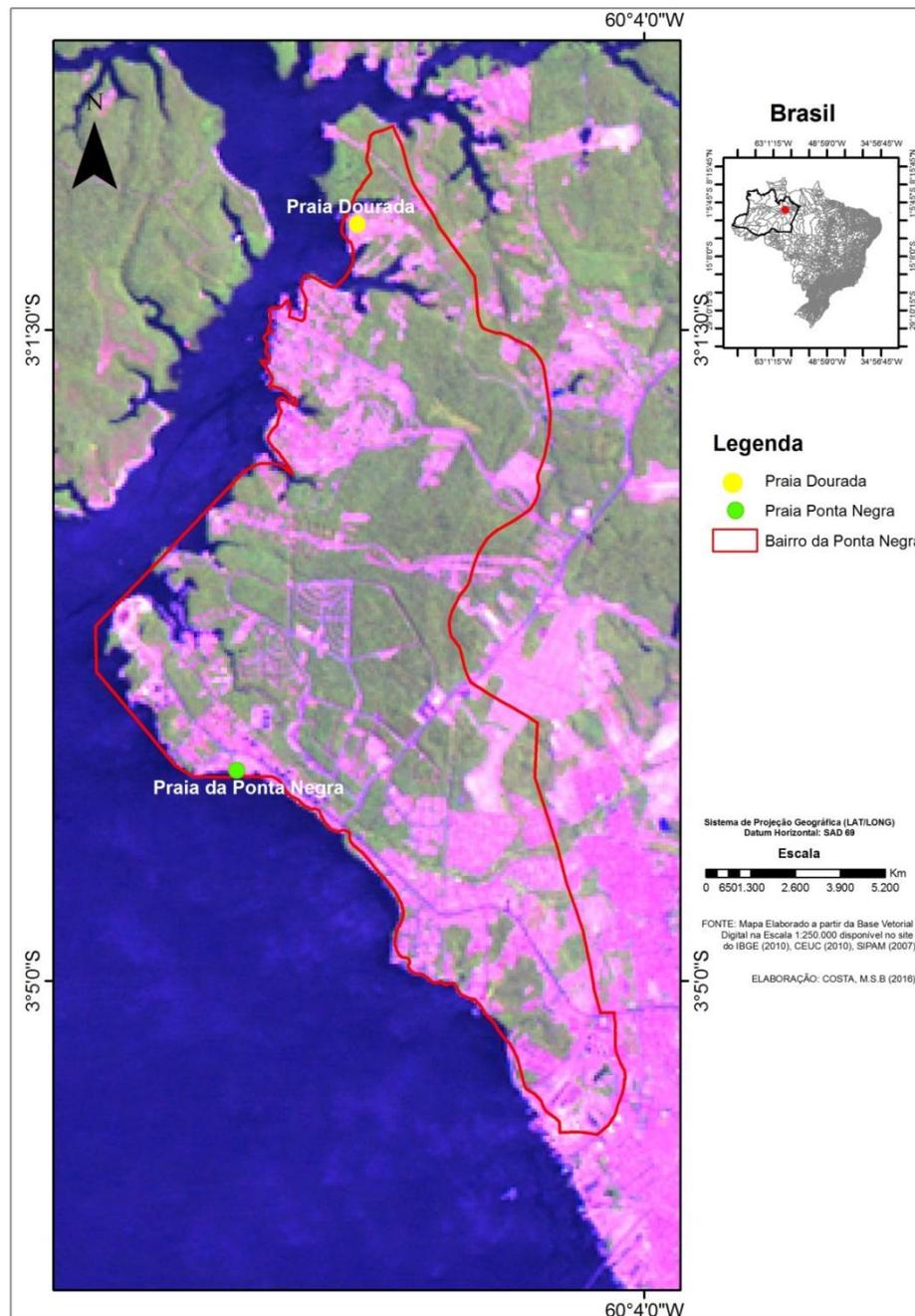
Fonte: JORNAL ACRÍTICA - 2016; PORTAL AMAZÔNIA - 2017. Disponível em: <http://www.acritica.com/channels/manaus/news/balnearios-sao-opcoes-em-manaus-tanto-na-zona-urbana-quanto-na-estrada>>. Acesso em: 20 de abril de 2017; Disponível em: <<http://portalamazonia.com/cultura/tchibum-conheca-10-balnearios-para-se-divertir-em-manaus>>. Acesso em: 20 abril 2017.

Dentre os banhos urbanos de Manaus, dois foram escolhidos para a realização de uma descrição mais detalhada a respeito deste lazer. Os locais escolhidos foram duas praias, a Praia da Ponta Negra e a Praia Dourada, ambas no bairro da Ponta Negra. A Praia da Ponta Negra está situada à margem do rio Negro enquanto a Praia Dourada está à margem do igarapé Tarumã-açu conforme figura 9, na próxima página. Em 2008, conforme detalharemos no capítulo 3, foi criada a Área de Proteção Ambiental Tarumã-Ponta Negra cujos limites, de acordo com Manaus-a (2017), foram traçados “em função da bacia do igarapé do Tarumã-Açu, que representa um importante contribuinte do Rio Negro”.

Estas duas praias foram escolhidas por serem tradicionalmente destinadas à prática do banho de rio há mais de 60 anos. A respeito da Praia da Ponta Negra, encontramos informações em diferentes materiais, inclusive algumas produções científicas. Entretanto, quanto à Praia Dourada, não identificamos nada além de tímidas reportagens e também não conseguimos levantar nenhuma publicação científica sobre ela. Por esse motivo, no caso da Praia Dourada, a descrição feita foi baseada exclusivamente nas entrevistas e em observação de campo.

Antes de iniciarmos a descrição das duas praias mencionadas, consideramos válido entender um pouco sobre o bairro onde ambas se localizam. Segundo Ribeiro e Santos (2014), não há registros precisos quanto à data do início de ocupação da área onde hoje está localizado o bairro da Ponta Negra. De fato, despendemos esforço em busca de informações que datassem e explicassem a origem e o desenvolvimento do bairro, entretanto, poucas referências foram encontradas.

Figura 9 - Localização da Praia Ponta da Negra e Praia Dourada.



Fonte: COSTA, Mônica S. B. – 2016.

O bairro da Ponta Negra está localizado na Zona Oeste, é um dos 12 bairros que constituem esta Zona da cidade. A prefeitura reconhece 63 bairros na cidade desde 2010, a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Ponta Negra é considerado um bairro turístico e de classe alta. Neste bairro encontramos o Complexo Turístico Ponta Negra, o Shopping Ponta Negra, considerado um dos de mais alto padrão na cidade, o luxuoso Tropical Hotel, diversos estabelecimentos militares além de prédios e condomínios de luxo.

Apesar de toda a desordem do crescimento acelerado e não planejado de Manaus, a área que hoje corresponde ao bairro da Ponta Negra parece ter passado ilesa a este processo. Sua ocupação e urbanização são de um período mais recente da história da cidade (SENA, 2005).

A primeira informação que se tem da área é que a Ponta Negra teria sido habitada por índios, possivelmente Manaós. Posteriormente, durante o império, o Sr. Felipe Joaquim de Souza Filho adquiriu do governo imperial uma gleba com vasta área que foi sendo transferida por herança até ser comprada, em 1953, pelo Sr. Thales de Menezes Loureiro. Thales Loureiro a fim de atrair investimentos para essa região vendeu a baixo custo algumas áreas para a construção de condomínios e loteamentos. Entre estas obras, temos a construção do Tropical Hotel que é apontada como marco inicial da ocupação deste trecho da cidade (SENA, 2005).

2.2 O banho na Ponta Negra

2.2.1 Chegando à Praia da Ponta Negra

O historiador Monteiro (1998) analisa o nome da praia e argumenta que nada justifica ser chamada de Ponta Negra. O estudioso descreve o lugar como uma via em declive e suas duas pontas da enseada orladas de mato. Especula ainda que, talvez, vista à distância, essa vegetação possa aparentar uma cor escura que quem sabe explicasse o nome dado ao lugar.

Por muito tempo a única forma de acesso à Praia da Ponta Negra foi através de barcos, dado o seu isolamento dos outros bairros de Manaus. Somente no governo de Gilberto Mestrinho, de 1959 a 1963, é que foi aberta a estrada de acesso ao local,

assim foi possível disponibilizar linhas de ônibus diárias, aos domingos e feriados havia linhas de motores (MONTEIRO, 1998).

De forma geral, quem desejar ir ao banho às margens do rio Negro no perímetro urbano de Manaus nos dias de hoje encontrará, de acordo com Pereira *et al* (2009), apenas uma opção, a Praia da Ponta Negra.

Em geral, a população tem acesso limitado ao rio Negro através da Praia da Ponta Negra, pois, no restante da área, ele só se torna possível nas áreas das palafitas, nas marinas existentes e no próprio porto de São Raimundo [...]. Nas outras localidades, o acesso é restrito, e em alguns casos proibidos, por ser de uso exclusivo de hotéis, estaleiros, grandes empresas de navegação, portos privados, condomínios fechados, e a presença do próprio Estado, na figura dos poderes municipal, estadual e da área militar (p.176).

Há tempos a Praia da Ponta Negra é usada como destino de banhistas que buscavam contato com o rio. Mota (2002) menciona que esta praia traz doces recordações, especialmente aos moradores mais antigos da cidade. O autor menciona ainda que não havia um feriado ou final de semana em que inúmeras famílias não se deslocassem para usufruir da beleza natural do lugar para um merecido descanso após uma semana de trabalho.

Jorge Teixeira, durante sua administração na Prefeitura de Manaus, solicitou doação de um trecho da área da Praia da Ponta Negra das terras de Thales Loureiro (grande proprietário de terras na região que mencionamos anteriormente) para transformá-la em um grande parque urbano. A data precisa deste acontecimento não é clara, inclusive porque inicialmente o acordo foi apenas verbal e sua oficialização por escritura pública se deu apenas em 1979 (SENA, 2005).

Por volta de 1990 a Ponta Negra já ganhava destaque na estrutura urbana de Manaus e a partir daí já fazia parte do dia-a-dia da cidade sendo palco de acontecimentos culturais e esportivos. Em 1994 durante a administração de Eduardo Braga, foi inaugurado sob a denominação de “Parque Cultural, Esporte e Lazer da Ponta Negra”, uma das versões deste local de entretenimento público (SENA, 2005). Segundo Monteiro (1998), em 1995, a Ponta Negra já era o melhor ponto turístico da cidade.

Atualmente, conforme Sena (2005) nos retrata, esta praia é uma das principais opções públicas de lazer do município. Por este motivo, atrai diariamente muitas pessoas que procuram desfrutar do contato com a natureza e especialmente

do banho no Rio Negro. Além disso, contam também com uma estrutura urbana que foi construída para a realização e desenvolvimento de atividades esportivas e de recreação.

Durante muitos anos esta área permaneceu esquecida. A última reforma trouxe uma inovação: a perenização da praia. Mudança esta que mais uma vez mexeu com o patrimônio natural da cidade. De acordo com Mota (2002), antes a praia se estendia por cerca de 2 km na vazante (de outubro a dezembro) do rio Negro e quase desaparecia durante a cheia, quando as águas tocavam os paredões de contenção. Hoje a praia pode ser encontrada ao longo de todo o ano.

A procura da Ponta Negra pelos banhistas é fato antigo na história de Manaus, temos algumas imagens do lugar em 1968 e 1974 conforme as figuras 10 e 11 e 12. Com a última revitalização, uma melhor função social e turística foi dada ao local, com atividades recreativas fixas e várias opções para lazer, esporte, saúde e recreação, conforme abordaremos em tópico posterior. O acesso ao local pode ser veio por via fluvial ou terrestre. Por terra é possível chegar de carro, taxi, moto taxi além de várias linhas de ônibus disponíveis.

Figura 10 - Praia da Ponta Negra em 1968.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 abr 2017.

Figura 11- Praia da Ponta Negra em 1974.



Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo-digital/>>. Acesso em: 24 abr 2017.

Figura 12 - Estruturas na Ponta Negra em 1974.



Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo-digital/>>. Acesso em: 24 abr 2017.

2.2.2 O Complexo Turístico Ponta Negra

O Instituto Municipal responsável pela gestão do Complexo Turístico Ponta Negra não deixa dúvidas sobre o sucesso atribuído ao lugar, no site do Instituto encontramos que:

Classificado entre os 10 principais pontos turísticos em Manaus, pelo TripAdvisor, o mais importante site de viagens do mundo, o Complexo Turístico Ponta Negra está entre os mais visitados cartões-postais naturais da capital do Amazonas, um lugar

atrativo para atividades de lazer, entretenimento, esporte e econômicas, além de parada obrigatória para turistas que visitam a cidade (IMPLURB, 2016).

O Complexo Turístico Ponta Negra foi construído ao longo de vários mandatos municipais. Diferentes prefeitos inauguraram duas etapas, para que o espaço fosse integralmente concluído. A primeira etapa foi entregue na gestão do prefeito Amazonino Mendes em dezembro de 2011, já a segunda e última etapa foi entregue em dezembro 2013 na gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto, às vésperas da Copa do mundo de 2014.

A festa de inauguração da primeira etapa reuniu cerca de quatro mil pessoas, de acordo com a Guarda Municipal, e ocorreu na noite de 23 de dezembro de 2011, uma sexta-feira. A obra da primeira etapa revitalizada do Complexo da Praia da Ponta Negra teve duração de um ano e três meses com um custo estimado em aproximadamente R\$ 30 milhões (G1 AMAZONAS, 2011).

Após 18 anos sem reforma, entre as novidades da inauguração destacavam-se o novo calçadão com pedras portuguesas, inspirado no piso do Largo de São Sebastião, três mirantes com vista para o Rio Negro na Praça da Marinha, anfiteatro – com uma marquise de concreto que valoriza a acústica do local (figura 13), escadaria, passarela, praça na rotatória com chafariz e espelho d'água, com uma fonte que funcionava com música e iluminação a LED, além de iluminação cênica dos jardins e todo o calçadão. A Ponta Negra ganhou ainda novos estacionamentos e jardins (G1 AMAZONAS, 2011).

Figura 13 - Anfiteatro do Complexo Turístico Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita - 2016.

Além disso, ainda nesta primeira etapa, as redes de esgoto, elétrica, hidráulica sofreram intervenções. A nova arquitetura conta ainda com um aterro hidráulico que possibilita que haja pelo menos uma faixa de praia ao longo de todo o ano, mesmo durante a época de cheia dos rios. Fato este que deu à praia uma característica perene incomum ao ciclo das águas do local. A segunda etapa, ilustrada na figura 14, por sua vez, foi inaugurada em dezembro de 2013.

Figura 14 - Vista da segunda parte do Complexo Turístico Ponta Negra.



Fonte: AGUIAR, Pedro - 2013. Disponível em: <
<https://pedrinhoaguiar.wordpress.com/2013/12/21/complexo-turistico-da-ponta-negra-pronto-para-a-inauguracao>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

As mídias repercutem até os dias de hoje o grande empreendimento público que o complexo se tornou. Na época da inauguração, foi publicado que a Ponta Negra se tornou ainda mais atrativa após a conclusão das obras de revitalização das duas etapas do complexo e que a própria festa de inauguração havia marcado a Ponta Negra como um espaço dedicado ao entretenimento, lazer e prática de esportes (AMAZÔNIA NA REDE, 2014).

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano mantém uma comissão própria e um coordenador geral próprios do complexo e que possuem atribuições diretamente ligadas à ordem, segurança e manutenção do espaço afim de que seu uso seja eficiente para os cidadãos e também para que o ambiente não sofra depredações e nem vandalismo (IMPLURB, 2016).

No ano de 2014, a Prefeitura de Manaus, por meio da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), lançou a série “Conheça Manaus”, que ofereceu dicas de roteiros turísticos da cidade e o primeiro espaço escolhido foi o Complexo Turístico Ponta Negra. No mesmo ano o complexo foi palco do FIFA Fan Fest em Manaus durante a Copa do Mundo de 2014. São inúmeros os eventos que fazem do complexo o cenário perfeito para a realização de variadas atividades. Ainda em 2014, o sucesso e organização do evento da Federação Internacional de Futebol - FIFA - levou a prefeitura, Governo do Amazonas e as Forças Armadas a se reunirem para levar o desfile de 7 de Setembro para o local (AMAZONIA NA REDE, 2014).

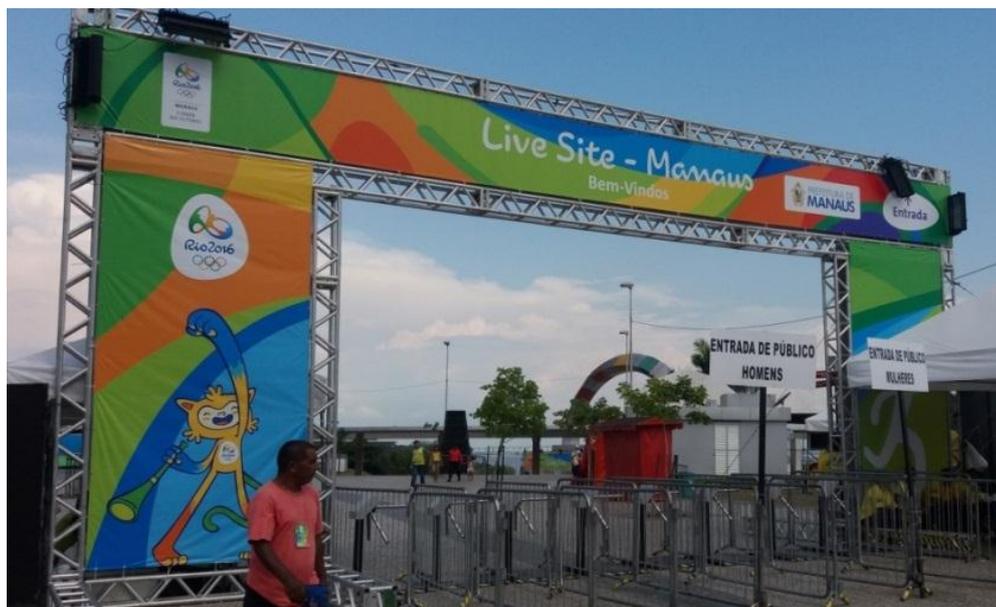
O mesmo aconteceu em 2016 quando a Secretaria de Estado da Educação e qualidade do Ensino (SEDUC) abriu a semana da pátria em evento realizado na Ponta Negra com o tema “Educação transformando a vida das pessoas no Amazonas” (figura 15). No mesmo ano a Ponta Negra também foi local transmissão das Olimpíadas 2016 e recebeu o Life-Site da Comissão Olímpica Rio 2016 (figura 16).

Figura 15 - Evento da semana da pátria e do Amazonas 2016 na Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Figura 16 - Live Site das Olimpíadas 2016 na Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rit. – 2016.

Sinônimo de passeio e lazer, ir a Ponta Negra nos dias de hoje se refere mais a uma visitação ao complexo turístico como um todo que a uma restrita ida à praia que deu nome ao empreendimento. Alvo das mais positivas críticas, o complexo é planejado, esteticamente bonito e atende às inúmeras demandas de atividades. O local também é palco de inúmeros eventos da cidade, sejam estes privados ou públicos.

Figura 17 - Academia ao ar livre.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

O Complexo Turístico Ponta Negra conta ainda com quiosques, restaurantes, pista de skate, três mirantes, um chafariz, espelho d'água, pista de ciclismo, academia ao ar livre (figura 17), vários jardins, quadras de vôlei, rotatória com chafariz, banheiros e uma faixa de praia perene – mesmo com a cheia do rio Negro é possível banhar-se e aproveitar o espaço para inúmeras atividades.

Contudo, toda essa estrutura tem um custo para ser mantida, conforme nos informou o diretor de planejamento urbano do Implurb. Hoje está sendo pago um contrato de manutenção no valor de quinhentos e cinquenta mil reais por ano para que o Complexo Turístico Ponta Negra seja mantido.

Neste contrato não estão incluídas despesas com limpeza, consumo de água e de energia elétrica que são custeados pela prefeitura. O diretor nos informou ainda que para chegar nesse valor do contrato inúmeros itens de manutenção foram excluídos para o valor do contrato chegasse a um valor que a prefeitura pudesse arcar.

Em entrevista com o gestor responsável pelo complexo foram mencionados os altos custos com as contas de água e energia. Ainda que ocorra arrecadação com o valor dos comissionados, a prefeitura cobre muitos dos custos para a manutenção do empreendimento. Na mesma ocasião o gestor comentou sobre a dificuldade em garantir o bom uso da estrutura especialmente em itens como os banheiros (que não são gratuitos) e chuveiros, estes últimos campeões em depredação e consequente aumento do custo com a conta de água visto que a danificação geralmente implica em vazamentos.

2.2.3 A Praia da Ponta Negra

Inicialmente responsável pela atração do público ao local, a praia, ilustrada na figura 18, hoje é mais uma opção entre as inúmeras atividades que podem ser realizadas no Complexo Turístico construído ao seu redor. Os banhistas se fazem presente ao longo de quase todos os horários do dia por todos os dias da semana, conforme observamos em campo. Não existe má hora para o banhista estar na praia ou até mesmo na água, ainda que os avisos de segurança indiquem restrições quanto ao horário de uso. Na verdade, as chuvas restringem o uso da praia de forma mais eficaz que as placas.

Figura 18 - Vista da Praia da Ponta Negra em outubro de 2016.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Quem chega ao Complexo Turístico para ir à Praia da Ponta Negra pela entrada principal se depara com o calçadão cheio de passarelas, quiosques e mirantes ao fundo. Para chegar até a praia por esta via, é necessário passar por baixo de uma das passarelas (cuja parte superior está ilustrada na figura 19) quando então irá se deparar com uma espécie de bifurcação com um extenso parapeito que permite uma visão mais próxima de toda a praia. Então, pode escolher chegar à praia pela direita ou pela esquerda (ilustrado na figura 20). Além destes acessos o complexo possui outras vias para quem desejar chegar até a praia.

Figura 19 - Área com quiosques sob a qual se tem acesso à praia.



Fonte: MARIÊ, Rita. – 2016.

Figura 20 - Descida principal à esquerda para praia.



Fonte: MARIÊ, Rita. – 2016.

De forma geral, no horário em que o banho de rio é permitido, encontramos na praia inúmeros guarda-sóis que abrigam os banhistas do calor, os próprios banhistas além de vendedores ambulantes (autorizados e não autorizados). Os banhos no rio são permitidos apenas na presença de guarda-vidas em horários informados por meio de placas (figura 21), isso em teoria. Na prática encontramos banhistas em todos os horários dentro d'água. Em campo vimos banhistas na água entre sete e oito horas da manhã e também após vinte horas mesmo contendo visíveis placas de aviso no local de acesso.

Figura 21 - Placa de aviso sobre segurança quanto ao banho no rio.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

O horário oficialmente autorizado para banho no rio é de oito da manhã às cinco da tarde aos sábados, domingos e feriados e de nove da manhã às cinco da tarde nos dias úteis. Mas apesar deste apelo público pela segurança dos banhistas, esse aviso é constantemente ignorado pelos banhistas. Mesmo na época em que estavam ocorrendo acidentes e mortes com a presença de jacarés na área destinada aos banhistas, o poder público teve dificuldades em manter os banhistas longe da água. Em 2013 o aparecimento destes animais na praia chegou a ser motivo de interdição da praia. De acordo com reportagem do G1 Amazonas (2013), os banhistas continuaram na praia mesmo com a presença dos animais, e foi preciso o Corpo de Bombeiros isolar a área e policiais militares interditarem o espaço (figura 22).

Figura 22 - Praia da Ponta Negra interditada após o aparecimento de jacarés.



Fonte: G1 Amazonas – 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/04/aparecimento-de-jacares-interdita-praia-da-ponta-negra-em-manaus.html>>. Acesso em: 19 jul 2016.

Dificuldade semelhante ocorre para a retirada dos banhistas da água após as cinco horas da tarde. Os guardas levam certo tempo para percorrer a praia de ponta a ponta, especialmente quando o rio está mais baixo e conseqüentemente a praia está maior. É comum que os banhistas voltem para água pouco tempo depois de os guardas terem passado em determina faixa da praia solicitando que eles se retirem do rio. Nas figuras de 23 e 24 é possível ver os guardas trabalhando para garantir a saída dos banhistas da água às cinco horas da tarde.

Figura 23 – Guardas municipais solicitando a saída de banhistas da água.



Fonte: AUZIER, Katiúscia – 2016.

Figura 24 – Policiais militares retirando banhistas após as cinco da tarde.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

De alguma forma, ainda que com prejuízo à própria segurança seja esta por ausência de guarda-vidas ou pela presença de jacarés, os banhistas da Ponta Negra parecem não permitir mais que seja determinado quando o banho de rio é permitido.

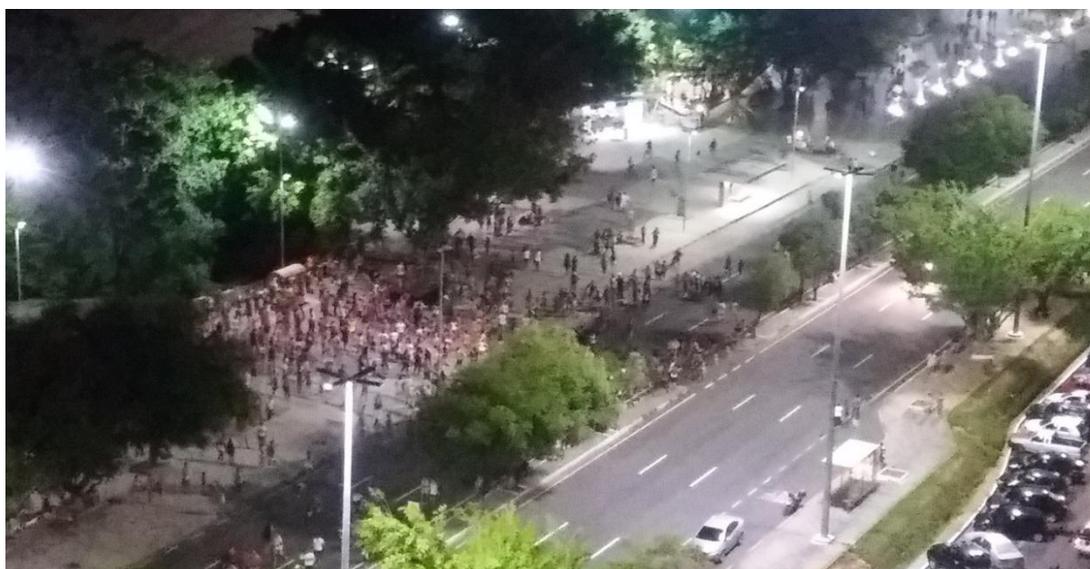
A praia hoje pode ser descrita como uma larga faixa de areia, que varia menos com a subida e descida das águas do que variava antes de ser tornada perene. Não

há vegetação, nem árvores próximas à água. O calor é geralmente estafante mesmo no período de temperatura mais amena combinada com chuvas. Além da grande faixa de areia, no local temos inúmeras barraquinhas que alugam os guarda-sóis pelo valor de quinze reais, pouco há para ser descrito do arranjo físico além do já exposto. Desta forma, concentraremos nossas descrições em outros pontos como as atividades, banhistas, comerciantes e outros.

2.2.4 As atividades na Ponta Negra

As atividades realizadas na Ponta Negra são variadas. O termo complexo, talvez seja bem traduzido pela quantidade inumerável de atividades e eventos que ocorrem no Complexo Turístico Ponta Negra ao longo de todo o ano. O calçadão salta à vista de quem se aproxima do complexo e procura um lugar acessível para se exercitar fazendo caminhadas, corridas, patinação, pedalando dentre outros.

Figura 25 – Vista aérea do público reunido para aula de dança no calçadão e, ao lado, a faixa liberada na noite de quarta.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

O público aumenta nos dias de “Faixa Liberada”, da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (Semjel). O projeto consiste na interdição de uma faixa Avenida Coronel Teixeira (a avenida do complexo), no sentido bairro-Centro, para práticas esportivas, das 17h às 22h às quartas, e aos domingos por volta de 6h até às

12h. Às quartas-feiras o projeto disponibiliza cerca de 1,3 km de pista e aos domingos, por conta da maior demanda, o público conta com cerca de 2,5 km de pista liberada. As quartas também educadores físicos da prefeitura oferecem aulas de ginástica ou ritmos para o público (figura 25).

Figura 26 - Ciclistas pedalam na Avenida do Complexo Turístico Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

As atividades físicas são realizadas mesmo fora dos dias de “Faixa Liberada”, pessoas se exercitando, qualquer que seja o dia e horário são cenas que já integram a vista do complexo. Na figura 26 temos ciclistas pedalando na avenida sem esta estar com a faixa liberada.

Figura 27 - Treinamento funcional antes das 8 da manhã na Praia da Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

As atividades físicas contam ainda com a academia ao ar livre, que já ilustramos anteriormente, com pista de skate, quadras de vôlei, além de treinamento funcional particular que ocorrem na areia da praia (figura 27 e 28).

Figura 28 - Vôlei de Praia na Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Em entrevista com um dos profissionais de educação física que conduzem o treinamento funcional, nos foi dito que os motivos que determinaram que eles escolhessem a praia para a realização dessas atividades foram a vista do local e o ar livre, além da areia que contribui para o treino. A equipe que entrevistamos realiza os treinos apenas no sábado pela manhã em horários que variam de seis às nove horas da manhã.

Notamos significativa diferença entre o público que se dirige ao calçadão para a realização de atividades físicas em geral e o público que se dirige à praia especificamente para a área próxima ao rio. No calçadão boa parte chega de veículo próprio, ou apenas atravessam a rua a pé saindo dos prédios onde residem. Já o público da praia, no geral com menor poder aquisitivo, costuma chegar de ônibus e geralmente vem de bairros mais distantes.

Sobre este contraste o gestor do complexo declarou durante entrevista que “no calçadão o pessoal tem o poder aquisitivo melhor”. O mais pobre que mora longe aproveita a opção gratuita e de fácil acesso para estar em contato com o rio como forma de lazer. Os moradores da Ponta Negra, por sua vez, raramente se dirigem à

praia e fazem mais uso calçadão, conforme detalharemos aos discutir o entorno da Praia da Ponta Negra. Estes não são os únicos contrastes identificados.

Enquanto do outro lado da avenida encontramos prédios valorizados no mercado imobiliário da cidade, embaixo de algumas passarelas do complexo alguns moradores de rua são encontrados e assinalam mais um desafio para os gestores que zelam pela manutenção da ordem do lugar. Nas primeiras horas da manhã, é frequente também encontrarmos, conforme relatos e conforme constatado em campo, jovens que viram a noite em festas e ao fim destas se dirigem à praia notadamente embriagados, alguns aparentando fazer uso de outras drogas. Alguns desses jovens são menores de idade.

Falando da praia, as atividades também são variadas. Os banhistas tomam banho de sol, de rio, bebem cerveja, jogam bola, comem, conversam, praticam SUP (*stand up paddle*) e pilotam moto aquática (*jet ski*), enfim, se divertem. Em meio a tanta diversidade, uma atividade que se tornou comum na praia é a realização de batismos religiosos. De tão frequente, se tornou patrimônio cultural do estado.

O Jornal Acrítica-a (2016) noticiou que “o parlamentar do PMDB conseguiu aprovar um projeto que torna o batismo realizado por igrejas evangélicas na Ponta Negra um Patrimônio Cultural do Amazonas”. No campo acompanhamos um destes batismos que está ilustrado na figura 29. Nas palavras do pastor entrevistado o ato é uma “manifestação do poder de Deus publicamente fora da zona de conforto”.

Figura 29 - Batismo realizado no rio Negro na Praia da Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Para eles a manifestação de fé em público representa uma exposição e divulgação de sua religiosidade fora da confortável aceitação que é encontrada dentro da igreja. Acreditam que é junto das pessoas, que podem até julgar negativamente este ato de profissão, que se prova de forma mais firme a fé que confessam ter. O ato de batismo da Igreja Ministério Internacional da Restauração que acompanhamos foi antecedido por horas de louvor e adoração pública a céu aberto. Muitos jovens reunidos que por vezes cantaram e oraram em roda antes de irem ao rio realizar o batismo propriamente dito.

As atividades são muitas, há também quem se dirija à Ponta Negra para turismo, para namorar, para tocar violão e para trabalhar, seja como ambulante em barraquinhas autorizadas, seja irregularmente. O comércio é amplo, venda de tatuagens, quentinhas, algodão doce, boias, bebidas, bananinhas, queijos dentre outros. Essas atividades comerciais, entretanto, estão submetidas a requisitos para serem autorizadas.

O diretor de planejamento do Implurb nos informou que a autorização para os tipos de comércio do local (os quiosques do calçadão, barraquinhas da praia e vendedores ambulantes), está sendo feita recentemente por meio de licitação por maior oferta. São dois lotes, cada um com uma área da praia e uma área do calçadão, totalizando quatro áreas de venda.

Quanto às barraquinhas (figura 30), o diretor nos disse ainda que hoje duas cooperativas vencedoras da licitação pagam um valor mensal para o município, o que facilita para que a prefeitura tenha apenas um interlocutor. Já os quiosques, que antes estavam sem licitação, desde 2013, por ação da prefeitura em atendimento a uma determinação judicial, hoje estão lá por meio de processo licitatório. Entretanto, alguns quiosques que já estavam no local antes dessa determinação continuam no complexo por força de liminar judicial que ainda está tramitando.

Na figura 30 temos a vista de uma das barraquinhas que ficam na praia. O registro é do momento em que realizávamos uma entrevista com o trabalhador do local. Em entrevista com comerciantes das barracas nos foi informado que alguns trabalham nelas por conta própria, outros são subcontratados. O entrevistado da foto tem 36 anos de idade, está trabalhando há três meses na praia e pontuou algumas dificuldades para o desempenho da atividade. Citou, por exemplo, a demora em sair o cadastro para sua regulamentação junto à prefeitura. Outro comerciante

entrevistado, um ambulante, se queixou quanto à restrição de venda na praia, mas estava lá vendendo picolé ainda que irregularmente.

Figura 30 - Barraca na Praia da Ponta Negra.



Fonte: AUZIER, Katiúscia – 2016.

Consideramos que a iniciativa da revitalização da orla da Ponta Negra por meio do Complexo vai ao encontro das tradições locais por viabilizar o banho de rio que ao longo da história foi renegado algumas vezes. Por outro lado, o poder público não deu conta de abarcar outras tradições como, por exemplo, a venda de queijos e bananinhas fritas que hoje são proibidas no local.

De alguma forma todos se encontram na Ponta Negra, seja para praticar exercícios, para tomar banho de sol ou rio, para trabalhar ou por lazer, para namorar, fazer turismo, batismo ou por outra necessidade. Pra os mais ricos ou mais pobres, notamos que o Complexo Turístico, e especialmente a praia, possibilita que a Ponta Negra não seja um lugar de uso exclusivo das elites e, portanto, de segregação, é um espaço ondes as diversidades e diferenças coabitam. Manaus continua marcada por contrastes, porém, na Ponta Negra encontramos esta exceção. É um encontro nas águas que tem fatores históricos e socialmente relacionados à tradição do banho de rio em Manaus.

2.2.5 O entorno da Praia da Ponta Negra

A orla Ponta Negra foi reformada e se reestabeleceu como uma das principais opções de lazer público e gratuito da população com a inauguração do Complexo Turístico, por outro lado, esta fração urbana vem se tornando uma das mais nobres áreas da cidade em função de uma crescente valorização (figura 31) sendo acessível apenas para uma faixa específica da sociedade. Como exemplo disso, a área tornou-se umas das mais procuradas para moradia, e na maioria das vezes pela classe mais abastada da população (SENA, 2005).

Figura 31 - Prédios próximos ao Complexo Turístico Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Neste sentido, vale retomar a discussão sobre o símbolo atribuído às áreas próximas ao rio que mencionamos no capítulo um. Se antes a cidade se dividia entre a área nobre e a área onde passa o rio (como na música que mencionados), postas em contraposição, hoje morar próximo ao rio, pelo menos na Ponta Negra é um privilégio de uma classe com maior poder aquisitivo.

A Ponta Negra é uma área diferenciada da cidade. A infraestrutura urbana básica é presente, não são encontradas favelas ou invasões e ainda existem vestígios de patrimônio ambiental (SENA, 2005). Em entrevistas com moradores dos prédios próximos ao Complexo Turístico Ponta Negra, a maioria respondeu que usa mais o

calçadão do complexo e nunca ou raramente vai à praia. Mais de uma das pessoas entrevistadas afirmaram que adoram este contato com a natureza, mas que para tomar banho de rio costumam ir para lugares mais distantes, pela estrada (BR ou AM) ou por passeio de lancha.

Os entrevistados comentaram sobre a vista do lugar, alguns mencionam que se sentem privilegiados pela vista que têm do prédio, se referindo tanto ao rio Negro e sua paisagem natural quanto à vista do complexo. Comentaram também sobre a tranquilidade, o silêncio e o afastamento do alto fluxo de trânsito que se tem por morar no bairro. Na saída de uma das entrevistas fizemos o registro a seguir (figura 32), cenário realmente privilegiado visto que a cidade de Manaus carece de áreas arborizadas.

Figura 32 - Área bastante arborizada nos arredores dos prédios da Ponta Negra.



Fonte: MARIÉ, Rita – 2016

Nas palavras de Bourdieu, “o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder” (1997, p. 161). Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja também hierarquizado, o espaço físico é constituído por uma exclusão mútua. O espaço social se retraduz no espaço físico. Baseados nisso, podemos entender que os residentes da ponta negra são os que possuem poder para tal. “A capacidade de dominar o espaço, que permite que haja uma apropriação, material ou simbólica, de bens raros, públicos ou privados depende do capital de que possui” (BOURDIEU, 1997, p. 163).

Existe um contraponto nessa relação de poder e segregação na Ponta Negra. Por um lado, os residentes são os que possuem capacidade de dominar o espaço imobiliário, por outro lado a área de banho de rio, a praia, são destino dos que possuem menos capital. Este arranjo nos leva a considerar que na Ponta Negra ocorre um encontro de estratos sociais no bairro. A praia, ou até o complexo como um todo, é o que viabiliza que este espaço não seja apropriado exclusivamente pelos capitalizados.

2.2.6 Os banhistas da Praia da Ponta Negra: perfil dos questionados

Os banhistas (figura 33) – estamos usando este termo para nos referimos àqueles que se destinam à praia a fim de realizar alguma atividade, seja ela para banhar-se, lazer, socialização ou apenas contemplação – possuíam um perfil diverso. Desde bebês, levados por seus pais, e até pessoas da considerada terceira idade (60 anos ou mais) se fizeram presentes. Diversos grupos foram vistos, o que nos permite dizer que o público deste lugar é bastante variado quanto à renda, à idade, ao gênero e ao estado civil.

Figura 33 - Banhistas ao por do sol na Praia da Ponta Negra.



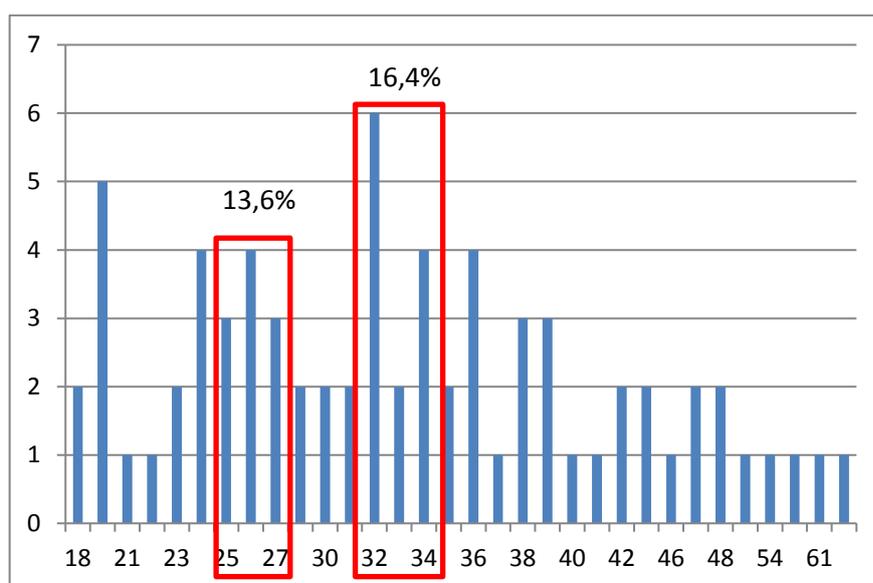
Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Um total de 25, entre os 73 banhistas questionados, se dirigiu ao local fazendo uso de transporte particular (34,2%). A maioria dos banhistas questionados (65,75%) se dirigiu à Praia da Ponta Negra por meio público.

Quando questionados sobre a primeira ida ao banho, a maioria foi remetida à infância ou à adolescência. Alguns responderam que foram ao banho pela primeira vez desde bebês acompanhados pelos pais.

Dentre os questionados, o mais jovem tinha 18 anos de idade (devido ao critério de inclusão da pesquisa que optou por entrevistar apenas maiores de idade) e o mais velho tinha 63 anos de idade. A maior parte, 12 de 73 (16,4%), tinha de 32 a 34 anos de idade, seguidos por 13,6% (10 de um total de 73) de pessoas entre 25 e 27 anos de idade, conforme demonstrado na figura 34.

Figura 34 - Gráfico com a frequência de idade dos questionados na Praia da Ponta Negra.



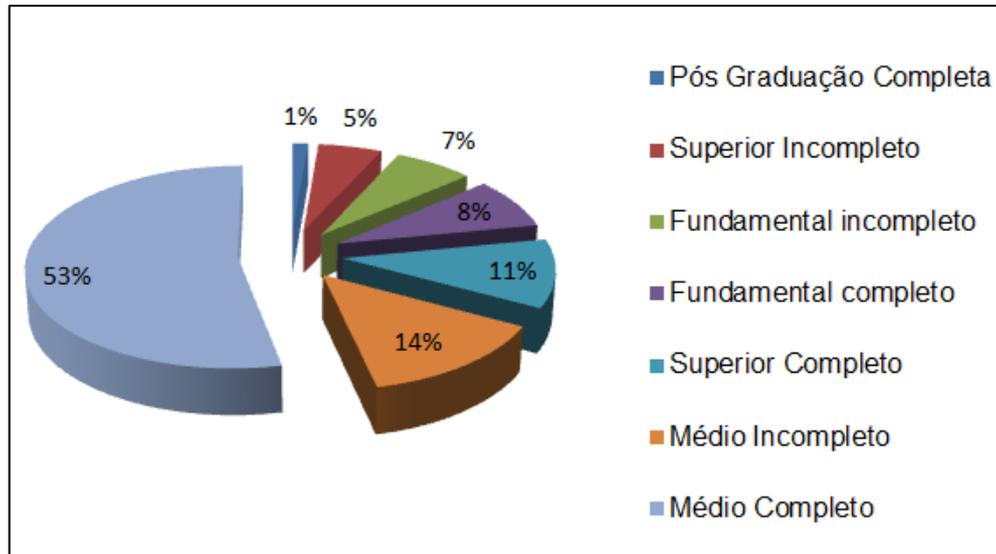
Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Menos da metade dos 73 banhistas questionados são manauaras. Um total de 28, o que equivale a 38,3%, nasceu em Manaus, enquanto que os demais nasceram em outras cidades do Amazonas e em outros Estados, tais como cidades do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, dentre outros, e até em outro país, como a Colômbia.

Mais da metade dos questionados possuíam ensino médio completo (53,4%). Eles representam 39 do total de 73 questionados. 14% possuía ensino médio

incompleto, 11% possuía nível superior completo. 8% possuía ensino fundamental completo e 7% incompleto. Quanto a pós-graduação, apenas 1 questionado. Estes dados são exibidos na figura 35:

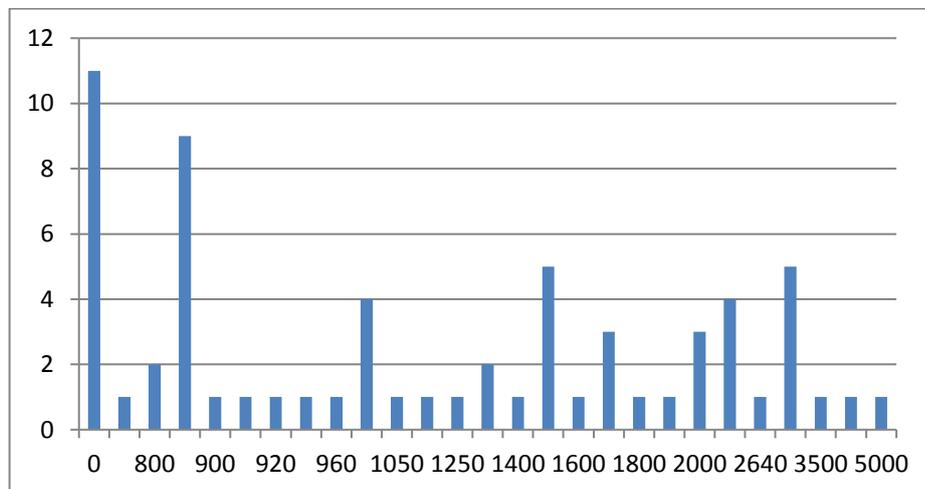
Figura 35 - Gráfico com escolaridade dos questionados na Praia da Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

A renda mensal variou entre zero e R\$5.000. Oito questionados optaram por não informá-la. Um total de 16,9% dos questionados estava sem renda. A segunda maior frequência foi a dos que possuíam renda em torno de 1 salário mínimo (R\$880) conforme podemos visualizar na figura 36.

Figura 36 - Renda mensal dos questionados na Praia da Ponta Negra.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

2.3. O banho na Praia Dourada

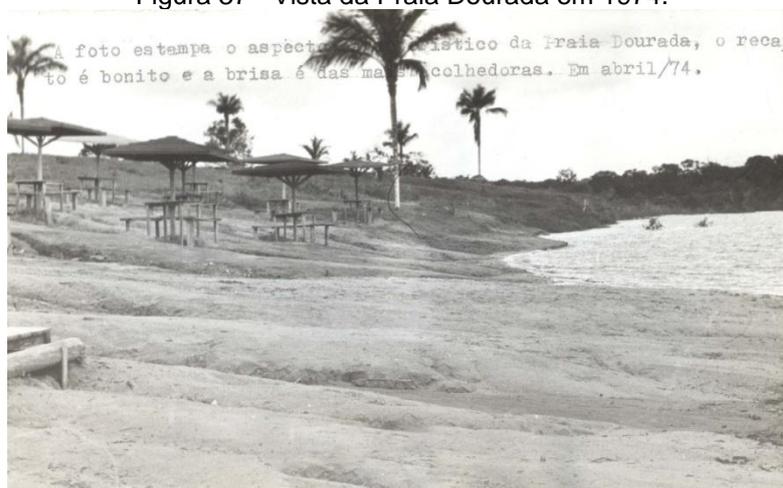
2.3.1 Chegando à Praia Dourada

Quem se dirige à Praia Dourada pode ter a nítida impressão de estar saindo do perímetro urbano da cidade. O caminho de aproximadamente 3 km possui poucas construções ao redor, muita vegetação e menos trânsito de veículos em relação ao restante da cidade. Para ter acesso terrestre à praia, deve-se ir pela Avenida do Turismo e então entrar para a Estrada da Praia Dourada. Apesar de o nome ser de uma “estrada” esta via é mais estreita que muitas da cidade de Manaus e mais lembra um ramal asfaltado.

Os irmãos que herdaram a Praia Dourada são hoje os responsáveis pela sua administração, contam que a Estrada da Praia Dourada foi um caminho aberto por seu pai, primeiro proprietário da praia, a fim de viabilizar o acesso por terra. Atualmente é possível chegar à praia utilizando-se de transporte público, o que não acontecia há anos atrás. Antes, apenas chegavam à Praia Dourada aqueles que tinham transporte particular ou acesso a algum tipo de embarcação.

Foi justamente por barco que o Sr. Marinho, primeiro proprietário da praia, a encontrou em um de seus passeios de acordo com o que seus filhos contaram. Vale mencionar, que as próximas informações são baseadas nas entrevistas realizadas com os filhos do Sr. Marinho.

Figura 37 - Vista da Praia Dourada em 1974.



Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo-digital/>>. Acesso em: 27 abr 2017.

Em um dos passeios para pescar no barco do Sr. Marinho pelo igarapé Tarumã-Açu em 1969, tiveram a ideia de requerer as terras daquela praia, visto que sabiam que elas eram devolutas. Na figura 37 temos um registro de como era o lugar em 1974. Certo dia, enquanto a família Marinho passava mais um fim de semana acampando na praia em barracas de palha, os barcos passavam e perguntavam se havia cerveja para vender, Sr. Marinho respondia que não, mas que teria no próximo domingo. Assim se iniciou a comercialização na Praia Dourada que até então ainda não tinha este nome.

Usando seus contatos comerciais, Sr. Marinho mandou fazer uma cobertura sob a qual começaram a vender. As pessoas que passavam em lanchas e barcos começaram a parar e assim a família começou a trabalhar vendendo para as embarcações que por ali passavam. A praia ainda era, nesta época, o que hoje se vê do outro lado da margem, uma paisagem sem marcas da presença humana. Foi através desse quiosque, coberto de palha, que a família iniciou o pequeno empreendimento levando para lá os materiais necessários para o funcionamento das vendas: fogareiro, as barras de gelo para gelar bebida, panelas e demais itens para preparar o que vendiam.

Figura 38 - Crianças brincando na Praia Dourada em 1974.



Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo-digital/>>. Acesso em: 27 abr 2017.

A partir daí foram desenvolvendo diversas atividades na praia para atrair o público e ao longo dos anos foram reinventando a forma de oferecer serviços no local (figura 38). A princípio, era uma atividade pequena, apenas a própria família tomava conta, o filho mais velho ficava no bar e eles trabalhavam especialmente no fim de semana.

O público inicial era principalmente as pessoas que por ali passavam em suas embarcações, era algo restrito. Excepcionalmente, alguns visitantes chegavam através da estada de barro que exigia carro especial. Ao longo dos anos, inúmeras atividades foram sendo realizadas, tais como concursos, tobogã dentre outras. A praia segue se inovando como um meio de atração e lazer até os dias de hoje.

Em meio a estas atividades, a então esposa do Sr. Marinho notou que enquanto o sol se punha a praia refletia sua luz e ficava toda dourada, possibilitando uma bela vista. A partir deste dia, até então chamada de sítio Redenção, a praia passou a ser chamada de Praia Dourada, e assim é conhecida em toda a cidade até os dias de hoje. A praia funciona há mais de 40 anos e é um dos locais mais tradicionais para este tipo de lazer a beira-rio na área urbana da cidade de Manaus.

Hoje a praia está dividida, reflexo da divisão que também sofreu o casal quando em dado momento o Sr. Marinho acabou por constituir uma nova família. Desde então a primeira metade da praia que recebe a placa com o nome de Praia Dourada ficou com seus filhos do primeiro casamento, e anos depois a outra metade da mesma praia ficou com os filhos que teve com sua segunda esposa.

2.3.2 A família Marinho e a Praia Dourada

A história da Praia Dourada se mistura com a história da família Marinho. O próprio nome da praia foi dado pela primeira esposa do Sr. Marinho, Sra. Juracy, a família foi quem iniciou o empreendimento e o manteve até os dias de hoje. O muro que divide a praia em duas também é resultado de questões familiares. A metade da praia que pertence à primeira família do Sr. Marinho hoje é gerida pelo seu filho mais novo. Os lucros são divididos entre ele e os outros irmãos. Eram quatro filhos deste primeiro casamento, o mais velho já faleceu. Os outros três filhos são duas mulheres e um homem sendo que os dois mais novos são um casal de gêmeos.

Ao longo de dois anos a família precisou sair do lugar e conseqüentemente perdeu seu único meio de sustento. Tal momento de dificuldade ocorreu devido a um litígio que questionava a propriedade da praia. Apenas na terceira instância, já em Brasília, que conseguiram reaver o local. Os filhos contam que teriam sido tempos ainda mais difíceis se não fosse pela habilidade da mãe que sabia costurar. A Praia Dourada era e é fonte de renda da família.

Quando o Sr. Marinho se separou e partiu para viver na outra metade da praia com a segunda esposa, foi construído um muro dividindo a praia em duas partes, a que pertencia à primeira família e a que pertencia à segunda. Um dos filhos do primeiro casamento conta que a primeira família passou por momentos de muita necessidade financeira. Considera que não morreram de fome por milagre, visto que ainda jovens e dois deles ainda em idade escolar, se viram sem a figura do pai que era o único que conhecia a gestão do empreendimento. Mãe e filhos se uniram a fim de conseguir gerir e manter sua fonte de sustento.

A respeito de famílias de trabalhadores rurais (considerando que nesta época a área ainda era rural), temos que as explorações desses lugares são fundamentadas em relação aos modos de existência de laços familiares, seja como grupo doméstico, seja como uma rede predeterminante de estratégias matrimoniais (GODOI, MENEZES, MARIN, 2009).

Nesta época a briga entre a primeira e a segunda família se tornou mais famosa que a própria praia. Quando da chegada dos barcos, eles disputavam a presença dos clientes e gritavam, os filhos de um lado e o pai de outro, para ter os clientes em seu lado da praia que na realidade era uma só. Prioritariamente iremos nos referir à metade que ficou com os filhos do primeiro casamento, visto que é neste lado que as atividades realizadas na praia permanecem mais intensamente.

Interessante o vínculo com o lugar observado em campo. A família demonstra claramente que manter o empreendimento não é mais apenas uma questão de fonte de renda. Em entrevista com o a filha mais velha é notável sua emoção ao relembrar da história e de todas as dificuldades que venceram juntos, histórias estas que se passaram na própria praia. Até mesmo um dos irmãos veio a falecer enquanto estava na praia de um infarto fulminante. A relação com o lugar parece concreta e quase palpável. Nas palavras do Sr. Nelson, "... aqui tem sangue, suor e lágrima. Tem história, tem vida".

O apego ao lugar é um conceito de grande amplitude que nos ajuda a entender o vínculo identificado, o termo está relacionado à topofilia, apropriação do espaço e outros. Mas o que nos interessa aqui é entender que este apego se dá quando há uma relação entre determinado lugar e os significados afetivos e simbólicos a ele associado. Diz respeito também às memórias e vivências relacionadas ao ambiente e as expectativas associadas ao mesmo (CAVALCANTE, ELALI, 2011).

Cavalcante e Elali (2011) nos apresentam o entendimento de Tuan (1983), segundo qual, um espaço que antes era indiferenciado e apenas “mais um” transforma-se em lugar, centros atribuídos de valor, na medida em que o conhecemos melhor e lhe atribuímos valor. Se a princípio a praia dourada era apenas mais um espaço indiferenciado, com o passar do tempo, a impressão deixada pela relação com o ambiente e o vínculo gerado, fez da praia dourada um lugar de significação, apego e de envolvimento emocional e físico com o lugar que já não mais indiferenciado

Ao longo da administração compartilhada entre a mãe e irmãos houve conflitos, idas e vindas dos filhos que residiram em outras cidades. Mas sempre algum deles vinculado à praia. Por muito tempo, após a separação dos pais, a praia ficou a cargo do filho mais velho. Após a morte dele, que ocorreu enquanto trabalhava na praia em um domingo, esta passou a ser gerida pelo seu irmão, o Sr. Nelson, que antes de assumir cogitou vender a propriedade. Quanto às filhas, a mais nova casou muito jovem, mudou de cidade e viveu longe por 30 anos e só recentemente voltou a Manaus e a mais velha era professora e ajudava na praia no fim de semana, mas também chegou a morar fora por alguns anos.

As ciências sociais assinalam que os vínculos de grupos domésticos estão além das necessidades do processo produtivo visto que são os laços de parentesco que preponderam. São também as relações de parentesco que definem os membros que podem ou não ser mobilizados para as diversas tarefas (GODOI, MENEZES, MARIN, 2009).

A filha mais velha relembra emocionada de como se iniciou essa ocupação e do trabalho que tiveram para que o lugar chegasse a ser o que é hoje. Contou animada sobre o fato de ela ter ajudado a plantar as árvores da praia, tanibucas, coqueiros e mangueiras cujas mudas trouxeram do outro lado do rio. Hoje essas árvores, já grandes, embelezam e dão sombra aos banhistas. As tanibucas formam um redário (figura 39) onde os banhistas se embalam.

Figura 39 - Redário sob as tanibucas na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Falar da Praia Dourada pode ser por um viés a história de uma família, e por outro a história de um lugar que nasceu da tradição do contato com as águas na cidade de Manaus. Através do que nos contam os herdeiros desta propriedade, podemos observar o que é chamado de metamemória. A construção da história de vida dessa família e de sua identidade está relacionada à praia. Candau (2010) afirma que a metamemória é como uma parte da representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, é uma memória reivindicada e uma dimensão essencial não só da identidade individual, mas também da identidade coletiva.

2.3.3. Propriedade e acesso

O Sr. Marinho, informado sobre aquela área ser de terras devolutas, fez um requerimento que inicialmente seria de 200 hectares, o que abrangia até o outro lado do rio (oficialmente chamado de igarapé do Tarumã-açu). Seus herdeiros informaram que a área da propriedade atualmente é de 30.000 m². Fazendo uso de seu ímpeto empreendedor, ele vendeu o ponto que possuía a frente do mercado municipal, Adolpho Lisboa, e usou o valor da venda para abrir, por conta própria, a estrada que dá acesso à Praia Dourada.

Nessa época, quando a região do Tarumã era praticamente desabitada, fazia sentido chamar esta via de estrada. Hoje, em quase nada esta via se assemelha a

uma estrada de nossos dias, o que dá sentido ao uso desse termo é o significado que esta via ainda guarda. Ainda que ir à Praia Dourada hoje não guarde a mesma distância da cidade que guardava outrora, ainda se guarda a sensação de se estar saindo da cidade para ter lazer em contato com a natureza e distante do urbano, daí que a tradição de chamar o lugar de estrada, se mantém.

Chegar até a praia em outros tempos exigia um carro especial (grande e de tração) para enfrentar o caminho aberto pelo Sr. Marinho ou uma embarcação, para que se chegasse pelas águas. Desde 2015 já é possível chegar à Praia Dourada fazendo uso de transporte público.

Para ter acesso à Praia Dourada, o banhista deve pagar uma taxa no valor de R\$5,00 (por pessoa), a título de taxa manutenção do local. Pelo outro lado da praia, metade da segunda família, a taxa cobrada é de R\$15,00 por cada carro. Faremos referência ao longo desta dissertação majoritariamente à metade da praia que ficou com os filhos do primeiro casamento, visto que eles que deram continuidade às atividades beira-rio por conta própria e, além disso, as placas de identificação indicam este lado da praia como sendo a entrada da Praia Dourada.

A cobrança dessas taxas gera algumas discussões que se iniciam pelo o que está disposto no Artigo 99, inciso I, do Código Civil Brasileiro de 1916 (classificação mantida no novo código civil, lei 10.406, de janeiro de 2002), segundo o qual “São bens públicos: I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”. Tal questão conflita com o direito à propriedade e da cobrança de taxa para aqueles que por ela desejarem passar.

A discussão sobre acesso e disponibilidade, as quais estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável, nos lembra do que argumenta Veiga (2005) ao resumir as concepções de Sen e de Mahbud sobre só haver desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas. Capacidades estas divididas em quatro: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida em comunidade. Entretanto, por não ser parte de nossos objetivos, não aprofundaremos esta discussão.

2.3.4 A Praia Dourada

Quem chega à Praia Dourada logo se depara com uma grande placa (figura 40) indicando o nome do local. Passada a placa, a próxima visão é de uma área ampla utilizada como estacionamento de carros com capacidade para mais de 100 carros.

Figura 40 - Placa na entrada da Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Ao fundo do estacionamento e em direção ao rio, está a entrada propriamente dita, uma pequena portaria, a separação com uma cancela para os carros e uma pequena portaria para a passagem das pessoas que estiveram autorizadas. Mediante o pagamento de uma taxa no valor de R\$5,00 por pessoa, a entrada fica liberada. Quanto aos carros, somente alguns podem adentrar, as vagas para estacionar a partir desta área são poucas.

A esquerda do estacionamento e um pouco antes da portaria, podemos ver um grande galpão, com aproximadamente dez metros de comprimento que evidencia a tentativa frustrada de montar um espaço com mais infraestrutura para os banhistas que o rejeitaram por estar muito distante da água, conforme nos contou Sr. Nelson. Quem vai à Praia Dourada quer estar próximo às águas. Desta forma, depois de construído, o galpão perdeu o sentido do uso, visto que os banhistas desejavam estar próxima ao rio.

Após a portaria encontramos uma pequena descida (figura 41). À esquerda os fundos da cozinha do restaurante, à direita, além de pequenas vendas de boias, roupas de banho dentre outros itens, o banheiro. Esta parte é mais alta para que

mesmo na época da cheia dos rios não fique debaixo d'água. Em algumas das maiores cheias a água chegou bem próxima à porta da cozinha.

Figura 41 - Descida após portaria da Praia Dourada



Fonte: MARIÊ, Rita - 2016.

Nesta parte mais alta estão dois grupos de mesas. À esquerda da cozinha são cerca de dezesseis mesas enfileiradas (lado esquerdo - figura 42) e cobertas por uma estrutura de ferro cuja ocupação não é cobrada. As mesas à direita (lado direito – figura 42) da descida também tem a ocupação livre, algumas possuem um toldo como cobertura, outras não e isso varia dependendo do dia, assim como varia também a quantidade de mesas disponíveis.

Figura 42 - Mesas de ocupação sem custo.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Descendo a escada, localizada quase em linha reta em relação à ladeira, temos a praia propriamente dita. A extensão da praia varia com o subir e descer das águas. Na figura 43 podemos ver a faixa de areia ainda estreita visto que o rio ainda estava iniciando sua vazante. As mesas disponíveis nessa área de praia são cobertas por grandes guarda-sóis e para sua ocupação é cobrado o valor de R\$20,00. Com a praia menor, entenda-se quando o rio está mais cheio, é possível colocar cerca de doze mesas ao lado esquerdo da escada e aproximadamente mais seis à direita

Figura 43 – Rio cheio, faixa de areia estreita.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Figura 44 – Vista da Praia Dourada com larga faixa de areia.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Conforme a extensão da praia aumenta com o descer das águas, mais mesas são disponibilizadas assim como mais banhistas se fazem presente (figura 44).

Deste modo, as águas vão ditando o espaço para os banhistas e determinando qual configuração a praia terá. Até mesmo a quantidade de banhistas se apresenta diretamente ligada ao nível das águas do rio e também ao ritmo das águas da chuva. É o contato com as raízes ribeirinhas cujo tempo é marcado pela natureza.

Os funcionários da Praia Dourada contam que mesmo quando o rio esteve bastante cheio, como na vez em que as águas chegaram à porta do restaurante havia a movimentação dos banhistas, em menor quantidade, porém nunca ausentes. Um fator que reduz de forma quase absoluta a presença dos banhistas são as chuvas. Em dias de chuva quase não se vê banhistas nas praias.

2.3.5 As atividades na Praia Dourada

São variadas as atividades realizadas na Praia Dourada, quem pra lá se dirigir irá encontrar diferentes opções de lazer. Vôlei na areia, *stand up paddle* - SUP, caiaque, passeio para pesca, atualmente, até mesmo andar a cavalo, além dos óbvios, tomar sol e banho de rio (figuras 45 e 46). A praia está aberta ao público todos os dias da semana.

Figura 45 – Banhistas, SUP e caiaques na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Figura 46 – Passeio a cavalo na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Há também aqueles que se dirigem apenas para consumir bebida alcoólica, para amarrar sua rede sob as árvores (figura 47), para comer um peixe assado à beira-rio, para atender à vontade dos filhos e para fugir da rotina da semana de trabalho. Os motivos são inúmeros, e sua discussão será retomada, posteriormente.

Figura 47 – Banhistas descansando em redes sob as árvores na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Quando a praia está pequena, ou seja, quando o rio está cheio, a importância que a água tem para os banhistas fica menos evidente. As mesas ficam dispostas na

faixa fronteira entre terra e água. Quando da descida do rio, se percebe claramente o que nos contou o Sr. Nelson Marinho: as pessoas que para ali se dirigem querem estar próximas à água.

Figura 48 – Praia maior no período de vazante e seca do rio.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

É isso que notamos com o descer das águas e com o aumento da praia. Na Praia Dourada, os guarda-sóis seguem o limite do nível da água e a maioria das pessoas prefere ficar próximo ao rio, ainda que as mesas aí localizadas custem mais caro e fiquem mais distantes do atendimento da cozinha e demais serviços (figura 48).

Esta marca de reedição do modo de vida ribeirinho, tão característica do que seja uma tradição, pode ser notada com as várias opções e formatos que o empreendimento da Praia Dourada teve ao longo dos seus anos de existência, desde a sua criação até os dias de hoje.

As atividades inicialmente disponibilizadas pelo Sr. Marinho foram sendo adequadas às novas necessidades por seu sucessor, seu filho Nelson. Na época do Sr. Marinho havia motocross, corrida, ginástica, campeonato de beleza e hoje as atividades são diversas, porém diferentes das de outrora e conectadas às necessidades do público de hoje.

Sobre essas transformações no tempo, Melo (2010) apresenta o lazer como um fenômeno moderno, apesar de considerar que isso não seja um consenso entre os estudiosos do tema. Mas aqui nos interessa mencionar que, de acordo com este autor, o formato que hoje conhecemos do que seja o lazer, sofreu transformações ao longo do tempo. O estudioso afirma que as diversões tradicionais e modernas podem conviver e que suas persistências não implicam necessariamente uma manutenção dos mesmos sentidos e significados:

[...] durante muito tempo, convivem, nem sempre de modo harmônico, diversões “tradicionais” e “modernas”, embora, cada vez mais, as primeiras dialoguem e sejam influenciadas pelo formato das segundas, na medida em que as segundas também influenciam o formato das primeiras. Isso não significa que as persistências mantêm os mesmos sentidos e significados de períodos anteriores da modernidade, o que seria impossível dado que o fenômeno lazer é histórico como qualquer outro (MELO, 2010, p.15).

2.3.6 O entorno da Praia Dourada

A Praia Dourada parece ter se tornado um grande centro de lazer, não apenas por ela mesma, mas também pelos inúmeros flutuantes que ali se aglomeraram com o passar dos anos.

Figura 49 – Flutuantes na Praia Dourada



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

O público precisa atravessar a Praia Dourada para chegar a estes flutuantes do entorno. Existem alguns que são mais rotativos e outros que estão lá de forma permanente há mais tempo. Neste caso, ao falar de flutuantes nos referimos a construções de madeira que flutuam sobre as águas e funcionam como bar, restaurante ou até mesmo como uma espécie de boate diurna que flutua, conforme pode ser visto a direita na (figura 49). Flutuantes são “uma adaptação engenhosa às condições da várzea” (FRAXE, PEREIRA, WITKOSKI, 2007, p. 23). O primeiro flutuante que se instalou no local é um clube de remo que aluga pranchas de *stand up paddle*.

Questionamos o proprietário de um dos flutuantes, o bar Salomé, o porquê de terem optado por uma instalação flutuante que na data da entrevista contava três semanas desde sua inauguração. Nas palavras do empresário a ideia do flutuante surgiu porque “Manaus tem um apelo muito grande com esse negócio de rio, de natureza, o pessoal gosta muito de sair de lancha, de final de semana ir para balneário, até pelo fato de na cidade fazer muito calor”.

Por isso foi sugerida a criação do flutuante à franquia que recebeu bem a novidade e ficou inclusive agradecida pela ideia pioneira para a história da rede (figura 50). O proprietário do bar acredita que mesmo se não fosse manauara teria tido este entendimento da demanda local por considerar esse “apelo que tem aqui” somado a uma carência de opções de lazer que ele percebe na cidade.

Figura 50 – Primeiro bar flutuante da franquia paulista Salomé.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Mais uma vez somos remetidos a Bourdieu que aponta as práticas sociais como bases através das quais a ordem social se materializa. É o *habitus* estruturando a prestação de um serviço. Nas palavras de Bourdieu (2007) o *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191).

O gerente de outro flutuante caracterizado por ser frequentado por grupos mais jovens e ter um perfil mais próximo de uma boate, nos disse que apesar desta característica, o local é frequentado por todos os grupos, todas as idades. Acrescentou que percebe que o público busca um “ambiente mais natural” próximo à praia, ao rio e à floresta. Segundo ele, as águas dali são mais calmas e por isso são mais adequadas para a instalação do flutuante.

Assim como notamos na Ponta Negra a reunião de grupos heterogêneos, também notamos na Praia Dourada a presença de grupos ricos em diversidade. O público da praia mais uma vez é o que possui menor poder aquisitivo, enquanto o público dos flutuantes paga mais caro para ter seu lazer, a começar pela taxa de entrada cobrada por alguns destes empreendimentos. Até mesmo os preços dos alimentos e bebidas são mais caros nos flutuantes. Ainda que segmentadas em subespaços de um mesmo espaço maior, mais uma vez nos parece que em Manaus as mais variadas pessoas se encontram nas águas.

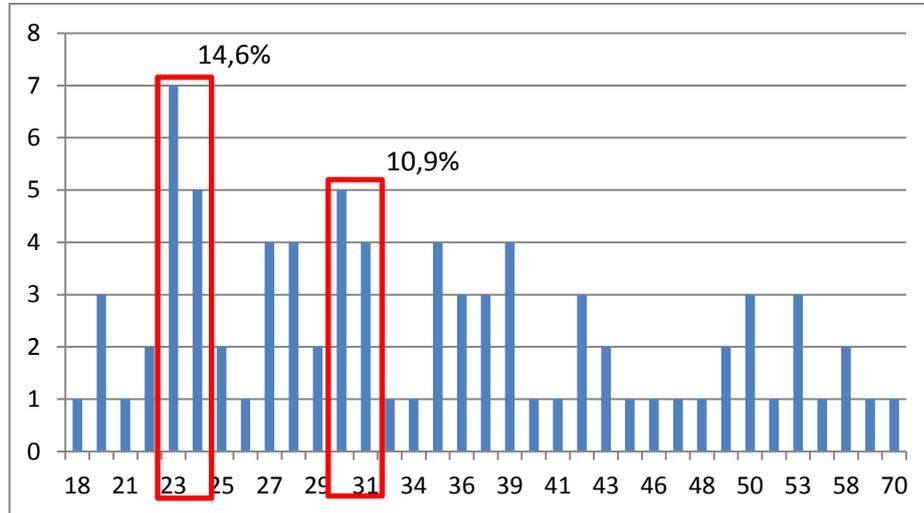
2.3.7 Os banhistas da Praia Dourada: perfil dos questionados

Assim, como na Praia da Ponta Negra, os banhistas questionados na Praia Dourada eram heterogêneos, não percebemos uniformidade entre os usuários deste espaço. Solteiros, casais, famílias, amigos, pessoas com animais, grupos só de homens, só de mulheres ou mistos. Desde bebês levados por seus pais e até pessoas da considerada terceira idade (60 anos ou mais) se fizeram presentes. Diversos grupos foram vistos, o que nos permite dizer que o público deste espaço é bastante variado quanto à renda, à idade, ao gênero e ao estado civil.

Dentre os questionados, o mais jovem tinha 18 anos de idade (devido ao critério de inclusão da pesquisa que optou por entrevistar apenas maiores de idade) e o mais velho tinha 70 anos de idade. Apesar dessa diversidade, a maior parte, 12 de

82 (14,6%), tinha de 23 a 24 anos de idade, seguidos por 10,9% (9 de um total de 82) de pessoas entre 30 e 31 anos de idade, conforme demonstrado na figura 51.

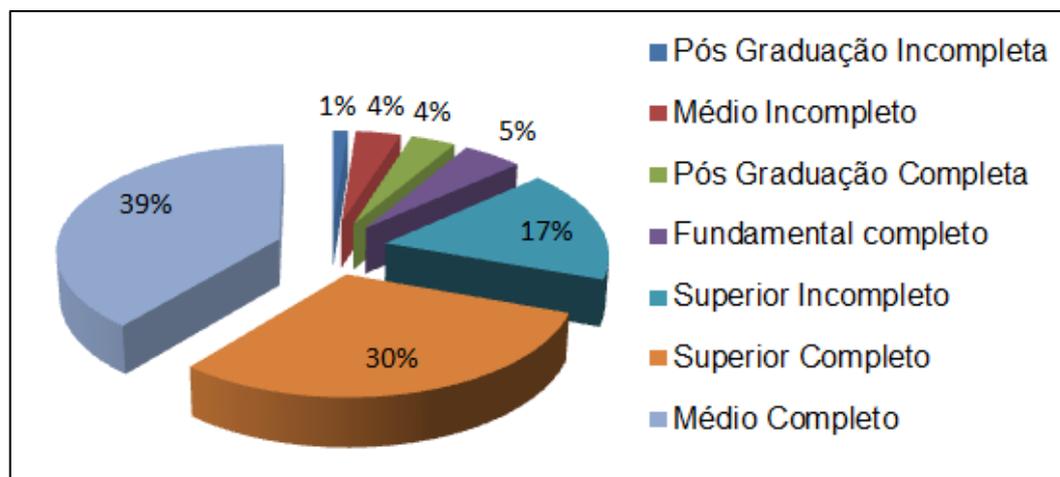
Figura 51 - Gráfico com a frequência de idade dos questionados na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Mais da metade dos 82 banhistas questionados são manauaras. Um total de 47, o que equivale a 57,3%, nasceu em Manaus, enquanto que os demais nasceram em outras cidades do Amazonas e de outros Estados, tais como cidades do Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, dentre outros, e até fora do país, Texas – EUA.

Figura 52 - Gráfico com escolaridade dos questionados na Praia Dourada.

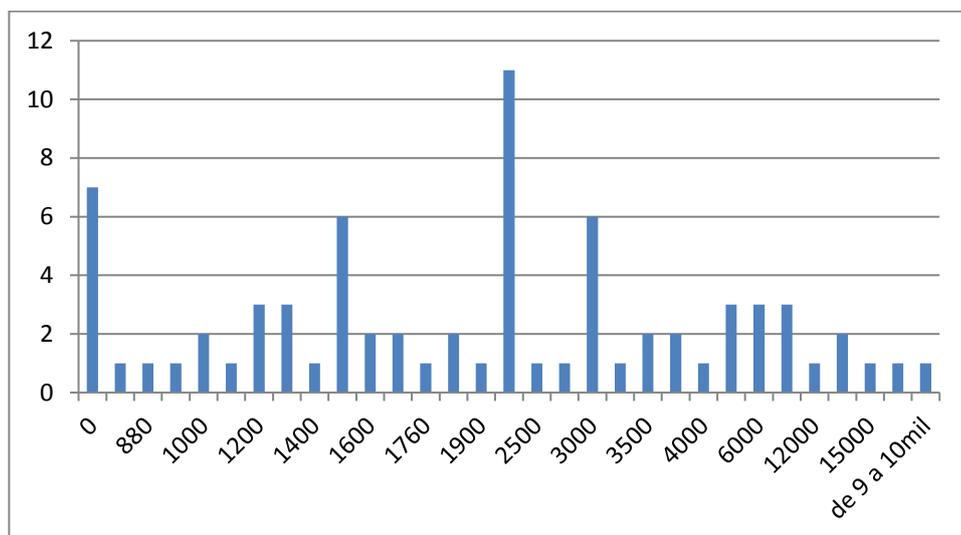


Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Foram predominantes aqueles que possuem ensino médio completo (39%). Eles somaram quase metade da amostragem. 4% possuía ensino médio incompleto, também 4% possuía pós-graduação completa. Quanto ao nível superior, 30% o completaram e 17% estavam com o ensino superior incompleto. Estes dados são exibidos na figura 52.

A renda mensal variou entre zero e R\$20.000. Sete questionados optaram por não informar sua renda mensal. Foram mais frequentes aqueles cuja renda mensal está entre 2 mil reais seguidos por 3 mil e 1,5 mil juntamente com aqueles que estão sem renda no momento. Percebe-se uma grande amplitude que apesar disso se concentra nos valores mencionados conforme podemos visualizar a figura 53.

Figura 53 - Renda mensal dos questionados na Praia Dourada.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Apesar de uma aparente heterogeneidade, apenas um (1,2%) entre os 82 banhistas questionados se dirigiu ao local fazendo uso de transporte público. Os frequentadores da Praia Dourada são banhistas que fazem principalmente o uso de transporte particular.

Outro ponto comum foi o fato de o banho de rio remontar à infância ou adolescência dos entrevistados. Alguns responderam que foram ao banho pela primeira vez desde que nasceram e a maioria começou a ir acompanhada pelos pais. A marca da tradição, sendo passada de geração em geração, de forma repetida e

reinventada a cada repetição. Aqui, tradição, *habitus*, lazer e identidade se mostram como partes de um único mosaico.

2.4 Os múltiplos significados do banho de rio em Manaus

Nos tópicos anteriores deste capítulo apresentamos a descrição sobre como são fisicamente, como funcionam, quais atividades são praticadas entre outras questões sobre a Praia da Ponta Negra e Praia Dourada. A partir de agora iremos nos direcionar aos entendimentos dos banhistas a fim de compreender as relações e os símbolos que estão impregnados neste lazer.

Para tal utilizamos a entrevista semiestruturada e as observações em campo. Ao longo do total de cinquenta e seis entrevistas realizadas, sendo destas vinte e sete na Praia da Ponta Negra e vinte e nove na Praia Dourada, várias respostas às questões das entrevistas se aproximaram mais e outras foram bem diferentes.

Os entrevistados não terão sua identidade revelada e são indicados de acordo com o número da entrevista realizada em cada praia precedido das letras “E” de entrevistado e “PN” para entrevistados da Praia da Ponta Negra e “PD” para entrevistados da Praia Dourada. Desta forma, por exemplo, o primeiro entrevistado da Ponta Negra estará indicado por “EPN1”.

Optamos por destacar três pontos: o que os banhistas entendem por banho?; o que os motiva a esta prática?; e o que mais gostam nela? É a partir dessas três perguntas principais feitas, ao longo das entrevistas, que nos dedicamos a compreender e interpretar os múltiplos significados imbricados na prática no banho de rio em Manaus.

2.4.1 O que significa “o banho” para os banhistas entrevistados

O fato de muitos dos entrevistados demonstrarem surpresa com a pergunta que consistia em explicar o que é banho nos chamou atenção. Alguns riram e chegaram a pular a pergunta dizendo que não saberiam explicar. Tal fato nos evidenciou uma naturalização desta prática.

A naturalização se produz quando um estado de coisas, que é uma criação social e histórica de grupos humanos em certo momento histórico e cultural, é tratado e abordado como um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais (ACCORSIS, SCARPARO, GUARESHI, 2012).

Para boa parte dos banhistas “o banho” é uma prática tão comum que refletir sobre o que seja isso pareceu os pegar de surpresa como se nunca antes tivessem precisado parar para analisar ou entender o que é este lazer. Para este grupo de entrevistados é como se o banho se apresentasse como algo “natural”, algo que “sempre” se fez e que “naturalmente” faz parte da cultura local. Um dos entrevistados disse sobre o termo “banho”: “Pra gente é natural falar que é banho” (EPD29, 2016). Outro entrevistado se referiu ao costume do local: “banho é como balneário, ou praia. A gente fala banho porque é acostumado dizer ir *pro* banho aqui em Manaus” (EPN10, 2016).

As entrevistas não se restringiram a este aspecto de naturalização, pelo contrário, as repostas que explicaram o que é a prática do banho em Manaus foram variadas e estas variações encontraram certa convergência nos significados que explanaremos a seguir.

A maioria dos banhistas da Ponta Negra explicou que ir ao banho é o mesmo que ir à praia, já a maioria os banhistas da Praia Dourada responderam que banho significa tomar banho de rio, mergulhar, ficar de molho na água. Se juntarmos as duas respostas mais frequentes poderíamos então dizer que banho é ir à praia para tomar banho de rio. Apesar destas respostas, em campo observamos que nem todos no lugar de banho chegam a banhar-se nas águas do rio ainda que a maioria tenha declarado que o termo banho se refere ao banho de rio. A referência ao rio esteve presente em várias repostas.

Para alguns entrevistados o rio carrega forte significação visto que para eles o termo “banho” é banho de rio, é mergulhar, banhar-se, estar nas águas. Na fala de um deles o banho e o rio aparecem sem distinção: “o banho é... O rio, né? ... O banho é o rio” (EPD26, 2016). Na fala de outro entrevistado banho “é vir na beira do rio” (EPD25, 2016).

Neste sentido, temos que o rio e, portanto, a água, aparece na fala dos entrevistados como a grande marca deste lazer, que ao mesmo tempo é prazer, mergulho, submersão. Para boa parte dos banhistas, se não houvesse a Praia

Dourada ou a da Ponta Negra, suas alternativas de lazer seriam também aquáticas. Para eles, tem que ter água, “Amo água. Água traz natureza, tudo, traz vida” (EPD19, 2016).

Baseados nisto, notamos uma forte relação com a água, não apenas através das entrevistas, mas também por meio das observações diretas no campo, mediadas por conversas no próprio local do banho. A representação da água enquanto símbolo de vida é universal. A origem disso está ligada à frase “tudo é água” atribuída a Tales de Mileto que também sentenciou que “A terra flutua na água que é de certo modo, a origem de todas as coisas” (BRUNI, 1993).

Porém, conforme demonstramos anteriormente, a vida ribeirinha amazônica tem uma relação direta em que não só a vida, mas também o tempo e o espaço são determinados pelas águas que ciclicamente sobem e descem com o nível dos rios a cada ano (FRAXE, 2011; GUGLIELMINI, 2005; SOUZA, 2010).

Por isso, enfatizamos que a água se apresenta como um símbolo que constitui a identidade cultural em Manaus. Uma de suas formas de manifestação é através do banho de rio que pode ser entendido como um resgate ou resistência das raízes ribeirinhas.

A cultura de ir ao banho dá forma à identidade deste povo uma vez que entre as várias opções possíveis, escolhe-se por este modo específico de subjetividade. SILVA, HALL, WOODWARD (2014), nos dizem que a identidade é uma construção tanto simbólica quanto social.

Um entrevistado relacionou o banho à cultura ribeirinha e às origens indígenas da região. Para responder o que é o banho o banhista construiu o seguinte raciocínio:

Devido a nossas origens indígenas aqui da região, costumes dos princípios, deve estar associado a isso, esta expressão de dizer ‘vamos *pro* banho’. Eu mesmo nasci em beira de rio, e lá de tardinha antes de dormir mamãe dizia ‘vão logo tomar banho’. A gente ia *pro* rio e retornava pra sede da fazenda, né? Então ir *pro* banho, eu acredito, que esteja relacionado até mesmo aqui nas capitais, os metropolitanos são construídos às margens dos rios. Lá fora é às margens das estradas, aqui são as margens dos rios. [...] Naturalmente nossos antepassados se lavavam mesmo na beira do rio. Então está correlacionado a isso (EPD1, 2016).

Não podemos deixar de considerar que o clima quente da cidade colabora com a vontade de se banhar e de se refrescar mencionada pelos entrevistados, mas a água parece simbolizar muito mais que um hábito, parece ser um símbolo da própria

forma da cidade entender o que seja lazer. “A água, o principal é a água, a gente veio pra tomar banho” (EPD26, 2016). Outro fator a ser considerado é algo que inclusive foi mencionado por um entrevistado: a geografia da cidade é fator determinante para que haja a prática do banho, são muitos braços de rio e igarapés.

Se através de algumas das repostas obtidas somos levados a pensar que por um lado nem todos os banhistas refletiram sobre o que é o banho, talvez pela aparente naturalização que consideramos existir, por outro lado, nos pareceu que “o sentir” dá mais sentido ao banho para alguns dos banhistas entrevistados do que uma possível definição sobre o que é “o banho”. Foi através dos sentidos que alguns entrevistados tentaram nos explicar o que entendem como sendo o banho conforme podemos notar nas seguintes respostas.

“Um banho que a gente tá no rio, se sente a vontade. É se sentir bem” (EPN19, 2016); “É ir e fazer o que tem a intenção: relaxar, curtir a praia, esse sol [...]” (EPN20, 2016); “É bom, é divertido. Não sei responder” (EPN21, 2016); “A gente vem pra cá aproveita tanto, refresca a mente, espairose” (EPD2, 2016); “Ir pra um lugar bacana, aproveitar a vida” (EPD20, 2016).

Apenas oito de um total de cinquenta e seis banhistas se referiram ao banho diretamente como uma forma de lazer, o que equivale a quatorze por cento. A associação desta prática ao lazer foi mais comum entre os entrevistados da Praia Dourada. Como exemplo temos o entrevistado que nos disse que banho “Uma área de lazer, é bom pra esfriar a mente, relaxar um pouco” (EPN23, 2016).

Somado a isso, a associação indireta (sem mencionar o termo lazer) também apareceu. Os entrevistados descreveram o banho como sinônimo de brincar e se divertir: “É um passeio, cair no rio, brincar um pouco na água, conversar um pouco” (EPN1, 2016); “Ah eu diria pra ir pra um lugar pra se divertir e se refrescar, tem algo, tem natureza, seria mais ou menos assim” (EPD4, 2016).

Já para outros banhistas entrevistados, o banho simboliza um retiro, um recarregar de energia em meio à rotina da cidade. A esse respeito, um dos entrevistados declarou:

[...] a gente tem a vida muito corrida em dia de semana, a gente trabalha de segunda a sábado. Então, final de semana a gente quer sair um pouco daquela rotina que a gente leva, a gente passa, a gente cozinha, então tem dia de semana muito corrido e aí quer relaxar (EPD23, 2016).

O banho, portanto, também significa sair de casa, para variar, sair do comum, fugir. Além das declarações verbais em campo, era visível o efeito do lugar como um espaço paralelo de errância, aquele para o qual se foge da fadiga. Conforme Fischer (s/d), a errância nos leva a um espaço outro, diferente, em momento efêmero, provisório. São espaços que nos permitem fugir do cotidiano. Como podemos observar por meio da fala de um entrevistado, o banho é: “Alívio, de todas as coisas ruins que colocam na vida da gente, essas coisas ruins, poluição, cidade, tudo de ruim. *Me afasto de todas as coisas ruins. Até dos meus vizinhos que não prestam*” (EPD22, 2016).

Fischer (s/d) afirma que espaços de errância são esses para os quais nos deslocamos, que são particularmente valorizados e que visitamos para neles aliviar tensões durante um tempo limitado e programado. A vida moderna desenha esse modelo de trabalho intenso durante a semana e folga para lazer nos finais de semana. A própria definição de lazer considera esta questão, como podemos verificar na definição de Supino (2004), segundo a qual o lazer na moderna sociedade urbano-industrial passou a ser reivindicado pelos trabalhadores assalariados, como um direito que se concretiza principalmente por meio de leis que regulamentam a jornada de trabalho.

Essa sensação de liberdade das obrigações e da rotina marcam esses lugares. A própria fala dos entrevistados corrobora para o entendimento de que nestes lugares se busca uma pausa, um descanso, uma renovação de energia que se dá em meio à socialização, à natureza (termo este comumente usando pelos entrevistados) e quase sempre associado à cerveja. A fuga, seja da rotina, ou do calor, vai ao encontro da tradição de banhar-se no rio.

Sobre essa sensação de liberdade, que alguns entrevistados fizeram menção, ainda que sem usar este termo, foi claramente manifestada por um dos entrevistados que disse ir ao “banho” cerca de uma vez ao mês: “é um lugar aberto, tem praia, rio imenso, pode mergulhar, aproveitar e isso significa liberdade. Você pode usufruir daquilo que a natureza propõe pra cada um de nós” (EPD23, 2016).

Diversos entendimentos sobre o banho puderam ser compreendidos. Essa rede de significados encontrada em campo e nas entrevistas evidencia o entendimento de Geertz (2014) sobre cultura: ela não é uma entidade acabada, mas

uma linguagem constantemente acionada e modificada por pessoas que possuem experiências particulares. Os entendimentos apreendidos revelam por um lado o significado pessoal de cada entrevistado e por outro a grande rede de significados que constitui a cultura.

2.4.2 Os principais motivos alegados para a ida ao banho

A fim de investigar como os banhistas entendem suas motivações perguntamos aos entrevistados qual seria o motivo principal de suas idas ao banho. As respostas obtidas através das entrevistas trazem algumas elucidações a este respeito.

O calor não passou em branco, um dos cinquenta e seis entrevistados afirmou que o principal motivo para ter ido ao banho era sua vontade de se refrescar. Outros mencionaram que foram em busca de curtição, outros para relaxar, levar a família, para ter tranquilidade, para aproveitar o feriado, houve também quem tenha dito ter ido para aproveitar o último dia de férias e até quem disse estar lá para aliviar sua “fossa” (referindo-se ao término de um relacionamento).

Do campo, juntamente com as entrevistas, emergiu um sentido de experimentação do lazer no agora que a princípio não aparecia tão claro. Alguns entrevistados responderam que se tivessem que eleger um só motivo para sua ida ao banho seria para ter um “momento de lazer”, “para espairecer”. Esta foi a resposta mais comum entre os entrevistados da Praia Dourada. Já a resposta mais comum entre os entrevistados da Praia da Ponta Negra foram para “sair” (de casa, do trabalho ou da rotina), espairecer, relaxar, ou se distrair.

Consideramos que estas respostas mais frequentes nas duas praias se assemelham e nos direcionam para o banho enquanto um lugar de lazer. Para Melo (2010), práticas de lazer são como práticas culturais, sejam estas vivenciadas ou assistidas, que ocorrem no tempo em que se está livre dos trabalhos e das obrigações com o intuito de busca de uma diversão prazerosa que não visa à obtenção de lucro.

Esta representação reforça a qualidade de espaço de errância desses locais. O que motiva as pessoas a frequentarem o banho é principalmente a possibilidade de terem um momento, ainda que efêmero, pelo qual possam desfrutar de diversão,

distração, convívio social e familiar, ter um bom momento de saída da rotina e fuga das atividades diárias.

Um dos entrevistados declarou “A gente faz nosso momento, vem com amigos, está ótimo” (EPD2, 2016). Alguns entrevistados disseram que estavam ali para não ficar em casa: “Para não ficar em casa morgada” (EPD18, 2016). Ainda neste sentido, outros entrevistados declararam: “distrair, esquecer os problemas” (EPN5, 2016); “Pra espairar a cabeça depois de muito trabalho. Como se diz, a gente trabalha a semana todinha, né? Aí dá uma brecha, a gente dá uma voltinha por aqui” (EPN18, 2016).

O que nos parece é que a cultura é estruturada de tal forma que mesmo quem não quer ir ao banho acaba indo por força do grupo. O *habitus* tem por característica essa impressão de certa homogeneidade em disposições, gostos e preferências de grupos. O *habitus* inclui as representações sobre si, sobre a realidade e também sobre o sistema de práticas em que a pessoa se inclui (SETTON, 2002). “O *habitus* opera na incorporação de disposições que levam o indivíduo a agir de forma harmoniosa com o histórico de sua classe ou grupo social, e essas disposições incorporadas se refletem nas práticas objetivadas do sujeito” (ARAÚJO, OLOVEIRA, 2014, p. 218).

Então, mesmo aqueles que não parecem estar interessados em ter seus momentos de lazer em contato com o rio se dirigem a estes espaços devido a uma construção social. Apesar de a cerveja poder ser comprada em qualquer lugar da cidade, ela foi citada como sendo o motivo de ida ao banho. A respeito disso, percebemos que apesar da declaração, o entrevistado não estava ali exclusivamente para beber, estava cercado de amigos que por sua vez se divertiam com os demais junto ao rio.

Outra característica que identificamos é a função de restauração que esses espaços de lazer exercem. Em algumas respostas notamos que os banhistas indicam a ida ao banho como forma de recuperarem energia, que afinal, faz parte do entendimento de lazer que apresentamos anteriormente. A partir disto podemos então afirmar que estes lugares de banho são não apenas espaços de errância, mas também ambientes restauradores.

Ambientes restauradores são aqueles nos quais a atenção direcionada pode ser renovada e, conseqüentemente, há uma redução da fadiga mental. Esses ambientes possuem quatro características principais: o escape (que nos leva ao

conceito de espaço de errância, que já apresentamos); o escopo, que envolve a capacidade restauradora do ambiente junto ao senso de pertença, sensação de estar em contato ou ainda de se dar conta do mundo ao redor; a fascinação, que seria um estímulo que desperta a atenção sem exigir muito estímulo para tal (essas duas últimas características são mais notadas no próximo item em que descrevemos o que os banhistas alegaram mais gostar nos banhos); e, por fim, compatibilidade, que se refere a relação entre o que o ambiente oferece e o que o indivíduo deseja realizar neste ambiente (CAVALCANTE, ELALI, 2011).

Vale mencionar que estudos indicam que os ambientes naturais, em comparação com ambientes construídos, são os que possuem maiores possibilidades de fornecer restauração. Além disso, alguns conteúdos naturais são considerados intrinsecamente fascinantes para humanos tais como animais selvagens e quedas d'água (CAVALCANTE, ELALI, 2011).

Aparentemente existe falta de opções de lazer, de acordo com o declarado por alguns banhistas, por isso eles optariam por ir ao banho. Por outro lado, temos na mesma praia, a Praia Dourada, a criação de um bar flutuante com marca de uma franquia nacional que já possuía um bar na cidade. Em entrevista com o proprietário, ele nos contou sobre terem optado pelo bar flutuante devido à percepção do fascínio pelo contato com a água em Manaus, especialmente no fim de semana.

Ainda que os motivos sejam variados, é possível notar que todas as razões identificadas estão relacionadas ao lazer enquanto uma pausa em meio à rotina e como uma forma de socialização. Percebemos ainda que há uma identidade de lugar, que de acordo com Cavalcante e Elali, (2011) é construída principalmente pelos espaços sociais e públicos a partir de espaços de pertencimento e de vivência envolvendo tempo de exposição ao lugar e a possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação. A identidade de lugar pode ser entendida como uma construção social que permite dar sentido à sua ligação com o lugar (CAVALCANTE, ELALI, 2011).

2.4.4 O que os banhistas mais gostam nesta atividade de lazer

Nem todos que vão para o banho se banham. Isso nos instigou a investigar o que os banhistas mais gostam de fazer nesses lugares. As respostas obtidas por meio

das entrevistas realizadas nos possibilitaram ampliar o significado apreendido acerca desta prática.

A maioria das respostas obtidas variou em torno de contemplação. Observar o rio e as pessoas, estar no rio, sentir o vento, o sol, contemplar a natureza, a paisagem, o ambiente, o ar livre, a tranquilidade e a agradabilidade do lugar, todas estas questões estiveram presentes nas repostas dos entrevistados.

Alguns entrevistados responderam da seguinte forma sobre o que mais gostam no banho: “Da natureza, eu amo a natureza, observar a natureza é mais tranquilo, me sinto mais a vontade. Viver, entendeu?” (EPN1, 2016); “Ficar sentado observando” (EPN13, 2016); “Fiquei vendo esse rio maravilhoso, as pessoas, esse vento de que ia chover e depois não choveu mais” (EPN18, 2016); “Paisagem, rio” (EPD18, 2016).

Outros entrevistados ampliaram a resposta para além da contemplação: “Ah eu gosto de tomar o banho e compartilhar uma cerveja, falar com os amigos e me divertir. Lazer importantíssimo *pra* a gente que vive aqui nessa região, né? Juntar tudo isso. A natureza é belíssima aqui eu adoro a natureza” (EPD4, 2016); “Sempre gosto muito de rio, então, pra mim é uma alegria tá vendo. Gosto de tá na água, de tá no meio das pessoas, sensação boa” (EPN19, 2016).

Repetidamente os entrevistados se referiram às praias como um lugar que possibilita contemplação e contato com a natureza. Mesmo diante do sol forte, alguns mencionaram que gostavam de aproveitar o sol e um entrevistado declarou ser bom estar abrigado sob o guarda-sol. Estes aspectos reforçam duas características de ambientes restauradores que apresentamos anteriormente: o escopo e a fascinação. Escopo por toda essa relação de envolvimento, pertença que o ambiente do banho propicia ao banhista e fascinação por esses estímulos involuntários que o lugar oferece.

Para Melo (2010), essa característica de escapismo (termo usado por ele) se apresenta como uma determinação histórica e material do capitalismo no conjunto de práticas sociais que hoje chamamos de lazer. Para este autor, temos por um lado o escapismo como consequência do desenvolvimento das relações capitalistas e por outro lado temos a mercantilização do tempo livre. Esta mercantilização, por sinal, é notável especialmente na Praia Dourada que hoje consiste numa espécie de complexo informal de opções de lazer no qual nenhuma opção é gratuita.

Outra resposta que se repetiu entre os entrevistados foi sobre o que mais gostam no banho: a cerveja. Quatro entrevistados mencionaram esta bebida como sendo o que mais gostavam no banho. Vale notar que é muito comum o consumo de cerveja nesses espaços.

Apesar de todos os elogios e pontos positivos elencados pelos entrevistados, mais de um deles destoou da maioria e declarou não estar muito satisfeito: “Sinceramente? Eu não gostei muito não, tem muita gente” (EPD8, 2016). Em contraste a esta resposta, outro declarou gostar de tudo: “eu? De tudo. O clima, ventilado, é tranquilo, só família” (EPD10, 2016).

As respostas obtidas nas entrevistas e o trabalho em campo evidenciam a função social dos banhos enquanto espaços de lazer. Pereira e Bueno (1997) afirmam que entre as funções do lazer estão a reparação de forças físicas e mentais, descanso, recreação, distração e ainda uma terceira função ligada ao desenvolvimento do indivíduo que pode pensar e agir livre de condicionamentos enquanto está realizando uma atividade de lazer.

Há indícios, sutis e não declarados pelos entrevistados, porém, mencionados pelo responsável pela Praia Dourada, de uma transformação desta prática do banho em espetáculo. Nas palavras do Sr. Nelson Marinho, “todo mundo precisa ter o seu reconhecimento. O fato de tá lá, tirar uma *self* lá, então... O que acontece, a questão das redes sociais teve um *boom* também na praia”.

Portanto, de forma discreta, notamos vestígios de busca por distinção pelos banhistas associada ao mundo moderno do espetáculo, especialmente entre os da Praia Dourada que, não por acaso, possuem um maior poder aquisitivo. Se por um lado este fato nos remete a Bauman (2008) que indica o mundo moderno como aquele em que as próprias pessoas viraram mercadorias e exibem suas imagens numa busca por reconhecimento e acesso, por outro lado, somos levados a pensar na distinção. Para Bourdieu (2007) mecanismos de distinção entre grupos sociais são desenvolvidos pelo gosto que leva à diferenciação das pessoas que compartilham o mesmo *habitus*. Gosto e *habitus* são passados de geração para geração, sendo que o gosto passa a ter um valor simbólico, o valor de distinção das demais frações de classe. Assim, a distinção demonstra a diferenciação nos espaços em que circula e a aceitação em uma determinada fração de classe que detém características semelhantes ao capital simbólico almejado por quem a busca (SCHOLZ, 2009).

3. OLHANDO PARA O AMANHÃ

“O que precisamos não é consertar o planeta, mas sim nossa relação com ele”.

Ian McCollum

3.1 A relação homem e natureza: desenvolvimento e sustentabilidade

No capítulo um, descrevemos a transformação física e simbólica que Manaus sofreu com o objetivo de modernizar a capital. Leff (2000) afirma que no processo de modernização, a conquista, colonização e integração do mercado mundial das culturas pré-capitalistas fizeram com que a natureza deixasse de ser fonte de simbolização e significação da vida, deixando de ser também suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos. A natureza passou a ser uma fonte de matérias-primas desvalorizadas que alimentam a acumulação do capital.

Esta forma de se relacionar com a natureza é uma construção social. A história de uma cultura vai estabelecendo processos específicos de mediação com o meio. As práticas sociais e produtivas de uma cultura são resultados de suas relações sociais de produção, representações simbólicas, ritos e costumes. “A cultura imprime a marca da ordem simbólica, dos significados e modos de apropriação que cada grupo étnico constrói sobre seu entorno natural” (LEFF, 2000, p. 104).

O recorte histórico de Manaus que apresentamos anteriormente ilustra como a hegemonia da ideologia desenvolvimentista significou a consolidação de uma relação de domínio da natureza e dos homens simbolizados como naturais. O desenvolvimento seria a solução para levar as sociedades tidas como primitivas e atrasadas à civilização. Vale ressaltar que o que Schweickardt (2012) nos lembra, etimologicamente, desenvolvimento significa “não envolvimento”.

As áreas ainda hoje entendidas como subdesenvolvidas são aquelas que não teriam alcançado o progresso técnico e a qualidade de vida dos Estados Unidos e dos países mais ricos da Europa. Como apresentamos antes, nos tempos áureos da borracha Manaus foi espelhada na Europa. Parafraseando Leff (2000), temos que a forma como a sociedade significa e simboliza esta relação define o valor que é dado para a natureza.

A ideia do desenvolvimento como simples crescimento econômico é contestada desde seus primórdios, no início da década de 1950 (NASCIMENTO, 2014). Discutir estes entendimentos e debates nos ajuda a compreender o cenário atual em que o meio ambiente foi tomado como objeto de atenção e alvo de muitos estudos, conferências, acordos, ações, dentre outros.

Nos anos 1970, houve a inclusão do meio ambiente como uma das dimensões do desenvolvimento, fato atribuído à Conferência de Estocolmo, definida por Ignacy Sachs como a mais importante das conferências internacionais sobre o tema, mas não a única. Sem dúvida, a Conferência de Estocolmo foi um marco para a política internacional, visto que foi a primeira conferência global voltada para o meio-ambiente (NASCIMENTO, 2014; NEVES, DALAQUA, 2012).

Desta forma, de acordo com Betiol (2012), a partir da década de setenta, a temática ambiental ingressa na agenda mundial. Baseados principalmente no relatório “Limites do Crescimento”, elaborado pelo Clube de Roma, que apontou para o esgotamento dos recursos naturais do planeta, os países em desenvolvimento argumentaram que os principais responsáveis pela crise ambiental eram os países industrializados.

De acordo com Nascimento (2014), ninguém percebeu o quanto esses gestos modestos, como a Conferência de Estocolmo e o Clube de Roma, eram importantes. O primeiro denunciava os limites do PIB, uma forma de sinalizar erroneamente o nosso desempenho como sociedade, o segundo, por sua vez, denunciava os limites do processo de produção industrial que se difundia no mundo.

Estas conferências e documentos contribuíram para a consagração, no período mencionado, da expressão “desenvolvimento sustentável”, derivada da noção pioneira do “ecodesenvolvimento” proposta por Sachs, que é entendido como aquele “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BETIOL, 2012; ONU, 1991, p. 46).

O discurso ecodesenvolvimentista não consegue clarificar seu caráter estratégico com os objetivos de equidade social, de diversidade cultural e de estratégias de poder para transformar a atual ordem antiecológica. O ecodesenvolvimento vincula, deste modo, o desenvolvimento econômico às condições ecológicas de um desenvolvimento sustentável. É um discurso prático

direcionado a harmonizar a reprodução da natureza de forma utilitarista para a reprodução ampliada do capital, sem, entretanto, transformar a atual ordem (LEFF, 2000).

Vale mencionar que expressão “desenvolvimento sustentável” não é unanimidade entre os estudiosos e, deste modo, sofre críticas daqueles que consideram o desenvolvimento sustentável um puro contrassenso, uma ideologia simplificadora do real, uma simples tentativa de salvar o modelo de crescimento já posto sem maiores mudanças (NASCIMENTO, 2012).

Há consenso entre os líderes mundiais de que, caso seja mantido o modelo atual em frente ao aumento populacional nas próximas décadas, não será possível atender as demandas cada vez maiores por alimentos, energia, água e matéria-prima sem ameaçar mais ainda a biodiversidade, pode-se afirmar que pouco se tem feito para transformar de forma ampla a relação hegemônica atual entre homem e natureza (FILHO, 2012; LEFF, 2000; NASCIMENTO, 2012).

Várias outras conferências e encontros internacionais foram realizados nas décadas seguintes. Vinte anos depois de Estocolmo, em 1992, houve a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92, a qual foi base para o Protocolo de Kyoto (voltado para gases de efeito estufa) além de outras iniciativas como a Agenda 21. Em 2002 houve a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, mais conhecida por Rio +10, já que ocorreu 10 anos após a Rio 92. Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, cujo documento final, intitulado “O Futuro Que Queremos”, apontou a pobreza como o maior desafio a ser combatido (BRASIL, 2012; FILHO, 2012; NEVES, DALAQUA, 2012).

Recentemente, em dezembro de 2015, houve a Conferência das Partes 21 (COP 21), em Paris, no qual foi aprovado um acordo histórico entre os 195 países signatários para tomar medidas contra o aquecimento global, mantendo-o “muito abaixo de 2 °C”, buscando ainda “esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais”. Nas palavras do chefe da ONU, “O Acordo de Paris prepara o terreno para o progresso na erradicação da pobreza, no fortalecimento da paz e na garantia de uma vida de dignidade e oportunidade para todos” (ONU BRASIL, 2015). Infelizmente, no primeiro semestre de 2017, Os Estados

Unidos decidiram se retirar do acordo, o que nas palavras do chefe da ONU é uma “grande decepção para os esforços globais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a segurança global” (ONU BRASIL, 2017).

Todas essas conferências representam tentativas de renovar a relação do homem com o ambiente. Em meio à expansão da economia internacional foi gerada uma pressão crescente sobre o equilíbrio dos ecossistemas, assim como a capacidade de renovação e a produtividade de recursos naturais (LEFF, 2009).

Desde a Estocolmo e Rio 1992, o binômio economia e biologia (ou desenvolvimento e meio-ambiente) foi substituído por uma tríade e temos assim a inclusão da dimensão social. Apesar disso, outras dimensões não são consideradas no desenvolvimento sustentável, como a dimensão do poder (política) e a dimensão cultural (NASCIMENTO, 2012).

Em uma sociedade sustentável todos os cidadãos têm o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Ou seja, implantar a justiça social (NASCIMENTO, 2012).

Mesmo após as conferências mencionadas, nota-se que a cultura continuou fora das decisões acerca da sustentabilidade. Apesar de a cultura orientar o uso dos recursos, as práticas produtivas e os estilos de vida, ela não teve seus valores considerados dentro da racionalidade econômica prevalecente nem nas dimensões da sustentabilidade. Se entendida como orientadora do uso dos recursos, que por sua vez condicionam as opções de vida do grupo, a cultura é vista como um recurso social capaz de ser usada de forma destrutiva ou racionalmente (LEFF, 2000; NASCIMENTO, 2012).

De acordo com Sachs (2007), a verdadeira escolha não está entre optar por desenvolvimento ou meio-ambiente, mas entre formas de desenvolvimento sensíveis e insensíveis ao meio-ambiente. Partindo deste ponto de vista, não encontramos um bom cenário ao analisar o histórico da relação com os rios em Manaus que é marcada pela degradação conforme trataremos mais adiante.

3.2 Cidades e Sustentabilidade

O aumento da cidade está relacionado como número de pessoas que nela escolhem viver. A crescente concentração urbana tem sido acompanhada pela deterioração da qualidade de vida, especialmente em cidades da América Latina, África e Ásia. No Brasil, a industrialização e a urbanização trouxeram para as regiões metropolitanas a ampliação de carências sociais e dos serviços públicos, a falência de políticas administrativas e a deterioração ambiental, especialmente dos recursos hídricos, e o estrangulamento da (pouca) infraestrutura das cidades com destaque para saneamento, habitação e transporte (FERREIRA, 2006).

Podemos dizer que este é o cenário geral dos dois maiores surtos de crescimento urbano da capital amazonense. Conforme descrevemos brevemente no capítulo um, primeiro com o período da borracha e posteriormente com a implantação da Zona Franca de Manaus. Para Becker (2013) “o surto da borracha corresponde a um efetivo crescimento econômico e demográfico, que pela primeira vez ocorre no rio Negro, com forte impacto em Manaus. Um surto, contudo, baseado em tão fortes desigualdades, que assume caráter violento” (p. 28).

Para conter a grande massa de imigrantes que se dirigiam a Manaus e assegurar uma urbanidade estável, a movimentação da cidade obrigou a elaboração de um novo Código de Posturas datado de 1872. O mesmo código que proibia as escavações nos leitos e nas margens dos igarapés, o depósito de lixo, pedras, coisas pútridas ou outros materiais que pudessem alterar a qualidade das águas, o corte de árvores das beiras dos igarapés. Também obrigava a lançar as matérias fecais coletadas na correnteza do rio Negro, a partir das nove da noite; E proibia o banho no litoral e igarapés, andar seminu, entre outros deveres de fazer e de não fazer típicos da vida urbana (GOMES, 2004).

A elite da borracha passa a ter problema com a sobrecarga da infraestrutura da capital amazonense provocada pelo aumento da população em uma escala que fugiu ao controle (GOMES, 2004). Em oposição a isto, com a crise, houve um esvaziamento da cidade. Com o objetivo de evitar um esvaziamento ainda maior das já deprimidas economias urbana e regional da Amazônia, a Zona Franca de Manaus (ZFM) é criada em Manaus por esta ter uma população muito superior à das outras cidades da Amazônia ocidental (BECKER, 2013).

Atraídos e encantados pela promessa de emprego e vida feliz na Zona Franca de Manaus, os imigrantes que se dirigiram para capital do Amazonas encontraram

uma cidade loteada pelas poderosas oligarquias locais e, sem alternativa, ocuparam vertiginosamente as áreas que margeiam os igarapés, destituídas de valor econômico. A infraestrutura urbana herdada da atividade de monocultura do látex não se ampliou para suportar as massas migrantes atraídas pela promessa da Zona Franca. Portanto, o colapso foi inevitável (GOMES, 2004).

É sobre cenários semelhantes a este descrito em Manaus que Ferreira (2006) afirma que as cidades passaram a se defrontar com uma situação grave que exige intervenções ágeis que englobam amplos projetos de infraestrutura, políticas sociais, programas de emprego e políticas ambientais que incluam estratégias locais de dinamização econômica.

Desta forma, temos que o progresso impulsionado pela acumulação de capital e a lógica do mercado, antes de alcançar o pleno emprego e uma justa distribuição de riqueza, gerou um processo de crescimento econômico caracterizado, dentre outros fatores, por um incremento da pobreza associado com a degradação do ambiente, destruição da base de recursos e a desintegração dos valores culturais (LEFF, 2009).

Valores da diversidade cultural são reivindicados por uma nova racionalidade ambiental segunda a qual não deve haver uma homogeneização dos padrões produtivos e culturais (LEFF, 2009). Constituem-se enquanto uma crítica ao entendimento de “modernização” que descrevemos ter havido em Manaus na época da borracha.

Sachs (2007) apresenta cinco dimensões do conceito de sustentabilidade, a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural. Deste modo, em teoria temos contempladas as dimensões sociais e culturais como grandezas constituintes da sustentabilidade, entretanto, a tomada de ações e medidas carece de um enfoque que inclua todas, ou o máximo possível, das dimensões mencionadas.

A expansão dos grandes centros urbanos está, de certo modo, associada a um acirramento dos problemas socioambientais. O acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras que ocorreram a partir da década de 1960 associados à falta de planejamento e à conseqüente existência de ocupações irregulares, originou inúmeros problemas socioambientais. Esse processo de ocupação desordenada atinge Manaus com outra situação também preocupante: as intervenções urbanas e a degradação dos igarapés que cortam a cidade (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

3.3 Breve discussão sobre a degradação de rios e igarapés em Manaus

Locais antes utilizados como balneários foram paulatinamente impactados de forma negativa resultando na perda da biodiversidade animal, vegetal e hídrica e o histórico de degradação se estende até os dias atuais (MOTA, 2002; PINTO, 2008). Um breve apanhado sobre os igarapés que foram muito frequentados como lugares de banho no passado nos revela que a grande parte destes espaços estão hoje impróprios para o uso. Estes igarapés representam a degradação dos cursos d'água que entrecortam a cidade e que já não podem mais ser fonte de lazer devido à poluição. Temos, deste modo, a indicação de uma tendência à degradação dos espaços remanescentes.

Alguns estudos indicam que tal degradação se deve à ação humana. Um exemplo disto é a chamada “filosofia de jirau” segundo a qual se atira tudo no igarapé e se deixa que a água leve (PEDROSA, 2014, s/ p). Desta forma, o igarapé se transforma, literalmente, em uma lixeira.

A este respeito, Rabello e Rodrigues (2013) afirmam que os resíduos sólidos que crescem em Manaus, também têm sido apontados como causadores da degradação dos igarapés. “Hoje os igarapés estão poluídos com uma densa camada de resíduos sólidos provenientes dos moradores do seu contorno e demais pessoas que costumam despejar seus dejetos em corpos d'água” (ARAÚJO, SCHOR *apud* RABELLO RODRIGUES, 2013, p.88).

Figura 54 - Vista do banho do Tarumã em 2017.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2017.

Vale ressaltar que os três igarapés mencionados no capítulo um como lugares de lazer na década de 40 (o do Parque 10 de novembro, Ponte da Bolívia e Tarumã, este último ilustrado na figura 54), hoje estão totalmente poluídos. Além destes, temos alguns outros exemplos que são ícones de degradação. A cerca do banho do Tarumã, Mota (2002) descreve que, além de totalmente poluído, o igarapé foi depredado com o cortar das árvores que rodeavam as margens, todas as pedras que embelezavam o local foram retiradas com bombas.

Gomes (2004) traçou um perfil dos principais igarapés de Manaus que realizam o papel de divisores da malha hidrográfica. Todos os seis igarapés analisados na pesquisa realizada há mais de dez anos já se encontravam em situação alarmante: 1. O igarapé do Quarenta: sobre este igarapé relatou que uma de suas nascentes:

fica no bairro Armando Mendes, apresentando águas de cor marrom escura e, na jusante, totalmente barrentas, com bastante material em suspensão. Em seu percurso, recebe cargas de esgotos domésticos e, na área do Distrito Industrial, recebe efluentes industriais, e a jusante, próximo à foz, recebe novamente esgotos domésticos (p. 87);

2. O igarapé do Mestre Chico: “Sua nascente encontra-se com as margens cobertas de vegetação secundária. Em seu percurso, recebe cargas de esgotos domésticos” (p.89);

3. Igarapé de Manaus: recebe carga de esgoto em todo o seu percurso;

4. Igarapé do Mindu: “corta algumas áreas de vegetação, mas recebe esgotos domésticos em quase todo o seu percurso” (p. 89);

5. Igarapé da Cachoeira Grande, do São Jorge: “Recebe esgotos domésticos em todo o seu percurso” (p. 90); e

6. Igarapé do Franco: “Recebe esgoto doméstico e, em pequeno trecho, efluentes industriais” (p. 91).

Em 2009 pesquisadores publicaram os resultados da investigação sobre os “Efeitos da ação antrópica sobre a hidrogeoquímica do rio Negro na orla de Manaus/AM”. O estudo afirma que o rio Negro, na orla de Manaus, recebe de seus tributários urbanos resíduos domésticos e industriais, cuja composição variada vem modificando as características naturais de suas águas. A pesquisa de 2009 concluiu que apesar da contribuição antrópica dos tributários urbanos, o rio Negro mantinha ainda, em 2009, sua capacidade de diluir os poluentes, principalmente, no período de maior volume de água (PINTO *et al*, 2009).

A degradação dos igarapés ocorre até os dias atuais e é alvo não apenas de reportagens, mas também de inúmeras pesquisas. O Jornal do Comércio (2012) noticiou um editorial “Degradação de igarapés ameaça a fauna ictiológica da cidade de Manaus”. De acordo com a matéria, biólogos do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) afirmaram que a lamentável situação dos igarapés poluídos afeta o clima da cidade, e garantem que, se providências urgentes não forem adotadas, o quadro poderá piorar.

O referido editorial afirma ainda que os cientistas que participaram recentemente do evento “Ciência às 7 e meia”, debatendo o tema "Peixes de igarapés de Manaus: belos, desconhecidos e ameaçados", chegaram à constatação de que com a escalada do desmatamento nas áreas próximas à Região Metropolitana de Manaus, os igarapés, que alimentam o ecossistema local, desaparecem e aumentam os impactos ambientais, colocando em risco as reservas piscosas da região (JORNAL DO COMERCIO, 2012).

A degradação dos igarapés é um tema presente no cotidiano da cidade. Um exemplo disso, foi uma série de reportagens sobre o Igarapé do Quarenta que protagonizou os meios de comunicação pelo alarmante cenário de poluição e mau cheiro que chamou fortemente a atenção da população no ano de 2015, data em que acumulou dejetos de forma extraordinária.

Figura 55 – “A água está coberta por uma camada espessa de material orgânico e lixo”.



Fonte: JORNAL ACRÍTICA, 2015. Disponível em: < http://acritica.uol.com.br/manaus/Aguas-igarape-cobertas-crosta-fezes_0_1376862347.html>. Acesso em: 29 de set de 2015.

Em julho do mesmo ano, a manchete “as águas do igarapé do Quarenta são cobertas por uma ‘crosta’ de fezes” foi noticiada por um jornal local (figura 55). O odor nos arredores do igarapé não deixava dúvidas de que suas águas estavam extremamente contaminadas (CARVALHO, 2015).

De acordo com Pinto (2008), até final da década de 60 o igarapé do Quarenta ainda era usado como fonte de lazer. Espaços naturais e de lazer foram sendo perdidos com a degradação:

As áreas que hoje correspondem as Zonas Leste e Norte, durante muito tempo foram utilizadas como fontes de lazer. Com o crescimento populacional e consequente ocupação irregular, houve a perda da cobertura vegetal local, assoreamento e contaminação dos igarapés (p. 40).

Outro estudo mais recente “Planejamento e sustentabilidade urbana: Ações de proteção dos igarapés de Manaus” concluiu o que demonstramos. Manaus, por conta do desejo de modernização vêm sofrendo intervenções como canalizações, aterro e compactação e que hoje estão se transformando em verdadeiros esgotos a céu aberto, com altos níveis de poluição (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

Outra pesquisa questionou “Quem paga o custo da degradação ambiental na área urbana?” Esta concluiu que a dinâmica da cidade vem modificando o estilo de vida de seus habitantes mediante o crescimento desordenado causado principalmente pelo aumento populacional. Populações de baixa renda que procuram áreas de assentamentos são um dos fatores que estimulam ocupações inadequadas, e nestas incluem-se as ocupações consideradas degradadoras do ambiente, rios e igarapés, visto que não há políticas de habitação (PEREIRA *et al*, 2009).

O mesmo estudo concluiu ainda que a expansão urbana é uma dinâmica inerente ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico e social de uma cidade, entretanto, esta expansão não pode se dá de forma desordenada e nem ser, ainda que indiretamente, estimulada pela ausência do poder público (PEREIRA *et al*, 2009).

As pressões ambientais decorrentes do crescimento populacional de Manaus ocasionaram grandes transformações em seu espaço físico. “Grande parte da poluição dos igarapés e perda da biodiversidade foi/é ocasionada pela dinâmica de expansão da cidade”. As ocupações irregulares são responsáveis em grande parte

por esses problemas visto que não se preocupam com a conservação do local ocupado e se instalam de forma devastadora (PEREIRA *et al*, 2009, p. 266).

Se antes os igarapés de Manaus eram considerados cartões-postais da cidade, hoje o cenário é completamente adverso. Por conta disso, é preciso reeducar o modo de pensar das pessoas com relação ao meio ambiente; é preciso também subsidiar ações de planejamento para a classificação das águas amazônicas e obedecer às leis ambientais que regulamentam toda e qualquer atividade ao longo dos rios e dos igarapés, pois mesmo com a degradação avançada desses locais, ainda é possível estagnar esse processo (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

3.4 Alguns dispositivos legais

O marco inicial para uma mudança de postura com relação à questão ambiental no Brasil ocorreu com a promulgação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1982). O terceiro artigo do referido dispositivo define meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que abriga e rege a vida em todas as suas formas” (PEREIRA *et al*, 2009). Foi através desta lei que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) foi instituído.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a legislação brasileira passou a tutelar a questão ambiental e através dela temos que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com essencial qualidade de vida e que tal direito deve ser assegurado pelo poder público por dois vieses. Um enquanto dever do poder público em disponibilizar à população uma infraestrutura básica de vida e outro enquanto dever de proteção do meio ambiente (PEREIRA *et al*, 2009).

Nos anos 50 o deputado federal amazonense Francisco Pereira da Silva criou a Zona Franca de Manaus por meio da Lei n.º 3.173 de 1957. Apenas em 1967 que a Zona Franca passa a funcionar de fato, sua implantação foi resultado da Operação Amazônia por meio do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, através do qual se ampliou a Lei n.º 3.173/57 estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação do polo industrial, comercial e agropecuário (MEIRELLES, 2012).

A Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa - é uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais (SUFRAMA, 2017, grifo nosso).

É importante notar que ainda que em sua própria definição a Suframa mencione o uso sustentável dos recursos, foi criada a Zona Franca Verde pela Lei nº 11.898/2009, e regulamentada pelos Decretos nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015, e nº 6.614, de 28 de outubro de 2008, que preveem a isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) nas áreas de livre comércio de Tabatinga, no Estado do Amazonas; Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; Brasileira/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; e Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima (GOUVEIA, 2016).

A denominação Zona Franca Verde diz respeito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, concedido pelo Governo Federal, para os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio com preponderância de matéria-prima de origem regional, nas palavras de Gouveia (2016):

Zona Franca Verde é o mais novo esforço do governo federal voltado ao desenvolvimento socioeconômico das Áreas de Livre Comércio (ALCs). O objetivo é estimular de forma responsável a industrialização na Amazônia, de modo a garantir a sua preservação e, ao mesmo tempo, valorizar o aproveitamento de sua biodiversidade, contribuindo para que a matéria-prima regional se torne a base para o desenvolvimento sustentável, com produção de alto valor agregado e garantia de geração de emprego e renda na Amazônia (grifo nosso).

Esse estímulo ao desenvolvimento regional ocorre através da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos em cuja composição haja preponderância de matéria-prima regional, de origem vegetal, animal ou mineral, resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Ocidental e Estado do Amapá (GOUVEIA, 2016).

No âmbito municipal, temos que desde 1975 havia a preocupação com a reordenação do solo urbano, neste ano foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado de Manaus – Plaman. Uma de suas ações prioritárias para reverter a situação em que já se encontravam os igarapés que entrecortam a cidade, era o

remanejamento de famílias de áreas consideradas inadequadas para ocupação (PEREIRA *et al*, 2009).

No artigo oitavo do Plaman está a prioridade em relação à preservação dos igarapés. Neste artigo é dito que áreas que constituam patrimônios paisagísticos ou destinados à proteção dos cursos de água deverão ser preservadas de ocupações por meio de regulamentações específicas (PEREIRA *et al*, 2009).

O Plano Diretor enquanto um dos instrumentos de planejamento urbanístico se refere ao elemento central da política de desenvolvimento urbano. No Plano Diretor, a sociedade ocupa posição de destaque em todas as suas fases de elaboração, com previsão legal e garantia de participação, decidindo os mecanismos de aplicação da lei no município, conjuntamente com o Poder Público (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

Na cidade de Manaus, todo o planejamento e reordenamento urbanos estão sob a responsabilidade do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – Implurb. Em 2009, o Implurb passou a gerir o Sistema Municipal de Planejamento Urbano e a definir políticas de controle do desenvolvimento urbano com base no Plano Diretor Urbano Ambiental de Manaus, tornando-se o órgão executivo na cidade (MANAUS-b, 2017).

De acordo com a prefeitura, a criação das regras que definirão os rumos de crescimento da Manaus do século 21 constantes do Plano Diretor não só passou por técnicos especializados das áreas de arquitetura e urbanismo e da consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), como, primordialmente passou por uma ampla discussão com a sociedade (MANAUS-c, 2017).

A discussão com a sociedade ocorreu em 2001 com a realização de dois grandes seminários para receber propostas a serem colocadas em prática. A prefeitura informa que o trabalho durou dez meses e teve a colaboração de entidades governamentais, associações de bairros, técnicos de empresas concessionárias de serviços, estudantes, ou seja, de grupos representativos da sociedade organizada (MANAUS-c, 2017).

No Plano Diretor de 2002 há também a preocupação com a preservação dos igarapés e até foi criado o Programa de Proteção e Valorização dos Ambientes Naturais e dos Cursos d'água tendo por objetivo a proteção de rios e igarapés e de

suas margens e a conscientização da população para a sua conservação e fiscalização (PEREIRA *et al*, 2009).

Em 2014 o Plano Diretor foi reformulado e o plano de 2002 foi revogado. O Plano Diretor atual é o publicado em 16 de janeiro de 2014, através da Lei Complementar n.º 02/2014, que mantém o Programa de Proteção e Valorização dos Ambientes Naturais e dos Cursos d'água com os mesmos objetivos (MANAUS, 2014).

Em 2008 foi criada a Área de Proteção Ambiental Tarumã Ponta Negra através do Decreto n.º 9.556/2008 abrangendo uma área de 22.698,84 ha, distribuída em área urbana, área de transição e área rural (Plano Diretor, 2014), na parte oeste de Manaus, para onde o processo de ocupação da cidade tem migrado. De acordo com a prefeitura, “Os benefícios da conservação dos seus recursos naturais abrangem a cidade como um todo, uma vez que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental do município de Manaus”. Ainda de acordo com a prefeitura, a qualidade ambiental seria prejudicada pelas fortes intervenções antrópicas, como desmatamento, impermeabilização do solo, queimadas, supressão de mata ciliar e perda de biodiversidade (MANAUS-a, 2017).

No que tange especificamente às águas, destacamos alguns dispositivos legais da esfera estadual a respeito de recursos hídricos. O decreto n.º 28.678, de 16 de junho de 2009 regulamenta a Lei n.º 3.167, de 27 de agosto de 2007, que reformula as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Estes dispositivos mencionam que água é um bem de domínio público, ou seja, não pertence ao Estado, mas a toda coletividade, sem uma destinação específica. São os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade. Na esfera federal temos a Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentando assim o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal.

3.5 As ações do Poder Público

Conforme expusemos, os dispositivos legais são variados, vamos agora nos voltar às ações. Existem várias políticas públicas que foram sendo elaboradas desde que a temática ambiental foi incluída como uma das dimensões do desenvolvimento.

A fim de nos concentrarmos em nossos objetivos, focaremos especialmente nas ações públicas que estejam relacionadas com rios e igarapés os quais são cenários do lazer que estamos investigando.

O viver em cidade implica a satisfação de um conjunto de necessidades individuais e coletivas que são em sua maioria responsabilidade de administrações públicas que costumam enfrentar diversos tipos de dificuldades, o que torna o atendimento de tais necessidades bastante precário (MOTA, 2002). Como já mencionamos a crescente concentração populacional nas cidades vem acompanhada pela deterioração da qualidade de vida e pela degradação do ambiente (FERREIRA, 2006).

Manaus possui características geográficas que causam transtornos em termos de políticas públicas. Isso porque os cursos d'água existentes em toda a sua extensão urbana não estão sendo usados de forma favorável ainda que devesse conferir à cidade uma posição de destaque em termos de infraestrutura com condições ideais para uma melhor qualidade de vida da população, devido à importância atribuída à acessibilidade do povo da Amazônia aos mananciais (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

Desde que se iniciou o tempo de agonia dos igarapés de Manaus, eles foram, e são, objetos de ações de governo implantadas com o objetivo de produzir resultados meramente imediatos, sem atacar verdadeiramente as causas da degradação dos cursos d'água (GOMES, 2004).

No caso de Manaus, as intervenções urbanas realizadas nos igarapés têm sido pautadas, entre outras coisas, na canalização, aterro e compactação nas margens ou na totalidade desses cursos d'água. A ideia de revitalizar os igarapés de Manaus não é nova e faz parte da agenda de diferentes governos locais, desde a década de 1970, quando essas áreas foram sistematicamente ocupadas, em grande parte, por conta da instalação do Polo Industrial de Manaus. No final da década de 1990, o programa de Saneamento de Igarapés em Manaus e o Projeto Nova Veneza tentaram lidar com o saneamento e revitalização dos igarapés (RABELLO, RODRIGUES, 2013).

No que concerne essas tentativas de revitalização dos igarapés, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim - ganha destaque. O Prosamim é um programa de intervenção do Estado para revitalização ambiental-

urbana com ação direta em igarapés da cidade. O programa coincide com os planos diretores já elaborados quanto ao intuito de modificar a paisagem nas áreas dos igarapés. A premissa do programa está calcada principalmente na resolução de problemas ambientais e sociais em Manaus especialmente em relação à moradia em áreas alagadas (PEREIRA *et al*, 2009).

No ano de 2003 o Governo do Estado do Amazonas começou a articular uma política fundiária com o objetivo de conter as invasões e o crescimento da população que ocupa as margens dos igarapés. O principal objetivo deste Programa (Prosamim) é a implantação de sistemas de macro e micro drenagem para recuperar a capacidade de drenagem dos igarapés e de escoamento das águas pluviais nas áreas de intervenções; reordenamento urbano com vias urbanas, equipamento urbano, melhoria na habitação; reassentamento e realocação da população das áreas de risco (LEMOS, 2010).

Números do Programa registram que até fevereiro de 2012 o Prosamim já havia beneficiado 69.640 pessoas em Manaus por meio da construção de 2001 moradias e da doação de mais 1.144, com investimento de R\$ 134.908.117,47 em recursos do Governo do Estado. O Programa declara já ter construído quase 130 km de rede de esgoto só na Zona Sul de Manaus e que ajudou a reduzir em mais de 50% a criminalidade e a quantidade de coliformes fecais que eram despejados das palafitas diretamente nos igarapés (PROSAMIM, 2017). O Prosamim tem sido alvo de severas críticas por desrespeitar a mata ciliar, os leitos dos igarapés, bem como, apesar de todos os esforços, por não recuperar os igarapés.

É importante mencionar que os governos municipal e estadual vêm implementando ações que se concentram, principalmente, na retirada de resíduos sólidos dos igarapés e na canalização dos seus leitos (RABELLO, RODRIGUES, 2013). Em 2017 a prefeitura retirou 900 toneladas de lixo de igarapés nos dois primeiros meses do ano. A prefeitura afirma que essa modalidade de limpeza retira, em média, 23 toneladas por dia de lixo dos igarapés a um custo de R\$ 900 mil por mês aos cofres públicos (MANAUS-d, 2017).

Segundo alerta o secretário municipal de limpeza urbana, “é uma das modalidades mais caras de limpeza do mundo e é pouco eficiente, pois as equipes precisam voltar aos igarapés constantemente para retirar mais lixo que se acumula novamente”. Na figura 56 vemos equipes da prefeitura trabalhando na retirada de

resíduos dos igarapés. O secretário afirmou ainda que “é essencial que a população evite jogar lixo nos rios e nas ruas, já que todo lixo arremessado nas ruas vai parar nos bueiros e igarapés” (MANAUS-d, 2017).

Figura 56 – Equipe da prefeitura trabalhando na retirada de lixo dos igarapés.



Fonte: Manaus, 2017. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/prefeiturademanaus/33082327921/in/photostream/>>. Acesso em 22 mai 2017.

Ainda sobre os recursos hídricos, entrevistamos a gerente de recursos hídricos do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) a fim de verificar como está sendo monitorada a qualidade das águas na Praia Dourada e também para entendermos melhor como é feita a fiscalização dos flutuantes que lá se localizam. As águas da Praia Dourada recaem sobre a responsabilidade do Ipaam. De acordo com a referida entrevista, os flutuantes são licenciados para funcionar e dentre as várias exigências está a de instalação de um sistema de efluentes (em campo notamos que os flutuantes possuem tal sistema instalado). Entretanto, devido à escassez de recursos humanos no órgão, suas ações estão limitadas à verificação de denúncias sem que haja outro tipo de fiscalização ou monitoramento das águas além deste.

Já a praia da Ponta Negra, cuja responsabilidade recai sobre a prefeitura, uma vez que é um balneário público do município, está sendo monitorada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas). As ações da Semmas só

foram iniciadas após a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Amazonas (MP-AM) que foi firmado após um período em que a Praia da Ponta Negra esteve interdita por mais de 76 dias devido a mais de 16 mortes por afogamento no local (JORNAL ACRITICA, 2013).

Na versão final do termo proposto (anexo I) pelo MP-AM e celebrado entre o Município de Manaus, o Implurb, o Estado do Amazonas/Corpo de Bombeiros e o Estado do Amazonas/Polícia Militar ficaram estabelecidas várias condutas de ajustamento voltadas especialmente à segurança dos banhistas (MP-AM, 2013). Entre estas medidas destacamos a cláusula 10 que enuncia:

As áreas do Parque da Ponta Negra, proibidas ao uso de banhistas, serão sinalizadas com placas pelo Implurb, utilizando-se o mesmo procedimento quando as águas estiverem impróprias à balneabilidade.

Parágrafo único – Laudo apontando as condições de balneabilidade da praia da Ponta Negra deverá ser expedido mensalmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e encaminhado ao Implurb (MP-AM, 2013).

Verificamos junto à Semmas e junto ao Implurb que as condutas destacadas estão sendo cumpridas. A Semmas está realizando o monitoramento e o Implurb tem recebido os laudos de balneabilidade que são arquivados pelos responsáveis. Durante a entrevista na Semmas tivemos acesso a alguns destes laudos de balneabilidade. Os pontos das coletas que a secretaria realiza não se restringem à Praia da Ponta Negra, analisam inclusive a balneabilidade da Praia Dourada.

Os laudos de balneabilidade da Semmas são emitidos de acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n.º 274, de 29 de novembro de 2000 que especifica em seu artigo segundo os critérios segundo os quais determinado conjunto de amostras será sua condição avaliada nas categorias própria ou imprópria (MMA, 2000). Os laudos se baseiam ainda na resolução Conama n.º 357 de 17 de março de 2005 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes (MMA, 2005).

Dentre os laudos que tivemos acesso, os mais recentes eram de agosto de 2016. Encontramos três pontos de coleta da Praia da Ponta Negra, anfiteatro, próximo ao anfiteatro e escola de remo. Na Praia dourada há apenas um ponto de coleta. Os

três pontos coletados indicaram que na Ponta Negra as águas estão dentro dos padrões de balneabilidade por apresentarem valores de acordo com as referidas resoluções do Conama. Já o resultado da Praia Dourada estava em desacordo com as resoluções. Os laudos mencionados estão nos anexos de II a V.

A Semmas nos respondeu em entrevista que a ação ajustada no TAC se limita a análise e divulgação dos resultados das condições de balneabilidade. De acordo com os gestores públicos entrevistados, ações corretivas, de melhoria ou de contenção destes agentes poluidores não são contempladas nem por esta Secretaria e nem pelo Ipaam.

3.6 As ações da população

Existe um desencadeamento de movimentos populares e mudanças sociais pela construção de uma nova racionalidade social e produtiva com vistas a realizar uma transformação da relação do homem com o ambiente (LEFF, 2000). Neste sentido encontramos algumas ações que, ainda que de forma isolada, conferem um cenário frutífero em prol de ações que pelo menos mitiguem os efeitos da poluição das águas.

Para ilustrar o referido cenário, selecionamos aleatoriamente cinco casos de movimentos populares relacionados à conservação dos rios e igarapés. 1. Um vinculado à mídia de grande circulação; 2. Um projeto vinculado a um instituto; 3. Um relacionado a um grupo de moradores; 4. Um relacionado a um projeto social; e 5. Uma iniciativa do Sr. Nelson Marinho da Praia Dourada.

1. O Projeto Consciência Limpa da Rede Amazônica realiza diferentes ações voltadas para temática ambiental. São realizadas palestras sobre reciclagem, gincana ambiental em escolas, revitalização de lixeiras e até mesmo limpeza de igarapé. Na primeira edição do ano de 2016 do projeto, que ocorreu no mês de junho, foi firmada uma parceria com a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana – Semulsp – para que a Rede Amazônica acompanhasse o trabalho de limpeza dos igarapés (PORTAL G1, 2016-a). Em julho, em sua segunda edição de 2016, o projeto realizou a limpeza de um igarapé na zona Leste da cidade (figura 57). Esta iniciativa ocorreu ao lado do igarapé que fica entre as Avenidas Beira Rio e Beira Mar, mais conhecido como

Igarapé do Coroado, que nasce dentro da Universidade Federal do Amazonas (PORTAL G1, 2016-b).

Figura 57 – Projeto Consciência Limpa promove limpeza de igarapés em Manaus.



Fonte: G1 AMAZONAS, 2016. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/redeamazonica/consciencialimpa/noticia/2016/07/consciencia-limpa-promove-limpeza-em-igarape-da-zona-leste-de-manaus.html>>. Acesso em: 02 mai 2017.

2. A organização social Novos Caminhos promoveu em março de 2016 uma ação voluntária para a coleta de lixo em uma praia na zona Leste de Manaus. Cerca de cem voluntários participaram da coleta além de dar orientações aos banhistas. Ao todo foram recolhidos setenta sacos de lixo (PORTAL G1, 2016-c).

3. Quinze moradores do bairro do Coroado, na zona Leste de Manaus, decidiram limpar igarapés e plantar mudas em suas margens. O grupo reaproveita o lixo que retira do local para embelezar o espaço, um exemplo disso são os pneus que eles retiram da água e utilizam como canteiros para as plantas. Em um período de seis meses, mais de 100 mudas de 22 espécies distintas foram plantadas no local. As espécies plantadas variam entre frutíferas, como goiaba, manga, camu-camu e rambutã, não frutíferas e medicinais, como cidreira e outras (JORNAL ACRITICA-c, 2016).

4. O Projeto Remada Ambiental é uma ação de voluntariado socioambiental em prol da conservação da Bacia Turumã-Açu com o objetivo de promover a educação ambiental por meio do esporte de *stand up paddle* para reduzir os impactos causados pelo descarte incorreto de resíduos sólidos nos igarapés na referida bacia. O projeto

objetiva também a chamar atenção da população sobre os impactos causados pelo descarte inadequado de resíduos sólidos (REMADA AMBIENTAL, 2017).

O projeto Remada Ambiental teve origem durante atividades da Remada Nascer do Sol no ano de 2015, realizada com alguns alunos da escolinha SupAmazonas, que durante esta prática esportiva observaram muito resíduo sólido flutuando dentro e nas margens do lago Tarumã. Como ação para tentar minimizar os impactos do lixo no local, foi realizada durante a seca no ano de 2015 uma coleta de resíduos na Marina do Davi por iniciativa da SupAmazonas e apoiadores (REMADA AMBIENTAL, 2017).

Em 2016 foi realizada a I Remada Ambiental, com a colaboração de apoiadores a exemplo da Apoena Sociambiental que estruturou o evento, articulou a cobertura pelas mídias locais e com poder público a exemplo da Secretaria Municipal de Limpeza Pública para a retirada dos resíduos coletados, do Movimento X-Lab por meio da participação de empreendedores sociais voluntários durante a remada e coleta dos resíduos, da Cooperativa de Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi e Amazônia Ecolazer que forneceram o transporte para os voluntários (REMADA AMBIENTAL, 2017). São muitos atores envolvidos.

Este projeto possui certa evidência na cidade, em 2017 foi objeto de uma matéria publicada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas na qual o projeto foi elogiado: “O projeto Remada Ambiental realiza um significativo trabalho, dando o bom exemplo de *preservação*, além de chamar a atenção para a necessidade de cuidar melhor tanto do igarapé do Gigante quanto de toda a bacia hidrográfica da nossa capital” (ALE-AM, 2017).

Um programa de televisão sobre voluntariado, que é transmitido em rede nacional, recentemente, em abril de 2017, gravou a ação do Remada Ambiental que neste dia construiu uma “ecobarreira” a fim de conter a dispersão de resíduos. O grupo realiza as atividades regularmente uma vez ao mês.

5. Por fim, apresentamos a reutilização de garrafas PET para a confecção de pranchas de *stand up paddle* - SUP (figura 58). Além dos benefícios ao meio ambiente, com a reutilização de resíduos sólidos, a prancha ecológica custa 40% mais barato do que a industrializada. A ideia inovadora está sendo desenvolvida na Praia Dourada, pelo engenheiro agrônomo Nelson Marinho. O tamanho da prancha ecológica é de padrão médio, pesando em torno de 10 kg, de fácil dirigibilidade e

navegabilidade, além de ter grande flutuabilidade. Para a fabricação de uma prancha são necessárias 25 garrafas (JORNAL EM TEMPO, 2017).

Figura 58 – Fabricação de prancha de SUP com garrafas PET.



Fonte: JORNAL EM TEMPO – 2017. Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/praiadourada-inova-com-producao-sustentavel-de-pranchas-de-sup/>>. Acesso em: 03 mar 2017.

Todas essas iniciativas descritas nos permitem afirmar que encontramos em parte da população de Manaus um compromisso pró-ecológico e ainda comportamentos pró-ambiental. Cavalcanti e Elali (2011) afirmam que o compromisso pró-ecológico é uma relação cognitiva e/ou afetiva com caráter positivo através da qual as pessoas estabelecem com o ambiente, ou parte deste, responsabilidade e interesse.

É importante mencionar que um pré-requisito para que possa existir e se manifestar o compromisso pró-ecológico é o conhecimento. Desta forma, para que haja compromisso pró-ecológico, presume-se que tenha consciência dos danos ambientais que uma ação pode causar (CAVALCANTI, ELALI, 2011).

Consideramos ainda que todas as ações mencionadas indicam a forte presença de valores ambientais entre os voluntários e idealizadores das iniciativas. Cavalcanti e Elali (2011) explicam que valores podem ser definidos como um sistema de referência, uma orientação ou atitude humana preferencial, positiva e desejada em relação a objetos, pessoas ou situações. Desta forma, valores ambientais seriam, de

acordo com as autoras, parte dos valores humanos que visam ao equilíbrio e à sustentabilidade das relações entre diversos ecossistemas e ambientes. Logo, eles estão diretamente ligados a crenças, atitudes e comportamentos ecologicamente responsáveis.

Já o termo comportamento ecológico, é utilizado no sentido positivo, significando o mesmo que comportamento pró-ecológico, ou seja, um agir em favor do meio ambiente. Essa ação pode ser consciente e intencional ou não, podendo ter sido aprendida e internalizada e fazer parte do cotidiano das pessoas (PATO, TAMAYO, 2006).

3.7 A relação com o rio nos banhos em Manaus: consumo ou usufruto?

Cavalcanti e Elali (2011) alertam que pensar em valores ecológicos significa pensar no que é importante no contexto ambiental. Os valores ecológicos estão associados à forma de relação da pessoa com o ambiente.

Os valores ecológicos, como já mencionamos, também estão relacionados a crenças específicas, às atitudes e os comportamentos ecológicos (CAVALCANTI, ELALI, 2011). O valor do lazer, por sua vez, se deve ao fato de ele funcionar como um mecanismo de desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2010). Diante disto, o lazer confere ao banho o caráter de um importante meio pelo qual comportamentos e valores ecológicos pessoais e sociais emergem.

Melo (2010) argumenta que no contexto do mundo moderno a burguesia percebeu que não havia incoerência entre lucro e lazer. Portanto, as diversões poderiam ser usadas tanto para reforçar estratégias comerciais quanto para serem em si mesmas possibilidades de investimento uma vez que as camadas populares também começaram a ocupar seu tempo livre buscando por alternativas em um mercado gerenciado pelos novos empresários que aproveitavam as oportunidades que surgiam. São experiências modernas com um apelo libertador para certo público de massa. De acordo com o mesmo autor é assim que emergiu a valorização do lazer.

Entendemos que o lazer do banho de rio em Manaus se encaixa neste cenário visto que está integrado ao modelo econômico e proporciona lucro para quem investe nesta atividade, no caso da Ponta Negra pelos vários gêneros de vendedores e pela Praia Dourada pelos seus proprietários e donos de flutuantes. Longe de ser uma

crítica negativa já que este é o modelo que está posto e defendemos o direito de as pessoas buscarem seus meios de sobrevivência é preciso destacar, porém, que o modo como o banho de rio se estabelece hoje nos parece prioritariamente pautado na lógica de mercantilização do lazer salvas exceções pontuais e, portanto, a partir do estudo realizado, nos parece reproduzir a lógica que o debate ambiental que apresentamos se propõe a superar.

Ainda que não tenha sido unanimidade, durante uma parte das entrevistas nos pareceu que banhistas fazem um uso utilitarista desses lugares, “consomem” seu lazer, sua renovação dos dias de trabalho sem demonstrarem nisto um interesse ou compromisso pró-ecológico, pode ser por falta de conhecimento e informações, por valores, por cultura, ou ainda por alguma crença.

Talvez, a presença da cultura ribeirinha, segundo a qual a natureza é vista como abundante e o ambiente dá conta de renovar, tudo ainda seja muito forte. Ou talvez, como foi posto algumas vezes pelos entrevistados, a população não saiba como colaborar de forma mais efetiva diante de uma realidade em que o Poder Público não dá conta de conter os geradores de danos.

Quando mencionamos o histórico de rios degradados durante a realização das entrevistas, o Poder Público foi reclamado e considerado como deficiente em suas ações que visam à conservação do ambiente e dos recursos naturais por alguns entrevistados. Em meio a isso, identificamos pequenas ações de responsabilidade com o ambiente, como alguns banhistas recolhendo seu lixo.

Sobre a questão utilitarista, conforme apresentamos no início deste capítulo, é a relação homem e natureza, sociedade e ambiente que tem sido alvo da atenção de inúmeros estudiosos e conferências. Existe uma tentativa de rever esta relação que hoje é pautada por um modelo de consumo, segundo a qual Nascimento (2012) pondera:

Ora, não será possível haver mudança no padrão de consumo e no estilo de vida se não ocorrer uma mudança de valores e comportamentos; uma sublimação do valor *ter mais* para o valor *ter melhor*; se a noção de felicidade não se deslocar do consumir para o usufruir; se não se verificar a transferência da instantaneidade da moda para a durabilidade do produto; [...] O desenvolvimento sustentável, aparentemente, supõe uma reforma intelectual e moral, para usar a velha expressão de Gramsci (1975), de maneira a acolher e estimular a adoção de novas tecnologias e novas formas de viver (p. 7, grifo nosso).

Não pretendemos nos aprofundar sobre as discussões acerca da sociedade do consumo. Queremos, entretanto, destacar um dos aspectos analisados por Bauman acerca deste modelo que estudiosos usam para descrever nossa sociedade nos dias de hoje em que a imagem e a mercadoria possuem grande peso.

Os valores, comportamentos e estilo de vida de uma sociedade do consumo, segundo Bauman (2008), são marcados por velocidade, extravagâncias, excessos e desperdícios no qual o verdadeiro momento econômico é o do “compre, desfrute e jogue fora” (p.126). “Consumidores plenos não ficam melindrados por destinar algo para o lixo” (p.112). Este modelo está na contramão da ideia de desenvolvimento sustentável.

Se algumas vezes, por um lado, os banhistas de declararam preocupados com a sua própria saúde por se banharem em um rio sobre o qual há dúvidas quanto à poluição (balneabilidade), ou sobre o qual se questiona se estará disponível para as gerações futuras, ou ainda sobre o qual se guardam dúvidas sobre a correta fiscalização por parte dos órgãos ambientais; Por outro lado, outras vezes durante as entrevistas pareceu haver um distanciamento a respeito de ideias como conservação ou cuidado ambiental o que nos leva a considerar que alguns apenas “consomem” estes lugares sem que haja um maior envolvimento com questões ambientais. Vale reforçar que esta questão emergiu em meio a uma responsabilização exclusiva do Poder Público como principal agente solucionador ou mitigador das questões ambientais que ameaçam a vida de nossos rios e igarapés.

Figura 59 – Praia da Ponta Negra com resíduos.



Fonte: MARIÊ, Rita – 2016.

Percebemos que, no discurso da entrevista cedida, todos se declararam atentos e responsáveis ao recolhimento de seu próprio lixo, porém nem todos de fato levavam seu lixo até a lixeira. Muitos resíduos são deixados na areia, como pode ser visto na figura 59. O cuidado ambiental não é unanimidade entre os banhistas que algumas vezes mais parecem consumir que usufruir do local em que se divertem. Em meio a este cenário, o ideal seria “que a tendência incremental da consciência coletiva sobre os problemas ambientais se acelerasse” (VEIGA, 2005, p. 148).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O banho de rio em Manaus, mais do que uma atividade de lazer característica da cultura local, mostrou-se bastante revelador a respeito da dinâmica social no município no que diz respeito ao arranjo desta prática que mantém as pessoas em contato com a natureza desde as origens da capital amazonense. Da mesma forma, as relações com as águas, que foi se transformando ao longo do tempo, evidenciam sua importância no modo de vida da população.

Deste modo, estudar o banho de rio e suas significações permitiu analisar como esta atividade foi reeditada ao longo do tempo. Este lazer que em dado momento foi renegado e proibido pela classe dirigente, em outro momento foi legitimado com grandes obras públicas, e resistiu ao tempo configurando uma tradição que constantemente se ressignifica em um contínuo resgate do passado.

Estas relações com o banho de rio e igarapés são um exemplo muito claro do que seja a reedição de uma tradição que vai se adequando a cada contexto histórico de tal forma a se adaptar e manter uma manifestação no presente, porém, em alusão a um passado que se deseja referenciar.

Não teria sido possível descrever a evolução histórica destas relações com as águas sem contextualizar o surgimento da cidade de Manaus, o momento histórico desta época, o entendimento dos dirigentes daquele momento sobre o papel da natureza e os consequentes desdobramentos disso nos modos de vida locais.

É interessante observar que Manaus se estabeleceu enquanto cidade a partir do extrativismo de seus recursos naturais, porém sua urbanização se deu de forma negligente quanto aos rios e florestas. A cidade se formou de costas para seu patrimônio natural.

Se de fato existe esta questão cultural e de identidade que imprime uma relação com as águas de quem nasceu ou de quem vive aqui de forma a significar e ressignificar a vida por meio deste escapismo utilizado como lazer, o banho parece ser o elo que manteve a cidade se afirmando como próxima à natureza neste lugar que se constituiu cidade negando seu patrimônio natural. O banho se apresenta como o meio de aproximação com a natureza em contraste a sua histórica negação.

Os banhos parecem unir também diversos grupos. Diferentes estratos sociais, a pé, de ônibus, de carro ou de lancha, se movimentam em busca de lazer em contato

com o natural, o lugar onde isso ocorre varia de acordo com o nível social. Neste sentido, foi possível notar a presença do público de menor poder aquisitivo nos banhos urbanos, enquanto os mais ricos usam suas lanchas ou seguem pela estrada para vivenciarem seu lazer em meio à natureza em um local mais distante do centro urbano.

Nos arredores da Praia da Ponta Negra encontramos uma área imobiliária que está entre as mais valorizadas da cidade e uma das poucas que possui valor paisagístico. O que inicialmente sugere segregação surpreende por comportar estratos que historicamente não se aproximavam. Esses estratos sociais, que um dia tiveram os igarapés como divisores dos espaços nobres e periféricos, circulam lado a lado, ainda que sem se misturar, o que parece ser possível devido ao acesso do público com menor poder aquisitivo ao banho urbano público, no Complexo Turístico Ponta Negra. Assistimos a um encontro nas águas que também ocorre na Praia Dourada ainda que em um contraste menos evidente.

O entendimento dos banhistas sobre o banho, as várias tentativas do poder público – que se mostraram pouco eficientes, as iniciativas da população e as indagações levantadas pelos entrevistados nos indicam que existe um cenário receptivo para campanhas de conscientização ambiental. Além deste cenário suscetível, a identificação de falta de conhecimento sobre condutas e comportamentos ambientalmente corretos reforçou nosso entendimento sobre a necessidade de difusão de informações a este respeito. A população precisa de mais clareza sobre estes temas.

Os aspectos históricos do banho de rio nos direcionam para além de sua manifestação cultural. Ao nos defrontar com sucessivos episódios de degradação, somos levados a questionar sobre o futuro. Por quanto tempo as águas remanescentes adequadas para o uso continuarão atendendo aos critérios de balneabilidade? Até quando o banho poderá fazer o papel de elo com a natureza? Existe um acompanhamento efetivo que mitigue a poluição das águas na cidade? O que está sendo feito quanto aos resultados da balneabilidade das águas na cidade?

Além destes aspectos indagados, vários outros poderiam ser considerados em estudos futuros. Entretanto, nos restringimos a tratar daqueles que se mostraram mais relevantes para o alcance dos objetivos propostos sem nos aprofundarmos em outras questões interessantes como as de gênero, turismo ecológico, relações

familiares dos banhistas, descrição mais detalhada do perfil dos banhistas, dentre tantos outros vieses possíveis.

Na tentativa de descrever como os múltiplos significados do banho de rio em Manaus se relacionam com questões ambientais nos deparamos com um enorme mosaico em que as várias partes formam um todo complexo e heterogêneo. Diversas condutas se misturam. Por um lado, o rio aparece como fonte de contemplação e lazer, por outro, notamos um aparente distanciamento e desconhecimento sobre o histórico de degradação de igarapés em Manaus; Ou ainda, por um lado o uso dos banhos como fonte de renovação de energia e, por outro, notamos constante depósito de resíduos na areia e até mesmo na água.

Neste misto de elementos nos parece que há muito trabalho a ser feito em relação a uma sensibilização e mobilização pró-ecológica para um público que demonstrou ótima receptividade (indicada pela maioria dos entrevistados) para campanhas em prol do cuidado ambiental de praias e rios e, quem sabe também, para ações que pressionem o Poder Público por políticas que propiciem uma expansão menos desordenada da cidade e que de alguma forma possibilite mais justiça social.

REFERÊNCIAS

ACCORSIS, A., SCARPARO, H., & GUARESHI, P. **A naturalização da pobreza: reflexões sobre a naturalização do pensamento social.** *Psicologia & Sociedade*, 24 (3), 536-546, 2012.

AGASSIZ, Louis. **Viagem ao Brasil.** Traduzido por: João Etienne Filho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALE-AM, Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. **Remada Ambiental recolhe 230 sacos de lixo do Igarapé do Gigante,** 2017. Disponível em: <<http://www.ale.am.gov.br/2017/03/27/remada-ambiental-recolhe-230-sacos-de-lixo-do-igarape-do-gigante/>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

AMAZÔNIA NA REDE, **Complexo Turístico Ponta Negra é o primeiro atrativo da série Conheça Manaus,** 2014. Disponível em: <<http://www.amazonianarede.com.br/complexo-turistico-ponta-negra-e-o-primeiro-atrativo-da-serie-conheca-manaus/>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

ANDRADE, Moacir. **Manaus: ruas, fachadas e varandas.** Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

ARAÚJO, Cláudio; OLIVEIRA, Maria. **Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP - 8(2)*, São João del-Rei, julho/dezembro/2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/534> Acesso em 03 de março de 2017.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No rio Amazonas.** Traduzido por: Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teoria da Etnicidade.* São Paulo: UNESP, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedito Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Traduzido por: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Surtos de Crescimento de Manaus.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 3, N.1, p. 19-44, 2013.

BETIOL, Luciana Stocco. **O papel das compras públicas na busca por um desenvolvimento sustentável.** In: Cadernos Adenauer XIII (2012), Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Portal Brasil. **Acordos Globais,** 2012. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>> acesso em 12 de fevereiro de 2016.

BRUNI, Jose Carlos. **A água e a vida.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 53-65, 1993.

CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade.** In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar2010.

CARVALHO, Luana. **Águas do Igarapé do 40 são cobertas por uma 'crosta' de fezes,** 2015. Disponível em <http://acritica.uol.com.br/Manaus/Aguas-igarape-cobertas-crosta-fezes_0_1376862347.html>. Acesso em: 29 set 2015.

CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta.** São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus.** Dissertação, Mestrado em História, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão de Fausto: Manaus 1890 – 1920.** Manaus: Valer, 1999.

FERREIRA, Leila da Costa. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.

FILHO, Caetano Scannavino. **Florestas, Amazônia e inclusão: ou mudamos já o jeito de viver ou o jeito que vivemos vai mudar.** In: Cadernos Adenauer XIII (2012), Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente.** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, s/d.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios**: Etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

PORTAL G1, 2016-a. **Consciência Limpa: Semulsp inicia limpeza do igarapé do Coroado**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/redeamazonica/consciencialimpa/noticia/2016/06/consciencia-limpa-semulsp-inicia-limpeza-do-igarape-do-coroado.html>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

PORTAL G1, 2016- b. **'Consciência Limpa' promove limpeza em igarapé da Zona Leste de Manaus**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/redeamazonica/consciencialimpa/noticia/2016/07/consciencia-limpa-promove-limpeza-em-igarape-da-zona-leste-de-manaus.html>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

PORTAL G1, 2016-c. **Ação voluntária promove coleta de lixo em praia na Zona Leste de Manaus**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/03/acao-voluntaria-promove-coleta-de-lixo-em-praia-na-zona-leste-de-manaus.html>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

G1 AMAZONAS, **Aparecimento de jacarés interdita Praia da Ponta Negra, em Manaus**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/04/aparecimento-de-jacares-interdita-praia-da-ponta-negra-em-manaus.html>>. Acesso em 19 de julho de 2016.

G1 AMAZONAS, **Inauguração da nova Ponta Negra reúne quatro mil pessoas, em Manaus**, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2011/12/inauguracao-da-nova-ponta-negra-reune-quatro-mil-pessoas-em-manaus.html>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Traduzido por: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Traduzido por: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GODOI, Emilia; MENZES, Marilda; MARIN, Rosa (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995.

GOMES, Karla da Silveira. **Os igarapés de Manaus na percepção de jovens manauaras**. Dissertação, Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2004.

GOUVEIA, Rafael Soares. **Zona Franca Verde: roteiro do incentivo fiscal/Rafael Soares Gouveia**. – Superintendência da Zona Franca de Manaus: Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – COGEC. – Manaus: SUFRAMA, 2016. 24 p.

GUGLIELMINI, Luiza Angélica Oliveira. **Manaus à beira-rio: A Produção E Reprodução Do Espaço Urbano**. Dissertação, Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por: Tomas Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Introdução: A invenção das tradições**; In: HOSBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IMPLURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2016. Disponível em <<http://implurb.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

IPAM - **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/noticias/Igarapes-de-Manaus-podem-desaparecer-com-poluicao-diz-biologo/2446>>. Acesso em: 29 de set 2015.

JORNAL A CRÍTICA. **MP-AM sugere assinatura de TAC para garantir segurança na Ponta Negra**, 2013. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/mp-am-sugere-assinatura-de-tac-para-garantir-seguranca-na-ponta-negra>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

JORNAL ACRÍTICA-a. **ALE-AM torna batismos na Ponta Negra Patrimônio Cultural do Amazonas**, 2016. Disponível em: <<http://www.acritica.com/opinions/ale-am-torna-batismos-na-ponta-negra-patrimonio-cultural-do-amazonas>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

JORNAL ACRÍTICA-b. **Balneários são opções em Manaus tanto na zona urbana quanto na estrada**, 2016. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/balnearios-sao-opcoes-em-manaus-tanto-na-zona-urbana-quanto-na-estrada>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

JORNAL ACRÍTICA-c. **Moradores do Coroadó, Zona Oeste, se unem para revitalizar seu igarapé, antes totalmente poluído**, 2016. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/moradores-do-coroado-zona-oeste-se-unem-para-revitalizar-seu-igarape-antes-totalmente-poluido>>. Acesso em: 20 de abril de 2017

JORNAL DO COMÉRCIO. **Editorial: Degradação de igarapés ameaça a fauna ictiológica da cidade de Manaus**, 2012. Disponível em:

http://www.jcam.com.br/noticias_livre_detalhe.asp?n=34668&tit=Editorial:%20Degradada%E7%E3o%20de%20igarap%E9s%20amea%E7a%20a%20fauna%20ictiol%F3gica%20da%20cidade%20de%20Manaus. Acesso em: 23 de maio de 2017.

JORNAL EM TEMPO. **Praia Dourada inova com produção sustentável de pranchas de SUP**, 2017. Disponível em: <<http://www.emtempo.com.br/praiadourada-inova-com-producao-sustentavel-de-pranchas-de-sup/>>. Acesso em: 03 de março de 2017.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Multiculturalismo e processos educacionais**. Curitiba: Ibpex, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Traduzido por: Jorge Esteves da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Traduzido por: Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.

LEMOS, Janeth de Araújo. **Vivendo a Transição de Ambiente de Moradia: Um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus – PROSAMIM**. Dissertação, Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MANAUS, 2014. Disponível em: <<http://implurb.manaus.am.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

MANAUS-a, 2017. Disponível em: <<http://semmas.manaus.am.gov.br/areas-protegidas/>>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

MANAUS-b, 2017. Disponível em: <<http://implurb.manaus.am.gov.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

MANAUS-c, 2017. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

MANAUS-d, 2017. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/2017/03/07/prefeitura-tira-900-toneladas-de-lixo-de-igarapes-em-dois-meses/>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer: Formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de Construir**. São Paulo: Malheiros, 1994.

MEIRELLES, Wallace. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

MELO, Victor Andrade de (Org.). **Lazer: Olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO, **Presidente Figueiredo**: o paraíso das cachoeiras do Amazonas, 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6379-presidente-figueiredo-o-para%C3%ADso-das-cachoeiras-do-amazonas.html>> Acesso em: 03 março 2017.

MMA, **Ministério do Meio Ambiente**, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=272>>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

MMA, **Ministério do Meio Ambiente**, 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998.

MOTA, Vanderlan Santos. **Atividade física e meio ambiente**: complexo poliesportivo da Ponta Negra em Manaus. Dissertação, Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2002.

MP-AM, **Ministério Público do Estado do Amazonas**, 2013. Disponível em: <<http://www.mpam.mp.br/attachments/article/6044/VERS%C3%83O%20FINAL%20-%20TAC%20-%20PONTA%20NEGRA%20-%2020-03-2013.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Desenvolvimento como prática**: Breves notas a respeito da trajetória e da obra de Ignacy Sachs. 2014.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajетória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao ambiental?, 2012.

NEVES, Luiz Augusto de Castro; DALAQUA, Renata Hessmann. **De Estocolmo à Rio +20**: uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. In: Cadernos Adenauer XIII (2012), Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Espaços urbanos na Amazônia** – Visões geográficas. Manaus: Editora Valer, 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir de et al. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: **EDUA**, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

ONU BRASIL. Nações Unidas no Brasil. **Acordo global sobre mudança do clima é adotado em Paris**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cop21/>> acesso em 12 de fevereiro de 2016.

ONU BRASIL. Nações Unidas no Brasil. **Saída dos EUA de acordo do clima é 'grande decepção', diz secretário-geral da ONU**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saida-dos-eua-de-acordo-do-clima-e-grande-decepcao-diz-secretario-geral-da-onu/>>. Acesso em 05 de junho de 2017.

ONU. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PATO, Claudia Marcia Lyra; TOMAYO, Álvaro. **A Escala de Comportamento Ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida**. Estudos de Psicologia 2006, 11(3), 289-296.

PEDROSA, Luciete. **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**, 2014. Disponível em: <https://www.inpa.gov.br/noticias/noticia_sgno2.php?codigo=3161>. Acesso em: 30 set 2015.

PEREIRA, Henrique dos Santos *et al* (Org.). **Pesquisa Interdisciplinar em ciências do ambiente**. Manaus: Edua, 2009.

PEREIRA, Maria Elizabeth Roza; BUENO, Sônia Maria Villela. **Lazer - um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em Uti: uma concepção da equipe de enfermagem**. Rev. latino-am. enfermagem - Ribeirão Preto - v. 5 - n. 4 - p.75-83 - outubro 1997.

PINTO, Antônia Gomes Neta *et al*. **Efeitos da ação antrópica sobre a hidrogeoquímica do rio Negro na orla de Manaus/AM**. Acta Amazônica. vol. 39(3) 2009: 627 - 638

PINTO, Jemima Gonçalves. **Análise introdutória do processo de ocupação urbana em Manaus e suas consequências socioambientais: o estudo de caso das comunidades São Pedro, Arthur Reis e Bariri**. Dissertação, Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PORTAL AMAZÔNIA, **Tchibum! Conheça 10 balneários para se divertir em Manaus**, 2017. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/cultura/tchibum-conheca-10-balnearios-para-se-divertir-em-manaus>>. Acesso em: 20 abril 2017.

PROSAMIN, 2017. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/prosamim-iii/>>. Acesso em 20 abril 2017.

RABELLO, Rebeca Perales; RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Planejamento e sustentabilidade urbana**: ações de proteção dos igarapés de Manaus. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol.3 n.2 | jan/jun 2013.

REIS, Arthur César Ferreira. **Manaós e outras vilas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

REMADA AMBIENTAL. **Termo de adesão voluntariado**: Projeto Remada Ambiental Bacia Tarumã – Manaus, 2017, Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeFWIcrssaj1x7ncTPBdjgPaQ4TT82mBGdbTgsSIOjmZG3Hpg/viewform?c=0&w=1>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. [Org. Paulo Freire Vieira]. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Francisca; RIBEIRO, Karla. **Praia da Ponta Negra**: transformações de um dos cartões postais da cidade de Manaus para a copa de 2014. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 04 Dez/2010.

MILTON, Santos. **1992: a redescoberta da Natureza**. Estud. av. vol.6 no.14 São Paulo Jan./Apr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100007>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

SCHOLZ, Robinson Henrique. **Habitus de classe expressado pelo capital simbólico**: uma revisão da obra de Pierre Bourdieu A *Distinção*. Ciências Sociais Unisinos 45(1):88-91, janeiro/abril 2009.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, Nação e Região**: as doenças tropicais e o saneamento básico no estado do Amazonas, 1890 - 1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SCHWEICKARDT, Katia Helena Serafim Cruz. **Faces do Estado na Amazônia**: entre as curvas do rio Juruá. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012.

SENA, Samara Albuquerque de. **O rio desfrutado e o rio contemplado**: um estudo sobre a percepção ambiental e símbolos urbanos da praia da Ponta Negra (Manaus-AM). Dissertação, Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação. N.º 20. Maio/Jun/Jul/Ago 2002.

SEVERIANO, Adneison; TAPAJÓS, Leandro. **Enfrentando crise, Polo Industrial de Manaus faz 50 anos e busca caminhos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/02/enfrentando-crise-polo-industrial-de-manaus-faz-50-anos-e-busca-caminhos.html>> Acesso em: 03 março 2017.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença.** As perspectivas dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Leno José Barata. **Cidade Flutuante:** uma Manaus sobre as águas (1920 – 1967). Tese, Doutorado em História Social, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus, 2017. Disponível em: <http://site.suframa.gov.br/>. Acesso em: 20 de abril 2017.

SUPINO, Fabiana. **A Responsabilidade Social em Parques de Diversões: A Potencialidade do Lazer.** Caderno virtual de turismo: Rio de Janeiro, 2004.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. Manaus: Valer, 2000.

VEIGA, José Elali da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade:** ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

WEBER, Max. **Conceito e Categorias da Cidade.** Tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ANEXOS

Anexo I - Termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Amazonas (MP-AM).



TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, na forma do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, alterado pelo art. 113 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de um lado, o **Ministério Público do Estado do Amazonas**, por meio da Comissão Especial Constituída pela Portaria nº 1.726/2012/PGJ, doravante denominado **Compromissário** e, de outro lado:

Compromitente 1 – **MUNICÍPIO DE MANAUS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Brasil, 2971, Compensa, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Manaus, Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto;

Compromitente 2 – **IMPLURB – INSTITUTO MUNICIPAL DE ORDEM SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO**, autarquia municipal, com sede na Av. Brasil, 2971, Compensa, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. arquiteto Roberto Moita Machado;

Compromitente 3 – **ESTADO DO AMAZONAS/CORPO DE BOMBEIROS**, com sede na Av. Codajás, s/nº, Cachoeirinha, neste ato representado por seu Comandante, Cel. QBPM Antônio Dias dos Santos e pelo Procurador-Geral do Estado do Amazonas, Dr. Clóvis Smith Frota Júnior;

Compromitente 4 – **ESTADO DO AMAZONAS/POLÍCIA MILITAR**, com sede na, Rua Benjamin Constant, s/nº, Petrópolis neste ato representado por seu Comandante, Cel. QOPM Almir David Barbosa e pelo Procurador-Geral do Estado do Amazonas Dr. Clóvis Smith Frota Júnior;

Tendo em vista as conclusões da Comissão no Procedimento Interno nº 653426 – PGJ e as sugestões dos órgãos envolvidos, celebram entre si o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO**, nos termos abaixo avençados:

CLÁUSULA 1 – Serão estabelecidas **medidas de segurança** para garantir o acesso seguro dos banhistas e prevenir que ocorram novos afogamentos no Parque da praia da Ponta Negra.

§ 1º – O **nível da água do rio** deverá ser monitorado diariamente pelo Corpo de Bombeiros, que ficará responsável pela colocação de boia separando a área de segurança para uso de banhistas, levando em consideração uma distância aproximada de 20 (vinte) metros e uma margem de segurança de 5 (cinco) metros .

§ 2º – O monitoramento bimestral do **leito do rio e possíveis depressões** será realizado por órgão ou entidade conveniados ou contratados pelo Município de Manaus.

§ 3º – A interdição automática do uso da praia ocorrerá sempre que os laudos e/ou relatórios a que se referem os parágrafos anteriores comprovarem que a praia encontra-se imprópria para o uso dos banhistas.

CLÁUSULA 2 – Instalação de um **ponto fixo de segurança e apoio**, com equipe permanente, para ações preventiva e repressiva, quando houver desobediência às normas de uso da Praia.

Parágrafo único – Enquanto não concluída a segunda etapa da obra da praia da Ponta Negra, poderá ser utilizado, como ponto fixo de segurança e apoio, construções já existentes ou realizadas com outro fim, além de estruturas desmontáveis.

CLÁUSULA 3 – Os Compromitentes se obrigam a criar e manter um **corpo permanente de segurança**, com salva-vidas, paramédicos, dois guardas de quadriciclo e dois guardas de moto aquática, para funcionar, nos dias de maior fluxo de banhistas, das 08:00 às 18:00h (de quinta-feira a domingo e feriados) e, nos

demais dias da semana, das 09:00 às 18:00h, considerando que o uso da praia

pelos banhistas será somente até às 17:00h.

§ 1º – Serão disponibilizados em média 20 (vinte) homens pelo Corpo de Bombeiros, no sentido de formar equipes de salva-vidas com número e escala de trabalho necessários à atender ao fluxo de banhistas, podendo o quantitativo ser alterado, a critério do Oficial responsável pela operação, dependendo do dia e horário.

§ 2º - 02 (dois) Paramédicos para os primeiros socorros serão disponibilizados, pelo Município de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º - O policiamento ostensivo será disponibilizado pela Polícia Militar/Estado do Amazonas.

CLÁUSULA 4 – O Compromitente 1, por sua Secretaria Municipal de Infraestrutura, fica obrigado a disponibilizar os seguintes **equipamentos de segurança**: 800 (oitocentos) metros de corda; 800 (oitocentas) boias de isopor; 2 (duas) motos aquáticas; 2 (dois) quadriciclos; 2 (dois) catamarães; 4 (quatro) pranchões; 10 (dez) binóculos; 10 (dez) placas de sinalização e aviso, com as especificações a serem indicadas pelo Compromitente 3; 2 (dois) cadeirões e 10 (dez) guarda-sóis, que serão doados ao Compromitente 3.

§ 1º – O Compromitente 3 ficará responsável pela guarda e manutenção dos bens enumerados no *caput* desta Cláusula.

§ 2º – O Compromitente 1 doará, inicialmente, apenas 1 (um) quadriciclo ao Compromitente 3 e a doação da segunda unidade dependerá de requisição fundamentada, após o período de adaptação dos planos de segurança integrados dos Compromitentes 3 e 4.

§ 3º - O Compromitente 1 providenciará a substituição dos equipamentos sempre que atestado formalmente ter se tornado um bem inservível.

CLÁUSULA 5 – Estabelecimento de **Normas de Uso** do Parque da Ponta Negra a serem elaboradas pelo IMPLURB, no prazo de 60 (sessenta) dias, respeitadas as previsões legais da Lei Orgânica do Município, do Plano Diretor e Código de Posturas do Município de Manaus.

CLÁUSULA 6– Será garantido o acesso de unidades móveis do corpo de segurança à praia, sempre que se fizer necessário.

CLÁUSULA 7 - Manutenção de equipe de paramédicos em **posto fixo de atendimento de saúde**, com os recursos necessários para os primeiros socorros e atendimentos de baixa complexidade.

§ 1º – Poderá ser utilizado *container* climatizado fornecido pela SEMSA, enquanto não for construído local exclusivo para o atendimento de saúde.

§ 2º – Permanência de uma **ambulância de suporte básico** das 8h às 18h aos sábados, domingos e feriados.

§ 3º – Para os dias de maior fluxo de veículos, como domingos e feriados, o Município de Manaus providenciará, junto à MANAUSTRANS, a disponibilização de no mínimo 20 (vinte) agentes de trânsito para organização e controle, de maneira que não comprometa o deslocamento da ambulância quando necessário.

CLÁUSULA 8 – O **policimento ostensivo diário** na praia da Ponta Negra será de responsabilidade do Compromitente 4, devendo o Compromitente 1, disponibilizar um local próprio para implantação de **posto fixo** de policiamento para atendimento e triagem.

§ 1º – Será assegurada a **permanência de patrulha da Polícia Militar** das 08:00 às 18:00h no local aos sábados, domingos e feriados.

§ 2º – O **contingente** a ser disponibilizado para o policiamento ostensivo na praia da Ponta Negra será de 26 (vinte e seis) homens, sendo 1 (um) sargento; 1 (um) cabo e 24 (vinte e quatro) soldados que trabalharão em escala de serviço de 2 X 1 e em dois turnos, o 1º turno de serviço das 08:00 às 13:00h e o 2º turno de serviço das 13:00 às 18:00h.

§ 3º – Para o **patrulhamento da área de areia** nos finais de semana e feriados serão fornecidos pelo Compromitente 1, por meio da SEMINF, ao Compromitente 4, os seguintes **equipamentos**: 02 (dois) quadriciclos; (01) megafone; (01) binóculo e 10 (dez) rádios ponto a ponto, que serão doados ao Compromitente 4, ficando este responsável por sua guarda e manutenção, sendo substituídos pelo Compromitente 1 quando se tornarem inservíveis.

§ 4º– O Compromitente 1 doará, inicialmente, apenas 1 (um) quadriciclo ao Compromitente 4 e a doação da segunda unidade dependerá de requisição fundamentada, após o período de adaptação dos planos de segurança integrados dos Compromitentes 3 e 4.

§ 5º – A **evacuação da praia**, após seu fechamento às 17:00h, será de responsabilidade do Compromitente 1, por meio do efetivo da Guarda Municipal, a quem compete a guarda e preservação do patrimônio público municipal, como sói

ser o Parque da praia da Ponta Negra, com o auxílio e apoio do Compromitente 4,

considerando o número elevado de usuários da praia e a necessidade de resguardo

da integridade física desses servidores municipais e dos utentes.

§ 6º – Poderá ser firmado convênio, entre o Compromitente 1 e o Compromitente 4, estabelecendo as responsabilidades e limites de ambos na evacuação da praia do Parque da Ponta Negra após as 17:00h.

CLÁUSULA 9 – Será efetuado **treinamento da Guarda Municipal**, pelo Corpo de Bombeiros, para atuar, se necessário, como salva-vidas em parceria com este último, independente de outras atribuições que lhe possam ser afetas pela lei e pelas Normas de Uso do Parque da Ponta Negra.

CLÁUSULA 10 – **As áreas do Parque da Ponta Negra, proibidas ao uso de banhistas**, serão sinalizadas com placas pelo IMPLURB, utilizando-se o mesmo procedimento quando as águas estiverem impróprias à balneabilidade.

Parágrafo único – Laudo apontando as **condições de balneabilidade** da praia da Ponta Negra deverá ser expedido mensalmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e encaminhado ao IMPLURB.

CLÁUSULA 11 – A **comercialização de bebidas alcoólicas** no Parque da praia da Ponta Negra somente poderá ser efetuada por meio de pontos fixos, na forma da lei, cabendo ao Compromitente 1, por seus órgão e entidades, a formalização e fiscalização dessa atividade.

CLÁUSULA 12 – O isolamento da área em que as lanchas podem navegar, em frente ao Parque da praia da Ponta Negra, é de 200 (duzentos) metros desde o início do espelho d'água e serão demarcadas com boias visíveis a longas distâncias, na forma da Lei Federal nº 7.661 de 16/05/1988, do Decreto Federal nº

5.300 de 07/12/2004 e da Resolução nº 035 de 02/08/2012 do CONDEMA.

Parágrafo único – As áreas reservadas aos banhistas e às embarcações serão estabelecidas de acordo com a mencionada Resolução do CONDEMA que dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Praia, gerenciado pelo Município, ressalvadas as atribuições da Capitania dos Portos e do Corpo de Bombeiros.

CLÁUSULA 13 – Os termos ora firmados neste TAC não elidem a apuração das responsabilidades civis, administrativas e criminais pelas mortes ocorridas por afogamento na praia da Ponta Negra, seja por ação ou por omissão das autoridades responsáveis, considerando a liberação da mesma para balneabilidade antes da conclusão, entrega e recebimento da obra, conforme restou evidenciado na reunião formal do dia 15 de janeiro de 2013, razão por que devem ser encaminhadas cópia dos autos, com as respectivas conclusões, às Promotorias de Justiça com atribuições para tomada das providências legais cabíveis.

CLÁUSULA 14 – A abertura da praia da Ponta Negra, para uso de banhistas, somente será realizada após o fornecimento dos equipamentos previstos neste TAC pelo Compromitente 1 aos Compromitentes 3 e 4 e quando satisfeitas as demais disposições aqui estabelecidas.

O Termo de Ajustamento, ora avençado, produzirá seus efeitos a contar de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, de acordo com o artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85 c/c o artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil.

Assim, após lido e achado conforme, vai o presente termo devidamente assinado pelo Procuradores e Promotores de Justiça da Comissão Especial que representam o compromissário Ministério Público do Estado do Amazonas, pelos representantes dos Compromitentes e pelas testemunhas.

Manaus, 21 de março de 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

José Hamilton Saraiva dos Santos
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

Jussara Maria Pordeus e Silva

Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de
Proteção e Defesa dos
Direitos de Cidadania, Consumidor e Patrimônio Público

Paulo Stélio Sabbá Guimarães

Promotor de Justiça titular da Promotoria Especializada na Proteção e Defesa da
Ordem Urbanística

Wandete de Oliveira Netto

Promotora de Justiça titular da Promotoria Especializada na Proteção e Defesa do
Patrimônio Público

MUNICÍPIO DE MANAUS**Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto**

Prefeito Municipal

Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti

Procurador-Geral

Hissa Nagib Abrahão Filho

Secretário Municipal de Infra-Estrutura – SEMINF

Antonio Evandro Melo de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde – SEMSA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE ORDEM SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO**Antonio Roberto Moita Machado**

Diretor Presidente

ESTADO DO AMAZONAS**Clóvis Smith Frota Júnior**

Procurador-Geral do Estado do Amazonas

CORPO DE BOMBEIROS**Cel. QOBM Antônio Dias dos Santos**

Comandante Geral

POLÍCIA MILITAR

Cel. QOPM Almir David Barbosa
Comandante Geral

Testemunhas:

1. Ed Taylor Meneses de Sousa
2. Talita Lima Leite

**Anexo II – Laudo 1234/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra
– Ponto de coleta: Anfiteatro.**



DEPARTAMENTO DE REDE DE ATENÇÃO
LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA
Rua Maceló, 460 – Adrianópolis – Manaus – AM
CEP 69057-010 | Tel: 3584-6799
labvs@pmm.am.gov.br
semsa.manaus.am.gov.br

LAUDO DE ANÁLISE Nº: 1234/16
Laboratório de Vigilância da SEMSA - Análises Físico-Químicas e Microbiológicas

Dados do Estabelecimento:

ANFITEATRO
Endereço: - PONTA NEGRA - MANAUS - AMAZONAS

Dados da Amostra:

Produto: ÁGUA - MEIO AMBIENTE

Fabricante: - Marca:

Lote:

Data de Fabricação:

Quantidade da Amostra: 300 mL

Quantidade de Embalagens: 1

Validade:

Dados da Coleta:

Número do Termo de Coleta:

Número da amostra: 1400

Local da Retirada da amostra: ANFITEATRO

Retirada da amostra: Data: 1-ago-16

Realização da Análise: Início: 1-ago-16

Horário: 9:41

Número do Processo:

Temperatura: 25,4 °C

Responsável pela Coleta da amostra: SEMMAS

Chegada ao laboratório: Data: 1-ago-16

Término: 5-ago-16

Horário:

12:30:00

RESULTADOS DAS ANÁLISES

Determinações Microbiológicas	Resolução Nº 274 de 29-nov-2000/ Conama/ MMA Artigo 2º	Resultados
Coliformes Totais	-	240 NMP/100 mL
Coliformes Termotolerantes	1000 NMP/100 mL	240 NMP/100 mL

NMP: Número mais provável

Considerações Gerais:

Os resultados desta análise têm valor restrito e se aplicam somente à amostra e aos itens analisados. É vedada a utilização deste laudo como forma de propaganda.

Este Laudo só pode ser reproduzido na sua forma integral. Reproduções parciais devem ser previamente autorizadas pelo Laboratório de Vigilância da SEMSA.

Referências Bibliográficas: Os ensaios foram realizados conforme descrito nos Procedimentos Operacionais Padronizados do Laboratório de Vigilância da SEMSA, os quais foram baseados no Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater 22nd Edition – 2012.

Observações	Conclusões:
Foram analisadas cinco amostras, das quais 80% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA. Contato Primário.	Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.

Analista de Microbiologia

Nivea S. M. Oliveira
Farm Bioquímica
CRF/AM: 2287

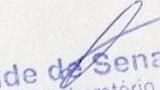
Data de Emissão: 10-ago-2016

Oneide de Sena e Silva
Diretora Laboratório de Vigilância
Departamento de Redes de Atenção

Oneide de Sena e Silva
Diretora do Laboratório de Vigilância
Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

Fim do Laudo

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ANÁLISES DO MEIO AMBIENTE - SEMMAS						
Nº do Termo de Coleta (TC)						
Nº do Processo						
Estabelecimento	Nome	ANFITEATRO				
	Endereço	PONTA NEGRA				
	Bairro	PONTA NEGRA				
	Cidade	MANAUS				
	Estado	AMAZONAS				
Nº do Laudo						
1234/16						
Nº do Registro da Amostra						
Responsável pela Coleta da amostra		1192	1228	1267	1340	1400
AMOSTRAGEM		SEMMAS	SEMMAS	HELENA	SEMMAS	SEMMAS
Dados da Coleta da Amostra	Data:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Horário:	09:18	09:05	09:14	09:25	09:41
	Local da Coleta da Amostra	ANFITEATRO				
	Temperatura da Amostra	27,1	25	25,4	25	25,4
Chegada ao Laboratório	Data:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Horário:	12:25	13:20	12:55	12:40	12:30
	Produto	ÁGUA MEIO AMBIENTE				
Dados do Produto Analisado	Fabricante					
	Marca					
	Quantidade	300	300	300	300	300
	Unidade de Medida	ml	ml	ml	ml	ml
	Quantidade de Embalagens	1	1	1	1	1
Realização das Análises	Nº do Lote					
	Data de Fabricação					
	Início	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Término	07/07/2016	14/07/2016	22/07/2016	28/07/2016	05/08/2016
Data Emissão do Laudo						
10/08/2016						
Analista:	Microbiologia	NÍVEA	LUCY	LUCY	NÍVEA/LUCY	NÍVEA/LUCY
Equipamentos Utilizados	pHmetro Laboratório					
	Condutivímetro					
	Turbidímetro					
	Geladeira					
	Balança Digital					
	Incubadora					
	Colorímetro					
	Cabine Fluxo Laminar					
	Purificador de Água					
Determinações Microbiológicas	Coliformes Totais	> 1600 NMP/100 mL	900 NMP/100 mL	110 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL	240 NMP/100 mL
	Coliformes Termotolerantes	> 1600 NMP/100 mL	27 NMP/100 mL	26 NMP/100 mL	900 NMP/100 mL	240 NMP/100 mL
	pH	5,21	5,2	5,07	5,35	5,36
		FPB	DPB	DPB	DPB	DPB
Parecer Microbiologia	Observações	Foram analisadas cinco amostras, das quais 80% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA. Contato Primário.				
	Parecer	Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.				


 Oneide da Sena e Silva
 Diretora do Laboratório de Vigilância
 Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

**Anexo III – Laudo 1235/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra
– Ponto de coleta: Próximo ao Anfiteatro.**



**PREFEITURA DE
MANAUS**

DEPARTAMENTO DE REDE DE ATENÇÃO
LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA
Rua Macieló, 460 – Adrianópolis – Manaus – AM
CEP 69057-010 | Tel: 3584-6799
labvs@pmm.am.gov.br
semsa.manaus.am.gov.br

LAUDO DE ANÁLISE Nº: 1235/16
Laboratório de Vigilância da SEMSA - Análises Físico-Químicas e Microbiológicas

Dados do Estabelecimento:
PROXIMO AO ANFITEATRO
Endereço: - PONTA NEGRA - MANAUS - AMAZONAS

Dados da Amostra:
Produto: ÁGUA - MEIO AMBIENTE
Fabricante: - Marca: _____
Lote: _____
Data de Fabricação: _____

Dados da Coleta:
Número do Termo de Coleta: _____
Número da amostra: 1401
Local da Retirada da amostra: PRÓXIMO AO ANFITEATRO
Retirada da amostra: Data: 1-ago-16 Horário: 9:43
Realização da Análise: Início: 1-ago-16

Quantidade da Amostra: 300 mL
Quantidade de Embalagens: 1
Validade: _____
Número do Processo: _____
Temperatura: 25,4 °C
Responsável pela Coleta da amostra: SEMMAS
Chegada ao laboratório: Data: 1-ago-16 Horário: 12:30:00
Término: 5-ago-16

RESULTADOS DAS ANÁLISES		
Determinações Microbiológicas	Resolução Nº 274 de 29-nov-2000/ Conama/ MMA Artigo 2º	Resultados
Coliformes Totais	-	1600 NMP/100 mL
Coliformes Termotolerantes	1000 NMP/100 mL	300 NMP/100 mL

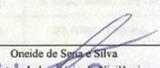
NMP: Número mais provável

Considerações Gerais:
Os resultados desta análise têm valor restrito e se aplicam somente à amostra e aos itens analisados. É vedada a utilização deste laudo como forma de propaganda.
Este Laudo só pode ser reproduzido na sua forma integral. Reproduções parciais devem ser previamente autorizadas pelo Laboratório de Vigilância da SEMSA.

Referências Bibliográficas: Os ensaios foram realizados conforme descrito nos Procedimentos Operacionais Padronizados do Laboratório de Vigilância da SEMSA, os quais foram baseados no Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater 22nd Edition – 2012.

Observações	Conclusões:
Foram analisadas cinco amostras, das quais 100% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA. Contato Primário.	Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.


 Anaíta da Microbiologia
Vívea S. M. Clveira
 Farm Bioquímica
 CRFIAM: 2287
Data de Emissão: 10-ago-2016


 Onilde de Siqueira e Silva
 Diretora Laboratório de Vigilância
 Departamento de Rede de Atenção
Onilde de Siqueira e Silva
 Diretora do Laboratório de Vigilância
 Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

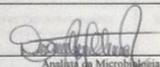
Fim do Laudo

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ANÁLISES DO MEIO AMBIENTE - SEMMAS						
Nº do Termo de Coleta (TC)						
Nº do Processo						
Estabelecimento	Nome	PRÓXIMO AO ANFITEATRO				
	Endereço	PONTA NEGRA				
	Bairro	PONTA NEGRA				
	Cidade	MANAUS				
	Estado	AMAZONAS				
Nº do Laudo						
1235/16						
Nº do Registro da Amostra						
Responsável pela Coleta da amostra						
AMOSTRAGEM		1193	1229	1268	1341	1401
		SEMNAS	SEMNAS	HELENA	SEMNAS	SEMNAS
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Dados da Coleta da Amostra	Data:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Horário:	09:19	09:10	09:15	09:26	09:43
	Local da Coleta da Amostra	PRÓXIMO AO ANFITEATRO				
	Temperatura da Amostra	26,9	25,5	25,4	25	25,4
Chegada ao Laboratório	Data:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Horário:	12:25	13:20	12:55	12:40	12:30
	Produto	ÁGUA MEIO AMBIENTE				
Dados do Produto Analisado	Fabricante					
	Marca					
	Quantidade	300	300	300	300	300
	Unidade de Medida	mL	mL	mL	mL	mL
	Quantidade de Embalagens	1	1	1	1	1
	Nº do Lote					
Realização das Análises	Data de Fabricação					
	Início	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Término	08/07/2016	14/07/2016	21/07/2016	29/07/2016	05/08/2016
	Data Emissão do Laudo	10/08/2016				
Analista:	Microbiologia	NIVEA	LUCY	LUCY	NIVEA/LUCY	NIVEA/LUCY
	pH-metro Laboratório					
Equipamentos Utilizados	Condutivímetro					
	Turbidímetro					
	Geladeira					
	Balança Digital					
	Incubadora					
	Colorímetro					
	Cabine Fluxo Laminar					
	Purificador de Água					
	Buffer pH 4					
	Buffer pH 7					
Buffer pH 10						
Determinações Microbiológicas	Coliformes Totais	500 NMP/100 mL	300 NMP/100 mL	500 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL	1600 NMP/100 mL
	Coliformes Termotolerantes	500 NMP/100 mL	70 NMP/100 mL	14 NMP/100 mL	22 NMP/100 mL	300 NMP/100 mL
	pH	5,17	5,17	5,9	5,19	5,36
	DPB	DPB	DPB	DPB	DPB	DPB
Parecer Microbiologia	Observações	Foram analisadas cinco amostras, das quais 100% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA, Contato Primário.				
	Parecer	Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.				
Digitado por					Eliane Herculano	

Caracterização da amostragem: Amostra retirada da caixa d'água inferior. Retirado um frasco de 1 L da amostra de água para ensaios físico químicos, e um frasco de 100 mL contendo preservante para ensaios microbiológicos. Foi realizado em campo a medição de cloro livre.

Oneide de Sena e Silva
Líder do Laboratório de Vigilância
Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

**Anexo IV – Laudo 1236/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Ponta Negra
– Ponto de coleta: Escola de Remo.**

 PREFEITURA DE MANAUS		DEPARTAMENTO DE REDE DE ATENÇÃO LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA Rua Maceió, 460 – Adrianópolis – Manaus – AM CEP 69057-010 Tel: 3584-6799 labvs@pmm.am.gov.br semsa.manaus.am.gov.br	
LAUDO DE ANÁLISE Nº: 1236/16 Laboratório de Vigilância da SEMSA - Análises Físico-Químicas e Microbiológicas			
Dados do Estabelecimento: ESCOLA DE REMO Endereço: - PONTA NEGRA - MANAUS - AMAZONAS			
Dados da Amostra: Produto: ÁGUA - MEIO AMBIENTE Fabricante: - Marca: Lote: Data de Fabricação:		Quantidade da Amostra: 300 mL Quantidade de Embalagens: 1 Validade:	
Dados da Coleta: Número do Termo de Coleta: Número da amostra: 1402 Local da Retirada da amostra: ESCOLA DE REMO Retirada da amostra: Data: 1-ago-16 Horário: 9:45 Realização da Análise: Início: 1-ago-16		Número do Processo: Temperatura: 25,2 °C Responsável pela Coleta da amostra: SEMMAS Chegada ao laboratório: Data: 1-ago-16 Horário: 12:30:00 Término: 5-ago-16	
RESULTADOS DAS ANÁLISES			
Determinações Microbiológicas	Resolução Nº 274 de 29-nov-2000/ Conama/ MMA Artigo 2º	Resultados	
Coliformes Totais	-	900 NMP/100 mL	
Coliformes Termotolerantes	1000 NMP/100 mL	500 NMP/100 mL	
NMP: Número mais provável			
Considerações Gerais: Os resultados desta análise têm valor restrito e se aplicam somente à amostra e aos itens analisados. É vedada a utilização deste laudo como forma de propaganda. Este Laudo só pode ser reproduzido na sua forma integral. Reproduções parciais devem ser previamente autorizadas pelo Laboratório de Vigilância da SEMSA. Referências Bibliográficas: Os ensaios foram realizados conforme descrito nos Procedimentos Operacionais Padronizados do Laboratório de Vigilância da SEMSA, os quais foram baseados no Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater 22nd Edition – 2012.			
Observações Foram analisadas cinco amostras, das quais 100% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA. Contato Primário.		Conclusões: Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.	
 Analista de Microbiologia Nivea S. M. Oliveira Farm Bioquímica CRFIAM 2287 Data de Emissão: 10-ago-2016		 Oneide de Sena e Silva Diretora Laboratório de Vigilância Departamento de Redes de Atenção Oneide de Sena e Silva Diretora do Laboratório de Vigilância Departamento de Rede de Atenção/SEMSA	
Fim do Laudo			

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ANÁLISES DO MEIO AMBIENTE - SEMMAS

Nº do Termo de Coleta (TC)							
Nº do Processo							
Estabelecimento	Nome	ESCOLA DE REMO					
	Endereço	PONTA NEGRA					
	Bairro	PONTA NEGRA					
	Cidade	MANAUS					
	Estado	AMAZONAS					
Nº do Laudo							
1236/16							
Nº do Registro da Amostra							
Responsável pela Coleta da amostra		1194	1230	1269	1342	1402	
		SEMMAS	SEMMAS	HELENA	SEMMAS	SEMMAS	
AMOSTRAGEM							
Dados da Coleta da Amostra	Data:	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
	Horário:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016	
	Local da Coleta da Amostra	09:22	09:12	09:12	09:27	09:45	
	Temperatura da Amostra	ESCOLA DE REMO					
Chegada ao Laboratório	Data:	27,4	25,3	25,6	25	25,2	
	Horário:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016	
Dados do Produto Analisado	Produto	12:25					13:20
	Fabricante	AGUA MEIO AMBIENTE					
	Marca						
	Quantidade	300	300	300	300	300	
	Unidade de Medida	mL	mL	mL	mL	mL	
	Quantidade de Embalagens	1	1	1	1	1	
	Nº do Lote						
	Data de Fabricação						
	Início	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016	
	Término	08/07/2016	14/07/2016	21/07/2016	29/07/2016	05/08/2016	
Data Emissão do Laudo							
10/08/2016							
Analista:	Microbiologia	NIVEA	LUCY	LUCY	LUCY	LUCY	
Equipamentos Utilizados	pH-metro Laboratório						
	Condutivímetro						
	Turbidímetro						
	Geladeira						
	Balança Digital						
	Incubadora						
	Colorímetro						
	Cabine Fluxo Laminar						
	Purificador de Água						
	Buffer pH 4						
Buffer pH 7							
Buffer pH 10							
Determinações Microbiológicas	Coliformes Totais	500 NMP/100 mL	280 NMP/100 mL	240 NMP/100 mL	170 NMP/100 mL	900 NMP/100 mL	
	Coliformes Termotolerantes	240 NMP/100 mL	280 NMP/100 mL	8 NMP/100 mL	22 NMP/100 mL	500 NMP/100 mL	
	pH	5,2	5,15	4,94	5,16	5,39	
	DPB	DPB	DPB	DPB	DPB		
Parecer Microbiologia	Observações	Foram analisadas cinco amostras, das quais 100% apresentaram valores dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA, Contato Primário.					
	Parecer	Dentro dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em ACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.					


Oneide de Sena e Silva
 Diretora do Laboratório de Vigilância
 Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

Anexo V – Laudo 1237/2016: Análise de Balneabilidade/Semmas – Praia Dourada.



**PREFEITURA DE
MANAUS**

DEPARTAMENTO DE REDE DE ATENÇÃO
LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA
Rua Maceló, 460 – Adrianópolis – Manaus – AM
CEP 69057-010 | Tel: 3584-6799
labvs@pmm.am.gov.br
semsa.manaus.am.gov.br

LAUDO DE ANÁLISE Nº: 1237/16
Laboratório de Vigilância da SEMSA - Análises Físico-Químicas e Microbiológicas

Dados do Estabelecimento:
PRAIA DOURADA
Endereço: - - MANAUS - AMAZONAS

Dados da Amostra:
Produto: ÁGUA - MEIO AMBIENTE
Fabricante: - Marca:
Lote:
Data de Fabricação:
Quantidade da Amostra: 300 mL
Quantidade de Embalagens: 1
Validade:

Dados da Coleta:
Número do Termo de Coleta:
Número da amostra: 1403
Local da Retirada da amostra: PRAIA DOURADA
Retirada da amostra: Data: 1-ago-16 Horário: 9:58
Realização da Análise: Início: 1-ago-16
Número do Processo:
Temperatura: 25,3 °C
Responsável pela Coleta da amostra: SEMMAS
Chegada ao laboratório: Data: 1-ago-16 Horário: 12:30:00
Término: 5-ago-16

RESULTADOS DAS ANÁLISES		
Determinações Microbiológicas	Resolução Nº 274 de 29-nov-2000/ Conama/ MMA Artigo 2º	Resultados
Coliformes Totais	-	> 1600 NMP/100 mL
Coliformes Termotolerantes	1000 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL

NMP: Número mais provável

Considerações Gerais:
Os resultados desta análise têm valor restrito e se aplicam somente à amostra e aos itens analisados. É vedada a utilização deste laudo como forma de propaganda.
Este Laudo só pode ser reproduzido na sua forma integral. Reproduções parciais devem ser previamente autorizadas pelo Laboratório de Vigilância da SEMSA.

Referências Bibliográficas: Os ensaios foram realizados conforme descrito nos Procedimentos Operacionais Padronizados do Laboratório de Vigilância da SEMSA, os quais foram baseados no Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater 22nd Edition – 2012.

Observações	Conclusões:
Foram analisadas cinco amostras, das quais 40% apresentaram valores fora dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA. Contato Primário.	Fora dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em DESACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.



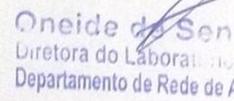
Analista de Microbiologia
Nivea S. M. Oliveira
Farm Bioquímica
CRF/AM: 2287
Data de Emissão: 10-ago-2016



Onilde de Sena e Silva
Diretora Laboratório de Vigilância
Departamento de Rede de Atenção
Onilde de Sena e Silva
Diretora do Laboratório de Vigilância
Departamento de Rede de Atenção/SEMSA

Fim do Laudo

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ANÁLISES DO MEIO AMBIENTE - SEMMAS						
Nº do Termo de Coleta (TC)						
Nº do Processo						
Estabelecimento	Nome	PRAIA DOURADA				
	Endereço					
	Bairro					
	Cidade	MANAUS				
	Estado	AMAZONAS				
Nº do Laudo						
1237/16						
Nº do Registro da Amostra						
Responsável pela Coleta da amostra		1195	1231	1270	1343	1403
AMOSTRAGEM		SEHMA	SEMMAS	HELENA	SEMMAS	SEMMAS
Dados da Coleta da Amostra	Data:	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	Horário:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Local da Coleta da Amostra	09:33	09:25	09:38	09:40	09:58
	Temperatura da Amostra	PRAIA DOURADA				
Chegada ao Laboratório	Data:	27,1	25,6	25,4	25	25,3
	Horário:	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Produto	12:25	13:20	12:55	12:40	12:30
FABRICANTE						
ÁGUA MEIO AMBIENTE						
Dados do Produto Analisado	Marca					
	Quantidade	300	300	300	300	300
	Unidade de Medida	ml	ml	ml	ml	ml
	Quantidade de Embalagens	1	1	1	1	1
	Nº do Lote					
Realização das Análises	Data de Fabricação					
	Início	04/07/2016	11/07/2016	18/07/2016	25/07/2016	01/08/2016
	Término	07/07/2016	14/07/2016	21/07/2016	29/07/2016	05/08/2016
Data Emissão do Laudo						
10/08/2016						
Analista:	Microbiologia	NIVEA	LUCY	LUCY	LUCY	LUCY/NIVEA
Equipamentos Utilizados	pHmetro Laboratório					
	Condutivímetro					
	Turbidímetro					
	Geladeira					
	Balança Digital					
	Incubadora					
	Colorímetro					
	Cabine Fluxo Laminar					
	Purificador de Água					
	Buffer pH 4					
Buffer pH 7						
Buffer pH 10						
Determinações Microbiológicas	Coliformes Totais	> 1600 NMP/100 mL	500 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL	40 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL
	Coliformes Termotolerantes	> 1600 NMP/100 mL	500 NMP/100 mL	140 NMP/100 mL	23 NMP/100 mL	> 1600 NMP/100 mL
	pH	5,18	5,15	4,95	5,18	5,38
		FPB	DPB	DPB	DPB	FPB
Parecer Microbiologia	Observações	Foram analisadas cinco amostras, das quais 40% apresentaram valores fora dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA, pH 5,07, Contato Primário.				
	Parecer	Fora dos padrões de balneabilidade por apresentar valores em DESACORDO com a Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000 e 357 de 17/03/05 - M.M.A.				


 Oneide de Sena e Silva
 Diretora do Laboratório de Vigilância
 Departamento de Rede de Atenção/SEMSA